

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
RITA DE CÁSSIA CRUZ FALCOMETA AKABANE**

**O CÍRCULO DAS IDENTIDADES: FAMÍLIA E OUTRIDADE NO ROMANCE
CIRANDA DE PEDRA, DE LYGIA FAGUNDES TELLES**

Juiz de Fora
2017

RITA DE CÁSSIA CRUZ FALCOMETA AKABANE

**O CÍRCULO DAS IDENTIDADES: FAMÍLIA E OUTRIDADE NO ROMANCE
CIRANDA DE PEDRA, DE LYGIA FAGUNDES TELLES**

Dissertação apresentada ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura Brasileira tradição e ruptura.

Orientador: Prof. Dr. Édimo de Almeida Pereira.

Juiz de Fora
2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF - CES/JF

A313

Akabane, Rita de Cássia Cruz Falcometa,
O círculo das identidades: família e outridade no romance
Ciranda de Pedra de Lygia Fagundes Telles; orientador Édimo de
Almeida Pereira. – Juiz de Fora : 2017.
125 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado – Mestrado em Letras: Literatura
brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, 2017.

1. Literatura brasileira. 2. Identidade. 3. Outridade. 4. Família. 5
Bildungsroman. I. Pereira, Édimo de Almeida, orient. II. Título.

CDD: 869.3

AKABANE, Rita de Cássia Cruz Falcometa. **O círculo das identidades:** família e outridade no romance Ciranda de pedra, de Lygia Fagundes Telles. Dissertação apresentada ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura Brasileira: tradição e ruptura, realizada no 2.º semestre de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Édimo de Almeida Pereira (CES/JF)


Prof. Dr. Altamir Celio de Andrade (CES/JF)


Prof.^a Dr.^a Mara Conceição Vieira de Oliveira (Centro Universitário Estácio/JF)

Examinada em: 14/09/2017.

Dedico essa conquista a Maria Antônia,
fonte infindável de minhas alegrias, filha
adorada e amiga de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Édimo de Almeida Pereira, meu orientador, por toda a atenção dispensada, pela confiança e oportunidade de trabalhar ao seu lado, demonstrando enorme paciência com minhas impossibilidades. Muito obrigada pela compreensão e incentivo.

À Banca Examinadora, composta pelos professores Dr. Altamir Celio de Andrade e Dr.^a Mara Conceição Vieira de Oliveira, pela gentileza e dedicação com a leitura do meu trabalho.

À Professora Dr.^a Moema Rodrigues Brandão Mendes, que acompanhou tudo com atenção e sempre disposta a ajudar nessa caminhada.

A todos os Professores do Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, por compartilharem seus conhecimentos e despertarem ainda mais o gosto pela pesquisa.

Às novas amizades conquistadas nesse percurso.

À minha mãe Regina Stela, minha base, meu esteio.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.

Stuart Hall

RESUMO

AKABANE, Rita de Cássia Cruz Falcometa. **O círculo das identidades**: família e outridade no romance *Ciranda de pedra*, de Lygia Fagundes Telles. 125 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

Neste trabalho de dissertação, busca-se apresentar à comunidade acadêmica e à crítica literária uma abordagem sobre a obra **Ciranda de pedra** (1981), da escritora paulista Lygia Fagundes Telles, importante voz no contexto da escrita feminina nacional, ao lado de nomes como Clarice Lispector e Rachel de Queiroz. A partir do *corpus* literário mencionado, pretende-se estabelecer um percurso de reflexão a respeito da temática da lógica do ser e do parecer, norteadora da formação familiar no Brasil dos anos 1950, aspecto relevante nas linhas da prosa ficcional em questão. Além disso, procura-se identificar e analisar a presença de uma estética aparentemente caracterizadora do que seria o denominado romance de formação ou *bildungsroman*, gênero literário que se mostra rico em elementos capazes de sustentar o desenvolvimento de estudos em torno do processo de constituição da identidade feminina em relação dialógica com a outridade. Para tanto, tendo em vista o caráter transdisciplinar da pesquisa proposta, à medida que envolve questões atinentes a outras áreas do conhecimento como o Direito, a Psicologia, a Filosofia, a História e a Sociologia, utiliza-se como base teórica os apontamentos de autores diversos, dentre os quais, Stuart Hall (2002), Maria Berenice Dias (2010), Rodrigo Cunha Pereira (2016), Germano Schwartz (2006), Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (2008), Michel Foucault (2007), Charles Taylor (2011) e outros.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Identidade. Outridade. Família. *Bildungsroman*.

ABSTRACT

This research aims to present to the academic community and literary criticism an approach to the work **Ciranda de pedra** (1981) by the São Paulo writer Lygia Fagundes Telles, an important voice in the context of the national feminine writing, alongside names such as Clarice Lispector and Rachel de Queiroz. From the literary corpus mentioned, it is intended to establish a reflection on the theme of the logic of being and opinion, guiding the family formation in Brazil in the years 1950, a relevant aspect in the lines of fictional prose in question. In addition, we seek to identify and analyze the presence of a seemingly characteristic aesthetic of what would be called the novel of formation or *bildungsroman*, literary genre that shows rich in elements capable of sustaining the development of studies around the process of constitution of feminine identity in Relationship with the other. In order to do so, considering the transdisciplinary nature of the proposed research, as it involves issues related to other areas of knowledge such as Law, Psychology, Philosophy, History and Sociology, the theoretical basis is the notes of several authors, among which, Stuart Hall (2002), Maria Berenice Dias (2010), Rodrigo Cunha Pereira (2016), Germano Schwartz (2006), Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (2008), Michel Foucault (2007), Charles Taylor (2011) and others.

Keywords: Brazilian literature. Identity. Outridade. Family. *Bildungsroman*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONCEPÇÃO DO ROMANCE DE FORMAÇÃO	14
2.1 A AUTORA E UMA CIRANDA DE FORMAÇÃO	15
2.2 O ROMANCE DE FORMAÇÃO: características estruturais	23
2.3 ETIMOLOGIA E PERSPECTIVA HISTÓRICA	28
3 O CÍRCULO DAS IDENTIDADES	41
3.1 O PATRIARCALISMO	43
3.2 MULHERES DESOBEDIENTES: Lilith, Eva, Pandora e Laura	47
3.3 DA IDENTIDADE, DA ALTERIDADE E DA OUTRIDADE	61
4 ENTRE A LITERATURA E O DIREITO	79
4.1 O CONCEITO DE FAMÍLIA E O PONTO DE VISTA JURÍDICO	83
4.2 RETRATO DA FAMÍLIA E A DINÂMICA DO SER E DO PARECER	90
4.3 A PROPOSTA JURÍDICA ENCONTRADA EM CIRANDA DE PEDRA	98
4.3.1 Alienação parental	99
4.3.2 Abandono afetivo e abandono moral	107
5 CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE	125

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação, a partir da leitura crítica do romance **Ciranda de pedra** (1981), escrito por Lygia Fagundes Telles¹, assinala na verve ficcional da autora a presença de uma estética caracterizadora do denominado romance de formação, gênero literário este que se mostra rico em elementos capazes de sustentar o desenvolvimento de estudos em torno do processo de constituição da identidade feminina em relação dialógica com a **outridade**².

A dinâmica do romance de formação, que também pode ser chamado de romance de educação, trata do autoconhecimento da personagem principal, Virgínia, no desenrolar de seu destino e, portanto, de sua reconfiguração pessoal e social ao fim desse processo. Ao mesmo tempo em que a protagonista segue uma trajetória de descobertas e de reconstrução do **Eu**, vai moldando seu caráter, daí porque se utiliza do termo identidade em formação. Nesse percurso pessoal, essa personagem experimenta sentimentos variados quanto à sua própria imagem e quanto à percepção que tem da sua família e da sociedade que a envolve.

Como extensão desse estudo abre-se ainda a possibilidade de investigar a dinâmica familiar na obra literária em questão, partindo-se do entendimento de que a família é a primeira célula social da qual faz parte o indivíduo.

Desta forma, torna-se possível a demonstração e a ampliação dos estudos e críticas em relação ao romance de formação, à medida que o *corpus* literário proposto viabiliza a discussão acerca de conceitos como família, tradição, identidade, alteridade e **outridade** no âmbito social e familiar, de maneira a contribuir para o aumento do conhecimento a respeito dos aspectos que norteavam a organização das famílias e da sociedade brasileira nos anos 1950. Este foi um período de transição inicial entre a sociedade patriarcal e uma maior liberdade feminina no Brasil, com conseqüente avanço no que diz respeito à busca de uma identidade genuinamente feminina.

De fato, há uma evolução da mulher como sujeito ativo e dotado de personalidade. Verifica-se, contudo, que as liberdades conquistadas, quer seja pelas

¹ O romance **Ciranda de pedra** foi primeiro publicado pelas Edições O Cruzeiro, do Rio de Janeiro, no ano de 1954. Mas nesta dissertação utilizou-se a edição de 1981 da José Olympio Editora, como base para todo o trabalho e citações.

² O conceito de outridade será oportunamente detalhado na seção 3, subseção 3.3, p. 62.

mulheres ou por quaisquer outras identidades, não apagam ou excluem o papel fundamental da família na formação do indivíduo.

Tendo em vista a interseção entre Literatura e Direito, são também analisadas nesta dissertação questões sócio-jurídicas, tais como: alienação parental, abandono afetivo e abandono moral. Tendo então, como ponto de partida o contexto social em que o texto foi produzido, a organização familiar e social brasileira será questionada a partir da leitura crítica da obra de Lygia Fagundes Telles.

Considerados estes elementos, vale enfatizar que a autora soube apresentar e explorar a dinâmica familiar de forma peculiar, expondo, sob uma perspectiva eminentemente feminina, questões relacionadas aos conflitos identitários, à relação entre pais e filhos, à identidade frente à **outridade**, temas esses que ainda nos dias atuais geram muitas inquietações.

De modo a nortear as investigações relacionadas a um conjunto variado de conceitos e campos de discussão – como as relações familiares, a identidade feminina, a alteridade e a **outridade**, o romance de formação – oriundos das mais diversas áreas do conhecimento como o Direito, a Psicologia, a Filosofia, a Sociologia e a Literatura, foram utilizados como base teórica para este texto dissertativo os estudos de uma gama de autores, dentre os quais se destacam Wilma Patricia Marzari Dinardo Maas (2000), **O cânone mínimo: o *bildungsroman* na história da literatura**; Florípedes do Carmo Coelho Borges (2007), **Na contramão da história: o *bildungsroman* feminino em Lygia Fagundes Telles**, Helena Parente Cunha e Lya Luft; Nelson Ernesto Coelho Junior e Luís Cláudio Figueiredo (2004), **Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade**; Rodrigo da Cunha Pereira (2016), **Divórcio: teoria e prática**; Maria Berenice Dias (2010), **Manual de Direito das famílias**; Sigmund Freud (2014), **O inquietante**; Stuart Hall (2002), **A identidade cultural na pós-modernidade**; Charles Taylor (2011), **As fontes do self: a construção da identidade moderna**; Janet M. Paterson (2007), **Pensando o conceito de alteridade hoje**; Immanuel Kant (2008), **A metafísica dos costumes**; Germano Schwartz (2006), **A constituição, a literatura e o direito**, além de outros.

Sobre a análise específica em **Ciranda de pedra** (1981), a realidade que se encontra a partir da escrita de Lygia Fagundes é a de uma família fragmentada pelo casamento desfeito e pelo lar abandonado, pois a mãe, Laura, separa-se do marido e escolhe viver ao lado de Daniel, dando vazão à sua vida pessoal e deixando os

laços familiares opressores de um casamento sem amor, dando a entender que seja certo que, na busca da plena felicidade, o indivíduo possa fazer suas escolhas a par do que se poderia chamar moral conservadora.

A importância na análise crítica do *corpus* literário mencionado, constituído de uma obra que, de autoria feminina num universo social predominantemente dominado pela ordem machista do ser e do parecer, pois escrita no ano de 1954, traz em si a imagem da família nos anos 1950, sem deixar, no entanto, de se fazer contemporânea e universal.

Esse ponto de vista, colocado por Lygia Fagundes Telles por meio de sua obra, que merece ser objeto de abordagem neste texto é a retomada de discussões teórico-críticas acerca do conceito de identidade, sobretudo da identidade feminina. As figuras tanto da mãe quanto do pai de Virgínia são, por outro lado, os primeiros sinais da **outridade**, pois, é por intermédio da identidade de ambos que a noção de subjetividade/identidade das filhas passa a se estabelecer e a se entender diante do mundo.

Na narrativa lygiana em questão, as escolhas feitas pela personagem Laura revelam o desejo da realização pessoal, de maior liberdade feminina, mas ao mesmo tempo, geram reflexos na própria dinâmica familiar, visto que as filhas, Bruna e Otávia, viriam a lhe fazer visitas enquanto a caçula Virgínia, que morava com a mãe, passaria a visitar Natércio no casarão. Aqui, notadamente, o presente trabalho de dissertação recorre à transdisciplinaridade para tratar de assuntos relacionados à área do Direito de Família, especialmente a separação e as relações parentais decorrentes, conforme anteriormente mencionado, haja vista também o fato de Lygia Fagundes Telles ser afeita às ciências jurídicas, percebendo-se, portanto, na elaboração estética do romance **Ciranda de pedra** (1981), os muitos traços da formação acadêmica jurídica da autora.

Considerado este aspecto, verifica-se que a mudança da realidade ou da percepção social vem influenciar o Direito como um todo. Isto porque a evolução dos tempos, da moral e dos costumes altera substancialmente o discurso jurídico, o dizer o Direito, tornando-o vivo justamente porque carrega este propósito prático, qual seja, a consagração das igualdades e a democratização social, culminando no âmbito do Direito das Famílias no princípio da afetividade.

Ressalta-se a figura da protagonista Virgínia, que vive entre dois mundos e não se encaixa em nenhum deles, visto que a ciranda de relações familiares e

peçoais é fechada. Sentindo-se rejeitada pelas irmãs que criticam a mãe por ter-se separado e sem receber de Natércio o devido afeto, a personagem percebe que não há lugar para ela nesse círculo. Aí está a ciranda de anões de pedra que ornamentava o jardim da casa de Natércio, representação do grupo tão fechado formado por Bruna, Otávia, suas irmãs, Afonso, Letícia e Conrado, amigos. A protagonista neste ambiente é a estranha, é o elemento diferente.

No romance **Ciranda de pedra** (1981) há signos, símbolos e significados que remetem à constatação dos processos de formação da identidade de Virgínia. A autora muitas vezes utiliza o fluxo de consciência para mostrar os pensamentos da protagonista que elabora uma visão sobre a realidade que experiencia valendo-se da construção de imagens metafóricas em que se fazem presentes seres como formigas, aranhas, raízes, besouros e libélulas.

Diante dessas inúmeras possibilidades de análise do romance lygiano em questão, de maneira a auxiliar as investigações propostas neste trabalho dissertativo, inclusive aquelas relativas ao conceito de família, busca-se estabelecer um estudo com caráter transdisciplinar a partir do referencial teórico, anteriormente relacionado, oriundo de outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Antropologia, a História, a Psicologia, o Direito e a teoria literária.

Assim, as reflexões propostas no presente trabalho são desenvolvidas em 4 seções, além desta **Introdução**. A abordagem na seção 2, intitulada **Concepção do romance de formação**, cuida da delimitação do romance de formação ou *bildungsroman*. Em seguida, a referida seção, trata da apresentação e da escolha da obra que constitui o *corpus* literário da pesquisa desenvolvida, bem como a autoria da mesma, perpassando características estruturais, etimologia e perspectiva histórica do romance de formação.

Na seção 3, nominada **O círculo das identidades**, desenvolve-se uma exposição a respeito do patriarcalismo e de seu possível surgimento a partir do mito de Lilith e da narrativa em torno de Eva e Pandora. Ainda nesta seção é realizada uma comparação dessas subjetividades femininas com Laura, personagem lygiano que é mãe da protagonista Virgínia e que, em princípio, contrapõe-se a conceitos socialmente impostos. A partir desses aspectos, são desenvolvidas reflexões atinentes à identidade, à alteridade e à **outridade**.

Entre a literatura e o direito, mote da seção 4, o recorte do *corpus* literário é centralizado na abordagem jurídica e, igualmente, na simbologia investigada em **Ciranda de pedra** (1981) tomando por base o referencial teórico selecionado.

Em conformidade com eventos sócio-psicológicos e jurídicos relacionados à temática da família, à formação da identidade e a partir de sua interação com a **outridade**, a obra lygiana tomada para estudo no presente trabalho dissertativo é marcada por inúmeros pontos de tensão entre a tradição que vigorava nos anos 1950 e, quiçá, ainda vigoram na sociedade e na Literatura Brasileira, o que torna a dissertação e a pesquisa de que decorre, aqui anunciadas, passíveis de serem inseridas na Linha de Pesquisa Literatura Brasileira: tradição e ruptura, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF.

2 CONCEPÇÃO DO ROMANCE DE FORMAÇÃO

O conhecimento moral de si mesmo, que procura penetrar as profundezas (o abismo) do próprio coração, cuja sondagem é sumamente difícil, é o começo de toda sabedoria humana...

Immanuel Kant

A imagem marcante no romance de formação³ é um personagem que se transforma, aprende, alcança o crescimento interior e um engajamento social. O romance de formação feminino se apresenta sob o ponto de vista da mudança, haja vista que com a personagem há uma quebra de valores tão relevante que leva a determinar o caminho percorrido para a formação do indivíduo. No caso, **Ciranda de pedra** (1981) se enquadra neste contexto, pois, Virgínia objetivamente e subjetivamente ousa mais que a mãe e que as irmãs, tomando caminhos diversos, agindo conforme seu livre arbítrio, assumindo responsabilidades e sofrendo por suas escolhas. A protagonista deseja se tornar independente, por meio do trabalho e do estudo. Escolhe não depender economicamente do pai, Natércio, e ainda põe em segundo plano um amor de infância para que possa amadurecer e se tornar plena enquanto sujeito.

Entre conflitos pessoais e familiares Virgínia busca ser feliz encontrando a paz interior a despeito do que a sociedade julga ser o correto. Ou seja, há uma ruptura com o sistema patriarcal vigente, de tal forma que o casamento tradicional, a maternidade e a estabilidade a ser alcançada sob a autoridade marital não são fins perseguidos pela personagem principal. Não há uma estagnação e resignação feminina frente ao meio social; ao contrário, ocorre uma quebra do esquema androcêntrico vigente à época.

Assim, a escolha de se estudar **Ciranda de pedra** (1981) sob a temática do romance de formação ou *bildungsroman* se deu em função da formação identitária

³ O romance de formação ou *bildungsroman*, segundo Florípedes do Carmo Borges (2007), na dissertação de mestrado intitulada **Na contramão da história: o *bildungsroman* feminino em Lygia Fagundes Telles, Helena Parente Cunha e Lya Luft**, tem como questão central a “formação do indivíduo, do alargamento de suas potencialidades, dentro das poucas condições que eram oferecidas no momento histórico-cultural” (BORGES, 2007, p. 24). Acrescente-se que, de acordo com Wilma Patricia Marzari Dinardo Maas (2000), na obra **O cânone mínimo: o *bildungsroman* na história da literatura**, “O *Bildungsroman* representaria a trajetória de um indivíduo jovem, *bem-intencionado*, no fim da qual se poderia reconhecer um efetivo aperfeiçoamento do protagonista, no sentido de que ele adquire o desejável equilíbrio entre sua conformação interior e o mundo exterior das relações sociais” (MASS, 2000. p. 71-72, grifos da autora).

da menina Virgínia que se conjuga com os novos modelos e conceituações culturais de gênero, prestando-se, fundamentalmente, à expressão de problemas e vivências intrínsecas da mulher.

Tendo em vista esses aspectos, é importante proceder neste trabalho de dissertação à apresentação de maiores detalhes e informações não só acerca da escritora Lygia Fagundes Telles, como também sobre o referido romance **Ciranda de pedra** (1981), em específico, além de se estabelecer uma abordagem a respeito do *bildungsroman* enquanto gênero narrativo, o que passa a ser realizado nas subseções seguintes.

2.1 A AUTORA E UMA CIRANDA DE FORMAÇÃO

A relação do texto com o autor insinua que pensemos a propósito da maneira como o texto aponta para seu criador. O autor é exterior e anterior ao texto, e o é pelo menos aparentemente.

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy⁴

Lygia Fagundes Telles nasceu em São Paulo, em 19 de abril de 1923. É filha do casal Durval de Azevedo Fagundes e Maria do Rosário de Azevedo Fagundes. O pai foi advogado, exerceu os cargos de delegado e de promotor público em diversas cidades do interior paulista, o que marcou a infância da escritora por constantes mudanças de espaço físico e de convivência social. A mãe, Maria do Rosário, era pianista. Os pais da escritora se separam, mas sem desquite, em 1936.

Lygia Fagundes Telles ingressou no curso de Direito na Faculdade do Largo do São Francisco a partir de 1941. Já em 1944 publicou os contos **Praia viva** e, no ano seguinte, a escritora veio a perder o pai. Terminou o curso de Direito em 1946 e três anos após publicou o terceiro livro de contos intitulado **O cacto vermelho**, pelo

⁴ GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito & literatura**: ensaio de síntese teórica. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 20. (Direito & arte, v. 2).

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy é Livre docente em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e Procurador da Fazenda Nacional, teórico na conexão entre Direito e Literatura, possui pós-doutorado em Direito Comparado na Universidade de Boston, em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Literatura no Departamento de Teoria Literária da Universidade de Brasília (UnB).

qual recebeu o Prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras (TELLES, 1981, p. 7).

Em 1961 a autora começou a trabalhar como procuradora do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. É eleita, em 1982, para a cadeira de número 28 da Academia Paulista de Letras e, em 1985, é eleita, em 24 de outubro, para ocupar a cadeira 16 da Academia Brasileira de Letras⁵, na sucessão de Pedro Calmon. Em 1991, Lygia Fagundes Telles aposentou-se como funcionária pública.

Agraciada com diversos prêmios, tais como: Prêmios Jabuti, por **Verão no Aquário** (1963), **As Meninas** (1973), **Invenção e memória** (2000), a escritora recebeu ainda a condecoração com a Ordem das Artes e das Letras do governo francês (1998), a consagração definitiva com o Prêmio Camões (2005), a distinção maior em língua portuguesa pelo conjunto de sua obra e o Troféu Juca Pato – Prêmio Intelectual do Ano, concedido pela União Brasileira de Escritores/UBE (2009), além do Prêmio Conrado Wessel de Literatura (2015), dentre outros.

Foram diversas obras publicadas, destacando-se, entre outras, os contos **Histórias escolhidas** (1964), **O jardim selvagem** (1965), **Antes do baile verde** (1970), **Seminário dos ratos** (1977), e os romances **Ciranda de pedra** (1954) e **As horas nuas** (1989).

Em 2016, a União Brasileira de Escritores (UBE) indicou a escritora Lygia Fagundes Telles para o Prêmio Nobel de Literatura. A indicação foi enviada para a Academia Sueca em março do corrente ano pelo presidente da entidade, Durval de Noronha Goyos Junior, conforme comunicado à imprensa e de acordo com notícias veiculadas na própria *homepage* oficial da UBE. A autora tem obras traduzidas para o alemão, o espanhol, o francês, o inglês, o italiano, o polonês, o sueco e o tcheco, além de obras adaptadas para TV, teatro e cinema.

Lygia Fagundes Telles iniciou sua carreira literária ainda adolescente, vindo a publicar um livro com o dinheiro que juntava da mesada. Em entrevista⁶ concedida a Manuel da Costa Pinto em março de 2013 ela diz ser muito crítica de sua própria obra, em suas palavras “a pouca idade não justifica um mau livro”, por isso rejeitou e destruiu essa obra, tendo ela mesma apenas alguns poucos exemplares. Segundo

⁵ ACADEMIA Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/membros?title=LYGIA&field_cadeira_value=&field_cadeira_posicao_value=All>. Acesso em: 20 maio 2016.

⁶ Entrevista realizada em março de 2013, na casa da autora, para a Revista Vitrine, TV Cultura Digital. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vgMn9NjYYT8>>. Acesso em: 20 set. 2015.

Lygia, nesta mesma entrevista, o início de sua carreira literária deve ser creditado a partir do livro **Ciranda de pedra** de 1954, sendo que o para trás, segundo a autora define, seriam “juvenilidades” (TELLES, 2013. Não paginado, grifo da autora).

Porém, com seu primeiro romance, **Ciranda de pedra** (1981), a autora demonstra uma maturidade ímpar. Nas linhas da obra em questão, há a narrativa de uma família em desconstituição-reconstituição e novos arranjos emocionais, uma vez que a mãe, Laura, deixa o marido, Natércio, e escolhe viver um amor com o médico Daniel. Quando resolve sair de casa, as duas filhas mais velhas, Bruna e Otávia, permanecem morando com o pai e, dessa maneira, Laura muda-se apenas com a menina Virgínia, a caçula.

Já nas primeiras linhas, a autora demonstra a personalidade de Virgínia, uma criança temerosa e insegura, roedora de unhas, dividida entre dois mundos: a casa em que vive com a mãe e o padrasto – aos olhos sociais – e, de outro lado, o conforto da casa do pai – registral – onde moram as duas irmãs acima referidas⁷.

Virgínia, a protagonista lygiana, na nova casa em companhia de Laura e Daniel, exterioriza seus sonhos no desejo de voltar a morar com a mãe, Natércio e as irmãs no casarão cinzento. A menina anseia uma família reunida novamente. Percebe-se o sofrimento e a amargura da personagem, revelados quando de suas visitas semanais à casa de Natércio, pois ali não tem boa relação com as irmãs e nem com os amigos delas. Estas, muitas vezes, ignoram-na e ignoram a figura de Laura como mãe, destituindo-a deste lugar em suas vidas, inclusive, a filha Bruna chega a culpá-la pelo sofrimento imposto ao pai, revelando um discurso de posicionamento a favor daquele, em detrimento da posição materna no que diz respeito à relação conjugal, atribuindo a Laura a culpa por todo o sofrimento paterno e filial.

Nas duas casas, a protagonista sente angústia e solidão. Numa das residências, a mãe com transtornos mentais alterna momentos de lucidez; na outra, aquele a quem até então chama de pai é duro e distante. Virgínia não tem, da parte de Natércio, quaisquer gestos de carinho e afeto, vez que este é um advogado muito convencional, austero e severo.

Laura, enquanto ainda mora com o ex-marido, começa a ficar doente e é internada num sanatório, vive em constantes delírios sobre um besouro e raízes que

⁷ Vide organograma da p. 125.

crecem em suas mãos. No decorrer da narrativa e com o agravamento da saúde da mãe, Virgínia muda-se para a casa das irmãs. Duas semanas depois recebe a notícia da morte da doente, seguida do suicídio de Daniel. É também nessa circunstância que é revelado à menina que seu padrasto, a quem chamava de tio, era seu verdadeiro pai e que Natércio, portanto, era apenas alguém que a aceitara como filha somente para efeito de convenções sociais. Sente-se, então, mais sozinha do que nunca e, dá-se conta de que jamais seria aceita. Com esses falecimentos recentes, Virgínia pede para ser interna no colégio, não desejando morar mais no casarão. O advogado concorda.

No jardim desse casarão, existia uma fonte cercada por cinco anõezinhos de pedra de mãos dadas. Essas figuras sempre fascinaram Virgínia, tendo em vista que ela brincava de faz de conta, sonhando fazer parte daquela roda e do círculo social das irmãs, mas a despeito dos anseios e das tentativas era sempre demais, a conta certa eram somente os cinco e a indiferença prevalecia:

Rindo-se ainda, aproximou-se dos anõezinhos que dançavam numa roda tão natural e tão viva, que pareciam ter sido petrificados em plena ciranda. No centro, o filete débil da fonte a deslizar por entre as pedras. “Quero entrar na roda também!” – exclamou ela apertando as mãos entrelaçadas dos anões próximos. Desapontou-se com a resistência dos dedos de pedra. “Não posso entrar? Não posso?” – repetiu mergulhando na fonte as mãos em concha (TELLES, 1981, p. 60, grifo da autora).

Interessante que a ciranda de anões representa a vida da protagonista, pois a personagem se sente desconfortável na presença de Bruna e Otávia que a hostilizam, embora só veja nelas inúmeras qualidades, enquanto em si própria enxergava apenas defeitos. Por fim, a metáfora da ciranda de pedra e dos cinco personagens de mãos dadas pode ser assim representada por Letícia, Afonso, Bruna, Otávia e Conrado.

Na segunda parte da narrativa, após completar os estudos, a protagonista volta para a mansão como uma nova pessoa. Diplomou-se, pretende lecionar e trabalhar em traduções. Já suas irmãs permanecem sob os cuidados do pai e dependentes financeiramente dele. A personagem, então, descobre as várias fraquezas humanas das pessoas perante as quais um dia, na infância, sentira-se inferiorizada. Ao longo dessa trajetória, a protagonista fica em trégua com o seu **Eu** interior e com o mundo, revelando uma das características do que se configuraria como *bildungsroman*, uma vez que a tranquilidade e a paz alcançadas revelam o

amadurecimento e o desenvolvimento espiritual delineados em um romance de formação.

Como uma dentre as inúmeras peculiaridades que serão apresentadas acerca do romance, aqui se faz necessário atentar para o nome de algumas das personagens. Tal como nos ensina Foucault (2007) na obra **As palavras e as coisas**,

A palavra designa, o que quer dizer que, em sua natureza, é nome. Nome próprio, pois que aponta para tal representação e mais nenhuma. Assim é que, em face da uniformidade do verbo – que nunca é mais do que o enunciado universal da atribuição – os nomes pululam e ao infinito (FOUCAULT, 2007, p. 135).

O nome define e para além, carrega de fortes significados⁸ e marca o indivíduo. O primeiro nome a ser destacado é Virgínia, originário do latim dos termos *virgo*, *virginis*, significa virgem ou donzela. Para a mitologia romana, foi uma donzela morta pelo seu próprio pai para que fosse salva do cortejo de um oficial corrupto. Ao longo de **Ciranda de pedra** (1981), vê-se uma menina realmente ingênua e vulnerável, virgem frente às ações e tramas que se passam ao seu redor⁹.

Daniel, com origem no hebraico *Daniyyel*, é formado pela junção dos elementos *dan*, que significa literalmente **aquele que julga, juiz** e *El*, que quer dizer **Senhor, Deus**, o que resulta em **o Senhor é meu juiz**¹⁰. De tal sorte, que o *corpus* é rico em símbolos religiosos e Daniel não se abstém dessa ciranda, agindo segundo seus próprios desejos e alheio a julgamentos sociais assume posição e enfrenta a família de Laura, tirando-a de casa e depois da saída do sanatório.

Quando se fala em Laura, o significado atribuído a este nome é de vitoriosa e triunfadora. É o feminino de Lauro, tendo origem no substantivo latim *laurus*, que significa loureiro, louro. Na antiguidade, o loureiro simbolizava a vitória e a imortalidade, bem como para os antigos romanos, a glória.

Na Grécia, com as folhas do loureiro eram feitas coroas, como símbolo do Deus Apolo, e utilizadas como prêmio dado aos vencedores nas Olimpíadas da

⁸ O nome da pessoa natural permite sua identificação no grupo social e o direito civil tutela sua proteção. O nome é direito personalíssimo e o Código Civil em seu art. 16 aduz que: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome” (BRASIL. **Código civil**. Vade mecum Saraiva OAB e concursos. 11 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2017).

⁹ DICIONÁRIO de nomes próprios: significado dos nomes. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

¹⁰ DICIONÁRIO de nomes próprios: significado dos nomes. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2017

Antiguidade e, ainda, para heróis, gênios e sábios¹¹. Laura é ambígua, mas também, como se verá, uma vitoriosa e triunfadora, pois sua atitude em assumir um amor fora do casamento questiona padrões sociais da época.

A origem mitológica do loureiro nasce da paixão do Deus Apolo pela ninfa Dafne. Esta é transformada em árvore a fim de fugir das investidas do deus Apolo. Como forma de manter vivo seu amor àquela donzela, Apolo proclama como sua planta preferida o loureiro. E assim segundo conta Bulfinch (2006), o deus diz:

– Já que não podes ser minha esposa – exclamou o deus – serás a minha planta preferida. Usarei tuas folhas como coroa; com elas enfeitarei minha lira e minha aljava; e quando os grandes conquistadores romanos caminharem para o Capitólio, à frente dos cortejos triunfais, serás usada como coroas para suas frentes. E, tão eternamente jovem quanto eu próprio, também hás de ser sempre verde e tuas folhas não envelhecerão (BULFINCH, 2006, p. 31).

De fato, o loureiro mantém as folhas sempre verdes. E assim, as folhas de louro são símbolo da vitória e do triunfo.

Ciranda de pedra (1981) é fonte abundante de interpretações, destacando-se a intertextualidade possível entre a mitologia do loureiro em Dafne e a história de Laura. Por vezes, Laura fala em raízes crescendo em suas mãos e a prendendo, tal como Dafne um dia foi mulher e no outro seu peito revestiu-se de leve casca, seus cabelos se transformaram em folhas, seus braços em galhos e os pés cravaram no chão como raízes. Ambas foram amadas, mas não corresponderam a estes amores da mesma maneira. Laura pôs fim a um casamento e Dafne temia o próprio casamento em si, não desejando se casar nunca. E assim ela se reporta ao seu pai, o rio-deus Peneu: “concede esta graça pai querido! Faze com que eu não me case jamais!” (BULFINCH, 2006, p. 30). Para Dafne, nas palavras de Bulfinch (2006), o casamento era como um crime. O gene da liberdade pulsa em ambas.

Quando se toma por base uma obra literária, tal como **Ciranda de pedra** (1981), verifica-se que esta não é o fim em si mesmo, na verdade, as leituras que são feitas desta obra possibilitam procedimentos de interpretação que revelam e completam sentidos descortinando a vida e a sociedade, viabilizando ao leitor uma melhor percepção do texto e assim podendo mostrar “a melhor obra arte possível” (SCHWARTZ, 2006, p. 20).

¹¹ DICIONÁRIO de nomes próprios: significado dos nomes. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Nota-se que as obras literárias representam ou podem espelhar a sociedade em vários aspectos, estabelecendo correlações entre a descrição de fatos reais e a ficção. Nesse plano, explorar a fidelidade entre a obra e a problematização histórica, leva a uma correlação entre aquela e o público a partir de uma reflexão sobre a sociedade em si.

Para tal, o percurso investigatório aqui proposto utiliza da própria definição de literatura e de como se configuraria uma possível maneira de se ler este romance. Não se trata aqui sobre o aspecto da natureza da obra ou a origem do texto, mas, sim, da relevância prática do que está escrito e do modo pelo qual as pessoas podem considerá-lo. Enfim, o contexto social e as relações com o meio ambiente podem dar valoração diversa ao que inicialmente se interpretaria a partir de um texto, tal como assevera Terry Eagleton (2003) em sua obra **O que é literatura**. De acordo com o mencionado teórico:

Diferentes períodos históricos construíram um Homero e um Shakespeare “diferentes”, de acordo com seus interesses e preocupações próprios, encontrando em seus textos elementos a serem valorizados ou desvalorizados, embora não necessariamente os mesmos. Todas as obras literárias, em outras palavras, são “reescritas”, mesmo que inconscientemente, pelas sociedades que as lêem; na verdade, não há releitura de uma obra que não seja também uma “reescritura” (EAGLETON, p. 17, 2003, grifos do autor).

É por essa razão que, para se extrair do texto algo além do que é escrito ou dito, é preciso entender-se os juízos de valor aplicados ou o próprio sentido de valor, no sentido axiológico, ou seja, o que efetivamente significa ser bom. O texto sempre diz a respeito de alguma coisa, mas o objeto do texto será constantemente trazido à tona pelo valor da palavra, conforme as experiências do leitor por exemplo. Com isso quer-se dizer que poderá ter sua existência renovada, atualizada pelos valores que perpassam determinada época, isto porque a obra não é um produto unívoco, estático e fixo ao público, e nem este a consome de forma homogênea; ao contrário, a obra é viva e atua sobre o indivíduo, muitas vezes modificando comportamentos e esculpindo-os.

A literatura é assim, nas palavras de Antonio Candido (2000, p. 74) “um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a”. Portanto, há uma relação clara entre o texto, a obra literária e a sociedade sobre a qual o

mesmo foi criado. Todavia, essa ligação não é hermética, por isso, um mesmo texto pode ser reescrito inconscientemente por essa mesma sociedade.

Ora, é por essa razão que a escrita de Lygia Fagundes Telles permanece tão atual e inovadora em **Ciranda de pedra** (1981), mesmo tendo-se passado mais de cinquenta anos desde a primeira publicação desta obra em 1954.

Contudo, seria um equívoco reduzir a análise da obra ao texto e ao contexto, vez que a dimensão social é vasta, mas não é única. Há que se ter em conta os aspectos psicológicos, antropológicos e literários como parte do jogo de fatores essenciais para a interpretação daquilo que se encontra escrito.

Isso torna crucial afirmar que, segundo expõe Candido (2000), a tríade indissolúvel – obra, autor e público – é “um sistema simbólico de comunicação inter-humana”, pois o público é quem dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois é o próprio público o fator de ligação entre o autor e a obra e “é de certo modo espelho que reflete a sua imagem enquanto criador” (CANDIDO, 2000, p. 38).

De fato, a literatura pode impor uma consciência dramática da realidade e torna os objetos sociais mais perceptíveis. Desta feita, a partir da leitura crítica do *corpus* literário apontado neste trabalho de dissertação, estabelece-se um percurso de reflexão a respeito da temática da lógica do ser e do parecer, norteadora da formação familiar no Brasil dos anos 1950, aspecto relevante nas linhas da prosa ficcional em questão.

Mediante o enredo desenvolvido por Lygia Fagundes Telles no romance **Ciranda de pedra** (1981), é possível como afirmado, a verificação de aspectos relacionados à conformação das relações familiares, à constituição da identidade feminina no seu diálogo direto com a **outridade**, além daquilo que se pode entender sobre o estranhamento ou a desfamiliarização de Virgínia, em que a personagem é um alguém, é uma identidade sem lugar, enfim, uma hóspede inconveniente naquela casa e naquela família. Por isso, Virgínia é vista frequentemente como uma estranha no porta-retratos da família.

2.2 O ROMANCE DE FORMAÇÃO: características estruturais

Neste dia perfeito, em que tudo amadurece e não
 só a vida doura,
 Caiu-me na vida um raio de sol: olhei para trás,
 olhei para frente,
 Jamais vi tantas e tão boas coisas de uma só vez.

Friedrich Nietzsche

Na obra intitulada **Ecce Homo**: como alguém se torna o que é, Friedrich Nietzsche (1995) revela sua vida, seu trajeto, seus escritos e suas experiências psicológicas, e ainda mais, passa a ideia de suas experiências interiores, influências e conflitos. A partir daí, poder-se-ia, ao menos hipoteticamente, achar a resposta ao questionamento de como alguém se torna o que é.

Trata-se de uma pergunta desde sempre feita por filósofos existencialistas, tais como Sören Aabye Kierkegaard (1974) no livro **O desespero humano**: doença até a morte, Jean-Paul Sartre (2010) em **O existencialismo é um humanismo** e Simone de Beauvoir (1970) no **O segundo Sexo I**: fatos e mitos, dentre outros.

A filosofia existencialista é uma das fundadoras da ideia de liberdade e responsabilidade do homem, uma vez que o mesmo existe antes de sua essência ser caracterizada. Se a existência precede a essência, o indivíduo é responsável por construir sua natureza, seu eu interior, e viver autenticamente à altura daquilo que se propõe.

A noção de Kierkegaard (1974), em **O desespero humano** sobre o **Eu**, parte da construção e transformação, descrevendo como a vontade e a liberdade são essenciais para a consciência deste **Eu**. Dessa forma, passa a ser uma necessidade a consciência do indivíduo sobre ele mesmo. De fato “O eu é necessidade, porque é ele próprio, e possível, porque deve realizar-se” (KIERKEGAARD, 1974, p. 354).

Assim, desde o nascimento até a morte é dado ao ser o papel de construtor de sua própria realidade. Nada é imutável, nem mesmo a alma, por isso os existencialistas exploram as várias perspectivas nas quais se pode viver em um universo sem Deus ou quaisquer entidades ou autoridades superiores, com a existência do homem precedendo a sua essência.

Como parte do esclarecimento para atingir a resposta, de como alguém se torna um eu, Sartre (2010) em **O existencialismo é um humanismo**, texto originado de uma conferência proferida em 29 de outubro de 1945 em Paris, explica

que o homem existe primeiro, encontra-se no mundo para depois definir-se. Dessa maneira, o homem não é definível porque inicialmente ele não é nada, o que levaria à noção de que “ele apenas será alguma coisa posteriormente, e será aquilo que ele se tornar” (SARTRE, 2010, p. 19).

O filósofo francês ainda acrescenta que o homem é como ele se quer e não como se concebe, ele não é nada além do que faz. Ou seja, o homem é tudo aquilo que se projeta a vir a ser, será um projeto que se vive enquanto sujeito, de tal sorte, que a escolha individual do sujeito é o seu subjetivismo. Dessa forma, a essência do homem é construída ao longo da própria vivência, a partir da liberdade incondicional de suas escolhas.

Por sua vez, em **A metafísica dos costumes**, o filósofo prussiano Immanuel Kant (2008) afirma que o ser humano tem um dever para consigo mesmo e deve utilizar-se de suas capacidades para todos os fins possíveis, permitindo-se cultivar suas capacidades para atingir o fim de sua existência (KANT, 2008, p. 286).

Seguindo-se essa linha de pensamento, pode-se compreender, portanto, que o indivíduo é um ser que, abarcando toda a responsabilidade por meio de suas próprias ações, traça caminhos para atingir um significado para sua existência. Tal indivíduo, dotado de livre arbítrio, de moral e consciência, vai ao longo da vida construindo o seu **Eu**, mas conserva responsabilidades para consigo mesmo e para com o mundo. É talvez nesse mesmo sentido que, na obra intitulada **O segundo sexo I: fatos e mitos**, a filósofa, ativista política, feminista e teórica social Simone de Beauvoir (1970) chega à conclusão de que “uma vida é uma relação com o mundo; é escolhendo-se através do mundo que o indivíduo se define; e é para o mundo que devemos nos voltar a fim de responder às questões que nos preocupam” (BEAUVOIR, 1970, p. 68).

É importante aqui rever-se o comando **conhece a ti mesmo**, inscrito na entrada do templo de Delfos, na Grécia, construído em honra ao deus Apolo, onde é possível se ler a frase: **Conhece-te a ti mesmo e conhecerás os deuses e o universo**. A análise dessa máxima é primordial enquanto pensada junto à questão de como alguém se torna aquilo que é, isto porque o autoconhecimento leva ao crescimento pessoal, ao traçar de novos rumos e ao entendimento do mundo.

A formação do sujeito, desse modo, dá-se nas experiências de vida, nos acertos e desacertos, nos conflitos e no percurso de busca de autoconhecimento. Segundo Nietzsche (1995), poder-se-ia ter a fórmula para uma destruição inicial que

levaria o indivíduo à própria sensatez, pois esquecer-se, mediocritizar-se, estreitar-se também é o caminho para o *nosce te ipsum*, ou seja, para a efetivação da máxima **conhece-te a ti mesmo**. Dentro dessa perspectiva é válido retomar as lições deste teórico no sentido de:

Que alguém se torne o que é pressupõe que não se suspeite sequer remotamente “o que é”. Desse ponto de vista possuem sentido e valor próprios até os “desacertos” da vida, os momentâneos desvios e vias secundárias, os adiamentos, as “modéstias”, a seriedade desperdiçada em tarefas que ficam além das tarefas (NIETZSCHE, 1995, p. 48, grifos do autor).

É a partir dessa discussão acerca da construção do indivíduo, que se fala no desenvolvimento daquilo que se entende como romance de formação, mais conhecido como *bildungsroman*, termo que tem origem no idealismo alemão¹². Uma vez que se busca conhecer o mundo, deve-se em primeiro lugar, conhecer quem se é. O conhecimento e o conhecer a si próprio são um processo, uma busca que não tem fim. A grande questão do *bildung* é a própria experiência da **outridade**, na medida em que, para tornar-se o que é, o indivíduo experimenta aquilo que ele não é, ou seja, a sua desconstrução. E, assim, ao final desse processo, esse indivíduo se reencontra.

Todas essas perguntas acerca de quem o ser realmente é; quais são as dificuldades que passa ao longo da vida para tornar-se; para moldar seu caráter e sua identidade e de como é o rito da passagem do jovem ao adulto enquanto ser humano completo e qual o papel que desempenhará na sociedade são características exploradas no romance de formação.

Cabe ressaltar que, inicialmente, retratado na literatura do século XVIII europeu, especificamente nascido na Alemanha, o romance de formação era de cunho eminentemente masculino, como forma de educação, doutrinação de jovens e preparação para a vida adulta, a fim de torná-los mais próximos do ideal de perfectibilidade.

Ao longo dos anos, o significado de romance de formação ultrapassou seus limites iniciais e passou a ser representado na literatura por outras nacionalidades e contextos históricos. Considerando-se o termo *bildungsroman* como de origem alemã, admitido como “de um caráter nacional à literatura de expressão alemã”, viu-

¹² O idealismo alemão tem como pensadores Kant (1724-1804), Fichte (1726-1814), Schelling (1775-1854) e Hegel (1770-1831).

se o mesmo influenciar a Europa como um todo e vindo a atingir outras literaturas. Firmou-se, conforme afirma a professora Wilma Patricia Marzari Dinardo Maas (2000) na obra intitulada **O cânone mínimo: o *bildungsroman* na história da literatura**, “como um conceito produtivo em quase todas as literaturas nacionais de origem européia, tendo sido assimilado também nas literaturas mais jovens, como as americanas” (MAAS, 2000, p. 13).

Há também uma tímida inserção feminina, em que o conceito inicial de romance de formação abre sua perspectiva para romancistas mulheres, que passam a trazer para o leitor a expressão da representação da mulher e o posicionamento da mesma enquanto protagonista. Há uma nova leitura crítica dos estudos sobre o romance de formação, tomando-o como possibilidade de interpretações ampliadas de acordo com o momento histórico em que se acha inserido e dando voz à diversidade.

No caso brasileiro, por exemplo, os estudos da já mencionada professora de Língua e Literatura Alemã da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Wilma Patricia Marzari Dinardo Maas (2000), sobre o termo *bildungsroman*, evidenciam que a fortuna crítica do termo no Brasil é associada à literatura de autoria feminina aqui produzida a partir da década de 30, o que se mostra uma experiência notadamente ideológica.

Essa experiência representa uma quebra de tradição do gênero narrativo alemão e a subversão dos pressupostos que sustentam, além de materializar também a representação da crítica feminista e de gênero. A hipótese de estudo do romance de formação sob a perspectiva da feminilidade e do feminino é essencial, pois as expectativas do **torna-se o que é** e do autoconhecimento do ponto de vista do que define a mulher viabilizam a mesma enquanto sujeito.

Flexibilizando-se o conceito para os dias atuais, é possível falar-se de um romance de formação de autoria feminina, tal como se vê exemplificado na dissertação de Florípedes do Carmo Coelho Borges (2007), cujo título é **Na contramão da história: o *bildungsroman* feminino em Lygia Fagundes Telles, Helena Parente Cunha e Lya Luft**, onde afirma que:

O Bildungsroman aparece pela primeira vez na Alemanha no final do século XVIII. No princípio, o termo aplicava-se a uma manifestação literária estritamente limitada, tanto pelo contexto cultural – a burguesia ascendente do Romantismo alemão – como pelo gênero do protagonista – o homem [...] No centro do romance reside a questão da formação do indivíduo, do

alargamento de suas potencialidades dentro das poucas condições que lhe eram oferecidas no momento histórico-social. [...] Dado o seu caráter representativo de uma parcela minoritária e desprivilegiada, o *Bildungsroman* foi resgatado pelas romancistas mulheres do século XX – o primeiro romance de formação feminino, *Pilgrimage*, foi escrito em quatro volumes por Dorothy Richardson nos anos de 1915 a 1938 – e largamente utilizado para a expressão e representação da mulher (BORGES, 2007, p. 24-25, grifos da autora).

Conforme já amplamente exposto, o *corpus* literário do presente trabalho de dissertação é o romance **Ciranda de pedra** (1981), o qual vem sendo enquadrado por alguns teóricos como pertencente ao gênero romance de formação. Vale ressaltar, igualmente, que o posicionamento engajado de Lygia Fagundes Telles ao romper com os modelos tradicionais deste referido gênero, contribui para instituir novos paradigmas. Nesse sentido, Borges (2007), ao referir-se à autora, afirma que:

No empenho da sua escrita como um processo autobiográfico e de auto-reflexão, ela manifesta, por um lado, sua posição feminina; e, por outro, subverte o chamado discurso masculino ao propor “outros” caminhos às suas protagonistas. A mulher contemporânea, à semelhança da mulher ficcional, não se satisfaz mais com os papéis domésticos e, com isso, ela traz para si uma dupla ou tripla jornada de trabalho, deveras muito pesada. O conflito entre o desempenho doméstico e o profissional faz emergir sensações de culpa e perda da identidade (BORGES, 2007, p. 29, grifo da autora).

Isto significa dizer mais, segundo Borges (2007), pois na literatura feminina é possível verificar sintomas ligados à exclusão feminina na História. No que tange tanto à vida social quanto à familiar, às mulheres foram impostas “regras comportamentais repressivas e opressivas, difundidas, muitas vezes, por meio da própria literatura – de autoria masculina, principalmente” (BORGES, 2007, p. 30).

Considerando, dessa maneira, o amplo âmbito de discussões que a temática do romance de formação comporta, mostra-se relevante para este trabalho dissertativo a abordagem de mais alguns aspectos relacionados a este gênero, sobretudo, no que tange à etimologia e à perspectiva histórica em que se deu o seu surgimento.

2.3 ETIMOLOGIA E PERSPECTIVA HISTÓRICA

E este segredo a própria vida me contou. “Vê”, disse, “eu sou aquilo que sempre tem que superar a si mesmo”.

Friedrich Nietzsche

O termo *bildungsroman* teria sido empregado pelo professor universitário Karl Morgenstern, ao se referir ao romance de Goethe, abordando especificamente o protagonista Wilhelm na obra **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister** (*Wilhelm Meisters Lehrjahre*, 1795-1796) (BORGES, 2007, p. 24).

Sobre os primórdios do romance de formação, a partir de Karl Morgenstern, algumas características são apontadas por Danielle Dayse Marques de Lima (2013), em tese de doutorado intitulada **Dramaticidade, subjetividade e sacralidade em Jane Eyre, o romance de formação de Charlotte Brontë**, tais como: por um lado, a apresentação do desejo de formação do protagonista, cuja trajetória é narrada desde a sua juventude até a formação plena; por outro a expressão de uma função didática, contribuindo, também, para a formação e o aprendizado do leitor, pois serve como um modelo de conduta e, por fim, a vinculação do romance de Goethe ao espírito nacional alemão do final do século XVIII, revelando o caráter histórico do termo (LIMA, 2013, p. 104).

A *bildung* expressa como mais uma de suas características o processo da cultura na constituição do indivíduo, visto que a partir dessa ideia advinda do século XVIII, localiza-se o conceitual como sendo fenômeno educativo, no sentido de formação humano-intelectual.

Segundo explicita Borges (2007, p. 24), “o termo aplicava-se a uma manifestação literária estritamente limitada, tanto pelo contexto cultural – a burguesia ascendente do Romantismo alemão – como pelo gênero do protagonista – o homem”. Por sua vez, Maas (2000) informa que as circunstâncias de origem do termo vêm do esforço para atribuir um caráter nacional à literatura alemã.

Massaud Moisés (1995), em sua obra **Dicionário de termos literários**, procede a uma decomposição do termo *bildungsroman* com o objetivo de melhor compreendê-lo. De acordo com esse teórico, desconstruindo-se o termo *bildungsroman*, tem-se que *bildung* significa formação e *roman* é o romance,

contudo também pode-se empregar o termo com outro sinônimo alemão *erziehungsroman*, como sendo romance de educação.

Tendo-se por conta de um processo de justaposição, correlacionam-se dois conceitos que fundam as instituições burguesas, de tal sorte que, indica a formação do jovem burguês, por meio do desejo de aperfeiçoamento como sujeito que vem ao encontro também com a relevância que o romance enquanto gênero literário passa a ter no fim do século XVIII. De tal sorte, que o termo também tem um caráter político e histórico, porque retrata a própria ascensão da burguesia, uma classe que se firma não apenas como força econômica, mas também como força cultural, é uma coroação de sua evolução através do trabalho e esforço pessoal, dando-lhe maior visibilidade e prestígio social, há uma conjugação histórica, social e literária. Segundo Maas (2000, p. 22) “cristaliza-se o reconhecimento público de um gênero literário voltado para a representação do próprio ideário burguês, gênero esse que o século XIX irá conhecer como a grande forma do romance realista”.

Pelo que se pode depreender das lições de Moisés (1995) o *bildung* é a expressão do desejo burguês, em outras palavras, a formação universal que até aquele momento só era dado à aristocracia tornar possível de ser atingida. Nesse sentido, Maas (2000) afirma que:

[...] o *Bildungsroman* desvenda-se como instituição social, como um mecanismo de legitimação de uma burguesia incipiente, que quis ver refletidos seus ideais em um veículo literário (o romance) que apenas começara a se firmar. É assim que, na Alemanha, o *Bildungsroman* mostrou-se a contrapartida estética de acontecimentos que, na França, se davam no plano político (MAAS, 2000, p. 17, grifos da autora).

A autora de **O cânone mínimo: o *bildungsroman* na história da literatura** ressalta que o termo carrega alta historicidade tanto no contexto alemão quanto no europeu, na medida em que “a incipiente classe alemã movimenta-se em direção à sua emancipação política, processo que se reflete na busca de autoaperfeiçoamento e educação universal”. E mais do que isso, trata-se agora de um **homem comum**, não mais um herói clássico com força, capacidades ou intelecto especiais, as considerações partem de uma realidade palpável, ou seja, “em vez de Ulisses, um burguês” (MAAS, 2000, p. 22-23).

O nascedouro do *bildungsroman* é, portanto, centrado na narrativa a respeito de protagonista homem e jovem, e mostra as mudanças do personagem na sua

formação ou na transição para a idade adulta. Identifica-se, então, no gênero, um caráter de elevação moral e social, de forma pedagógica para a formação de jovens e adolescentes e o sentido final para o indivíduo é que este se torne homem. Nessa linha de raciocínio Borges (2007) afirma que:

A *Bildung* (formação e educação) é perseguida e alcançada com a posterior integração do herói burguês, não sem muito empenho e luta, ao meio social aristocrata. No centro do romance reside a questão da formação do indivíduo, do alargamento de suas potencialidades dentro das poucas condições que lhe eram oferecidas no momento histórico-social (BORGES, 2007, p. 24, grifo da autora).

Em relação a esta realidade, destaca-se para a autora que em um mundo de mudanças de percepções e de fenômenos culturais, busca-se distanciar da cultura do mérito herdado, para a cultura do mérito construído, daquele indivíduo que pessoalmente fez por merecer, aproximando-se assim do que a formação e a educação do jovem burguês passaram a significar.

O termo *bildungsroman*, conforme anteriormente explicitado, nada mais é do que o ideal do projeto burguês: mostrar a possibilidade de crescimento pessoal por intermédio do esforço pessoal empenhado. É, portanto, parte de uma instituição social, uma vez que para a legitimação da burguesia emergente, adota-se o romance para se afirmar e se ter refletidos aqueles ideais e, assim, o romance de formação passa a corresponder tanto aos anseios de crescimento individual, quanto aos de toda uma classe social.

Lado outro, esse romance de formação não deixa de ser também um romance de educação, vez que, persegue a própria formação dos leitores. É fato que o caráter pedagógico faz parte do conceito, tanto quanto o desenvolvimento de potencialidades latentes em várias direções, pois como elucida Morgenstern (1810), o romance de formação busca “a formação do leitor, de uma maneira mais ampla do que qualquer outro tipo de romance” (MORGENSTERN, 1810 apud MASS, 2000, p. 19).

Sob esse aspecto, o romance em questão também é realista, pois não trata de heróis perfeitos e ideais inalcançáveis. Ora, a razão do romance de formação é acima de tudo prática e educacional, por isso retrata o homem comum, um jovem em busca de aperfeiçoamento e plenitude de vida enquanto se articula no mundo.

Por sua vez, consoante o filósofo húngaro George Lukács ([196-?]), em sua obra **Teoria do romance**, a estruturação do tema romance de formação se dá pela reconciliação do homem problemático com a realidade concreta e social. Mas essa chamada reconciliação não é pacífica, nem se trata de um acomodamento ou harmonia preestabelecida. Antes de qualquer coisa, a interioridade desse homem é confusa, intrigada, portanto a relação com o mundo é problemática e assim, o homem é forçado a procurá-la combatendo sentimentos confusos, mas sem se tirar de mente que deve ser uma pacificação com o mundo, como ideal possível de ser atingido. Dessa maneira, o filósofo em questão aduz que a relação humana “com o mundo das ideias é bamba, tão flutuante do lado do sujeito como do lado do objeto”, mas o sujeito, a individualidade se apoia em si mesmo (LUKÁCS, [196-?], p. 142).

Para a completa dimensão do termo romance de formação, necessário ressaltar-se que *bildung* abarca também a noção de processo, de forma que se traduz na concatenação de eventos entre o autoconhecimento e a importância do entender a realidade social e o mundo.

O *bildungsroman* tradicional segundo Maas (2000) “representa a trajetória de um indivíduo jovem, ‘bem-intencionado’, no fim do qual se poderia reconhecer um efetivo aperfeiçoamento do protagonista”, com harmonia entre sua interioridade, como diria Lukács ([196-?]), e o mundo exterior das relações sociais. Assim, ao final desse percurso, há o equilíbrio, ou seja, uma harmonia com liberdade na formação do caráter desse herói (MAAS, 2000, p. 72, grifo da autora).

Entretanto, esse indivíduo não é resignado, não se contenta com a contemplação, antes de tudo almeja a ação, aspira esse movimento eficaz, apesar de muitas vezes não ficar isento de perigos ou de dúvidas, estabelece por vezes um caminho árduo, mas nem por isso desiste da trajetória. O indivíduo não renega o mundo, ao contrário, busca uma reconciliação de sua individualidade problemática com o universo caótico, de tal sorte que “o herói não é posto à parte dos outros e situado no centro do livro senão porque é na busca e na sua descoberta que se manifesta mais claramente a totalidade do mundo” (LUKÁCS, [196-?], p. 143).

Assim sendo, a comunhão com a realidade, por intermédio de esforços dirigidos para um objetivo comum, cria uma relação íntima com a personagem, torna-a centro da ação e mantém o ideal da humanidade que é atingir a maturidade, aceitando todas as estruturas sociais como se colocam e enquanto parte da comunidade humana.

Sobre esse romance de educação, Lukács ([196-?], p. 144) afirma que a humanidade exige um equilíbrio entre a ação e a contemplação, ou seja, a vontade de intervir no mundo de maneira eficaz e a recepção alcançada. Desse modo, é um “processo consciente e dirigido orientando-se para um fim determinado, o desenvolvimento, nos seres de certas qualidades que, sem uma ativa e feliz intervenção dos homens e dos acasos nunca viriam a desabrochar neles”.

Pode-se afirmar que a trajetória do sujeito se dá por meio de múltiplos dilemas. Com a passagem da infância para a adolescência e desta para a vida adulta emergem para o **Eu** descobertas e desencantos. Tomando esse percurso como tema e, acompanhando a construção da identidade das personagens na obra **Ciranda de pedra** (1981), de Lygia Fagundes Telles, é possível propor um aprendizado do romance de formação como um exercício de compreensão do mundo, com os conflitos de gerações, a busca da vocação e de uma filosofia de vida, reflexão que remete ao ponto inicial da discussão acerca de como alguém se torna o que é. O objetivo final do *bildungsroman* é promover a pacificação entre o indivíduo supostamente considerado problemático com o mundo.

No entanto, ressalte-se que o *bildung* não trata de qualquer história sobre desenvolvimento pessoal, pois de tal forma, estaria se reduzindo o termo à banalidade. É preciso reconhecer-se pressupostos e objetivos específicos dessa viagem da personagem, como já explicitado, no sentido do amadurecimento gradual e da adaptação ao mundo, por meio do confronto entre individualidade e realidade concreta.

Jacobs (1989) enumera outras características do *bildungsroman* que se deve observar para um melhor enquadramento do termo, dentre as quais se destacam:

- o protagonista deve ter uma consciência *mais ou menos* explícita de que ele próprio percorre não uma seqüência mais ou menos aleatória de aventuras, mas sim um processo de auto-descobrimto e de orientação no mundo;
- a imagem que o protagonista tem do objetivo de sua trajetória de vida é, em regra, determinada por enganos e avaliações equivocadas, devendo ser corrigidas apenas no transcorrer de seu desenvolvimento;
- além disso, o protagonista tem como experiências típicas a separação em relação à casa paterna, a atuação de mentores e de instituições educacionais, o encontro com a esfera da arte, experiências intelectuais eróticas [sic], experiência em um campo profissional e eventualmente também contato com a vida pública, política (JACOBS, 1989 apud MAAS, 2000, p. 61, grifo do autor) .

Por tudo acima explicitado, **Ciranda de pedra** (1981) não se configura apenas um exemplo brasileiro, mas também é um contemporâneo romance de formação. Pode-se verificar que a personagem principal se encontra em uma jornada da infância à maturidade, em busca de crescimento psicológico, com uma incursão nas experiências vivenciadas por Virgínia e que vão, ao longo do percurso, moldando, revelando o alcance de sua maturidade e identidade. A protagonista sofre, chora, angustia-se, briga, confronta, analisa, idealiza e enfrenta problemas. Há uma desconstrução da personagem para, ao final, dar-se lugar ao surgimento de uma nova subjetividade. Corroborando essa linha de pensamento, observe-se em Telles (1981), o trecho a seguir:

Retirando a mão da água, mergulhou-a na relva. Não, não, tudo aquilo era passado, chegara a hora de dizer-lhe adeus. O fluxo da vida, que corria como aquele rio, era tão belo, tão forte! Tinha apenas que libertar-se das palavras e viver. Sorriu (TELLES, 1981, p. 146).

Somando-se a tudo o que foi apresentado, o romance de formação feminino, em específico, também é cercado de relações sociais ambíguas, por apresentar maiores desconfortos para a adequação da mulher ao mundo, haja vista o lugar que lhe foi dado pelo patriarcalismo. Como poderia então uma mulher reivindicar seu lugar? Como se dará a reconciliação entre sua história individual e a realidade social?

Como bem descreve a já mencionada professora Florípedes do Carmo Coelho Borges (2007), em dissertação intitulada **Na contramão da história: o *bildungsroman* feminino em Lygia Fagundes Telles, Helena Parente Cunha e Lya Luft**, nessa espécie de romance, o próprio desacerto e o sofrimento são meros combustíveis para o crescimento pessoal e para plena a formação de sua identidade feminina. De acordo com esta teórica:

[...] no *Bildungsroman* feminino os desacertos serão capitais para que a protagonista erija sua individualidade a partir das suas próprias experiências fracassadas. Haverá, também, um novo tipo de mulher, que vê as coisas de maneira diferente, tem novas necessidades, novos sentimentos, uma mulher trabalhadora e independente que busca um grande amor, mas não estará sujeita a um casamento no molde burguês (BORGES, 2007, p. 50, grifo da autora).

Tais assertivas podem ser exemplificadas por meio do excerto seguinte do romance de Lygia Fagundes Telles sob análise nesta dissertação:

Resolvi a uma semana. Quer dizer, eu tinha resolvido outra coisa, viagem também, pois não deixava de ser uma viagem. Mas agora vai ser uma viagem de vida. Preciso, sabe? Preciso me arrancar e tem que ser agora. Tomarei um navio qualquer e irei por ai com um mínimo de bagagem, com um mínimo de planos ou sem plano algum, melhor ainda (TELLES, 1981, p. 148).

Nessa mesma linha de pensamento, Nietzsche (2011) chama a atenção do leitor, quando em **Assim falou Zaratustra** descreve em um discurso de Zaratustra as três transformações do espírito que bem exemplificam a jornada por que passa o indivíduo no seu crescimento pessoal, as quais também podem ser relacionadas às fases de desenvolvimento da protagonista Virgínia no romance **Ciranda de pedra** (1981). Ao desenvolver esse raciocínio, o referido filósofo assinala através dos discursos de Zaratustra: “Três metamorfoses do espírito menciono para vós: de como o espírito se torna camelo, o camelo se torna leão e o leão, por fim, criança” (NIETZSCHE, 2011, p. 27).

Analogamente, o discurso sobre as transformações do espírito é providencial quando se pensa no percurso de autoconhecimento pelo qual passa a personagem no *bildungsroman*, pode-se ver por essas fases não só o crescimento como também o amadurecimento da subjetividade. No caso deste trabalho de dissertação, analisa-se a configuração de Virgínia com base no romance de formação e no que demonstrou Nietzsche (2011) a partir da fala do personagem Zaratustra anteriormente citada.

Prossegue Nietzsche (2011), dissertando sobre o espírito que se faz camelo:

Há muitas coisas pesadas para o espírito, para o forte, resistente espírito em que habita a reverência: sua força requer o pesado, o mais pesado. O que é pesado? Assim pergunta o espírito resistente, e se ajoelha como camelo, e quer ser bem carregado. O que é o mais pesado, ó heróis? pergunta o espírito resistente, para que eu o tome sobre mim e me alegre de minha força. Não é isso: rebaixar-se, a fim de machucar sua altivez? Fazer brilhar sua tolice, para zombar de sua sabedoria? Ou é isso: deixar nossa causa quando ela festeja seu triunfo? Subir a altos montes, a fim de tentar o tentador? Ou é isso: alimentar-se das bolotas e da erva do conhecimento e pela verdade padecer da fome da alma? Ou é isso: estar doente e mandar para casa os consoladores e fazer amizade com surdos, que nunca ouvem o que queres? Ou é isso: entrar em água suja, se for a água da verdade, e não afastar de si as frias rãs e os quentes sapos? Ou é isso: amar aqueles que nos desprezam e estender a mão ao fantasma, quando ele quer nos fazer sentir medo? Todas estas coisas mais que pesadas o espírito resistente toma sobre si: semelhante ao camelo que ruma carregado para o deserto, assim ruma ele para seu deserto (NIETZSCHE, 2011, p. 28).

O camelo carrega o peso da vida, das angústias, ele concentra em si as obrigações do dia a dia, como um espírito resistente e suporta o fardo dos fatos, seja por ignorância ou por soberba. Mas de fato, Virgínia enquanto criança carrega o peso das situações tal como o camelo, ou seja, o peso de não conviver bem com as irmãs, a dúvida em relação ao pai, a ausência presente de uma mãe doente e que não consegue ser plenamente afetiva e a presença de um padrasto-tio que, na verdade, a protagonista viria a descobrir ser seu pai biológico.

Durante a infância todas essas questões a sobrecarregam e muitas vezes a menina Virgínia roía as unhas em situações de estresse, tal quando chegavam as terças-feiras, dias de visita ao casarão de Natércio. Veja-se em Telles (1981), o seguinte trecho:

Virgínia encostou-se à parede e pôs-se a roer as unhas, seguindo com o olhar uma formiguinha que subia pelo batente da porta. “Se entrar aí nessa fresta, você morre!”, sussurrou soprando-a para o chão. “Eu te salvo, bobinha, não tenha medo”, disse em voz alta. E afastou-a com o indicador. Nesse instante fixou o olhar na unha roída até a carne. Pensou nas unhas de Otávia. E esmagou a formiga (TELLES, 1981, p. 13, grifos da autora).

A ansiedade e o medo gerados por essa situação fazem com que a menina não tenha plena consciência de si e seja insegura a ponto de possivelmente ver-se naquela formiga pequena e insignificante, a quem ela carinhosamente chama de bobinha. Mas quando vê suas próprias unhas roídas e as compara às da irmã Otávia, a protagonista se menospreza e mata o inseto, dando vazão à raiva contida. Mais tarde, nesse mesmo dia, a menina entra no quarto com a empregada Luciana e mais uma vez, vê-se suportando algo além do que seria razoável para uma criança, ou seja, ter que lidar com a doença e as ausências mentais da mãe, que demonstra tal como a desordem nos cabelos uma desordem psíquica:

O rosto parecia tranquilo em meio à cabeleira em desordem, de um louro sem brilho.
 – Você, Luciana? – perguntou ela, afável. Falava baixinho, como se estivesse num concerto e se dirigisse ao vizinho nesse tom de quem não quer perturbar. Pousou o olhar em Virgínia. – E quem é esta menina? Virgínia aproximou-se. “Outra vez, meu Deus, outra vez?!”
 – Sou eu, mãe.
 Laura cerrou os grandes olhos mortiços. Tinha a expressão serena mas desatenta (TELLES, 1981, p. 18, grifo da autora).

Igualmente, em outro trecho do romance, quando na presença das irmãs e da governanta Frau Herta, a conversa gira em torno de Laura e de sua saúde. A atitude de Virgínia e sua vulnerabilidade ficam evidentes e a governanta repreende a postura e os modos da menina:

- Virgínia, pare de roer as unhas, filha! – pediu a Fraulein em meio de um suspiro, enquanto levava o carrinho.
- Quando você crescer será uma moça de mãos feias. Não faz mal, querida? – perguntou Otávia. Tinha os olhos voltados para a revista, como se falasse com alguém que estivesse ali. – Ficam uns dedos grossos, tortos...
- Bruna sentou-se na poltrona. Ajeitou no colo os novelos de lã. Examinou as agulhas.
- E o que tem se ela crescer de mãos feias? Tem coisas mais importantes do que as mãos, não tem? (TELLES, 1981, p. 38).

No contexto, a protagonista é uma criança insegura, sozinha e tratada de modo indiferente pelas irmãs, que ao invés de a orientarem, desprezam-na e a excluem. Virgínia, no trecho, pisca os olhos diversas vezes para disfarçar as lágrimas e fica perturbada com os comentários tecidos a seu respeito.

A metáfora da formiguinha, pequenina, sozinha e sobrecarregada, aparece como forma de demonstrar o fardo das angústias de não fazer parte da família, do círculo dos anõezinhos: “Ficou de braços, observando uma formiguinha que arrastava com dificuldade um pedaço de folha. ‘Diz onde quer ir e eu te levo’, sussurrou-lhe” e “ e “deixa, querida, que eu carrego” (TELLES, 1981, p. 62). A personagem, criança, suporta o peso do camelo.

O leão surge no fim da primeira parte da narrativa. A metamorfose se dá quando da ocasião das mortes de Laura e de Daniel. Nesta ocasião, a empregada Luciana vai fazer uma visita e revela que Daniel era seu verdadeiro pai. Nesse momento, em conversa com Natércio, Virgínia decide ficar interna no colégio, sai do casarão para o internato. Queria sua liberdade, enfrentaria os inimigos, deixando de renunciar e relevar, pois essa fase passara. Tal como o camelo no deserto, Virgínia estava sozinha no casarão acinzentado de Natércio, as irmãs reclamavam de sua postura, Frau Herta se queixava igualmente. Era ela, assim, solitária no deserto daquela casa. Nietzsche (2011) ensina sobre o surgimento do leão:

Mas no mais solitário deserto acontece a segunda metamorfose: o espírito se torna leão, quer capturar a liberdade e ser senhor em seu próprio deserto. Ali procura o seu derradeiro senhor: quer se torna seu inimigo e derradeiro deus, quer lutar e vencer o grande dragão. Qual é o grande

dragão, que o espírito não deseja chamar de senhor e deus? “Não-farás” chama o grande dragão. Mas o espírito do leão diz “Eu quero”. “Não-farás” está no seu caminho, reluzindo em ouro, um animal de escamas, em cada escama brilha um dourado “Não-farás!”. Valores milenares brilham nessas escamas, e assim fala o mais poderoso dos dragões: “Todo o valor das coisas brilha em mim”. “Todo o valor já foi criado, e todo o valor criado sou eu. Em verdade, não deve mais haver ‘Eu quero!’” Assim fala o dragão. Meus irmãos, para que é necessário o leão no espírito? Porque não bastará o animal de carga, que renuncia e é reverente? (NIETZSCHE, 2011, p. 28, grifos do autor).

Com efeito, Virgínia agora é o leão e busca sua liberdade. A liberdade significa ficar livre das amarras de uma família que não a aceita e não lhe permite ser ela mesma. Esta Virgínia escolhe, então, o isolamento voluntário na escola, onde completa seus estudos e se liberta da tristeza. Conforme se lê em Telles: “O tempo incumbira-se de suavizar-lhe os traços e agora ali estava refletida no espelho a delicada imagem de uma moça sorrindo de si mesma na tentativa de reconstruir a antiga expressão da meninice” (TELLES, 1981, p. 81).

Finalmente, Virgínia chega à conclusão de que se libertara daquele rosto infantil agressivo e inseguro. Estava tudo dissipado, o fardo foi aliviado e agora estava pronta para retornar à casa das irmãs e enfrentar Natércio.

Enfim, o rosto de Virgínia suavizara-se, mudou de criança para jovem, não apenas em forma estética, mas em significação. Assim como afirma Emmanuel Levinas (2010), em **Totalidade e infinito**, quando trata do rosto e da ética: “O revelar do rosto é a individualidade, é quando deixamos de ser ninguém para nos tornarmos alguém” (LEVINAS, 2010, p. 99). O rosto é parte essencial da produção da imagem subjetiva, da construção do eu, e no caso, como o camelo se mostra leão.

Conforme assevera António Coimbra de Matos (1999), em artigo intitulado Ser único e ter rosto: o binómio resiliente, publicado na **Revista Portuguesa de Psicossomática**, um rosto define e distingue, valoriza e promove, dá unidade, coesão, equilíbrio e força à mente e ao corpo, um rosto que contém e ostenta a pessoa.

E a travessia na formação de Virgínia continua ao se retomar os poderes atribuídos ao leão segundo Nietzsche (2011),

Criar valores novos – tampouco o leão pode fazer isso, mas criar a liberdade para nova criação - isso está no poder do leão. Criar liberdade para si e um sagrado Não também ante o dever: para isso, meus irmãos, é necessário o leão. Adquirir o direito a novos valores – eis a mais terrível

aquisição para um espírito resistente e reverente. Em verdade, é para ele uma rapina e coisa de um animal de rapina. Ele amou outrora, como lhe era mais sagrado, o “Tu-deves”; agora tem de achar delírio e arbítrio até mesmo no mais sagrado, de modo a capturar a liberdade em relação a seu amor: é necessário o leão para essa captura Mas disse-me, irmãos, que pode fazer a criança, que nem o leão pôde fazer? Por que o leão rapace ainda tem de ser tornar criança? (NIETZSCHE, 2011, p. 28, grifo do autor).

O fato de a jovem Virgínia mudar sua vida e buscar novos caminhos abre-lhe também possibilidades e novos valores. Assim, diferentemente das irmãs que vivem somente da mesada do pai, a protagonista transpõe dificuldades e trabalha, fazendo planos de não mais viver da mesada do pai: “– Estou trabalhando, se é isto que você quer saber. Talvez no próximo ano já não precise viver das mesadas que o pai me dá. – Mas Otávia também recebe mesadas. E Bruna, até hoje” (TELLES, 1981, p. 98). Virgínia rompe padrões sociais esperados para mulheres ainda nos 1950: o casamento ou ser sustentada pela família:

– Pois eu nunca consegui me diplomar em coisa alguma – começou ela, acendendo um cigarro. Soprou a fumaça no focinho do gato adormecido. – Bruna também não conseguiu estudar até o fim, tinha que se casar imediatamente com esse gênio. Só você mesmo conseguiu fazer uma coisa assim tão formidável, formar-se em línguas, imagine. Extraordinário! – acrescentou sem nenhuma convicção (TELLES, 1981, p. 86).

Não obstante, o espírito ainda não terminou sua jornada, a vida adulta com a revelação da subjetividade completa anseia por chegar, e então o leão se faz criança e pode ganhar o mundo, a personagem está tranquila e consegue enxergar com clareza.

Essa construção da subjetividade, enquanto conhecimento, o dizer sim à realidade, requer coragem, pois mesmo tendo passado por toda essa jornada de crescimento pessoal e aceitação, a protagonista reconhece que a vida é uma crescente descoberta e ousa buscar uma percepção mais profunda da mesma. Ousa ser livre, visto que está em paz consigo mesma e com o mundo, ocasião em que a personagem diz a Conrado, rapaz que era o seu amor de infância que queria dar uma oportunidade a si mesma. O diálogo segue:

– Tem que ser, Conrado. Meu pai me ajudará no começo. Depois hei de me arrumar, quero dar esta oportunidade a mim mesma. – Apertou-lhe a mão. – Uma vez você me citou um verso, era mais ou menos assim, “Nascemos todos os dias quando nasce o sol”. E depois?
– Começa hoje mesmo a vida que te resta.
Ela lançou um olhar ao poente (TELLES, 1981, p. 148, grifo da autora).

Na última fase, o ápice da descoberta e da aceitação da vida de maneira corajosa. O posicionamento de Virgínia relaciona-se à criança em **Assim falou Zaratustra**, conforme se vê em Nietzsche (2011):

Inocência é a criança, e esquecimento; um novo começar, um jogo, uma roda a girar por si mesma, um primeiro movimento, um sagrado dizer-sim. “Sim, para o jogo da criação, meus irmãos, é preciso um sagrado dizer-sim: o espírito quer agora a sua vontade, o perdido para o mundo conquista seu mundo. Três metamorfoses do espírito eu vos mencionei: como o espírito se tornou em camelo, o camelo se tornou leão e o leão, por fim, criança” (NIETZSCHE, 2011, p. 29, grifo do autor).

Ao se descrever o caminho desse romance de formação, é possível visualizar que Virgínia alcança sua individuação no mundo e percebe que não precisa de uma perfeição ou modelo ideal. A protagonista Iyigiana simplesmente faz parte do todo, entende e aceita seu papel, vendo que a cada dia é seu dever viver plenamente e que seu caminho de autoconhecimento ainda não acabou.

No início da narrativa, a personagem se depara, como anteriormente já apresentado, com uma formiguinha subindo no batente da porta. O inseto percorre seu caminho, mas a criança adverte que se ela entrasse na fresta poderia morrer. Mas num arroubo de raiva pensando nas unhas de Otávia e de como as irmãs eram princesas, Virgínia a sopra para o chão e a esmaga. Um sopro para a morte. Já ao final do romance, em um momento de epifania sobre o que seria tranquilidade e indiferença, a personagem encontra uma libélula morta, um outro inseto, agora um ser com asas e, novamente o soprar, mas agora em situação oposta:

Agora as asas da libélula estremeciam. Moveu as patinhas com esforço. Virgínia aproximou-se, fascinada. Parecia morta quando a retirara e eis que as asas, secas sob o sol, já tentavam alçar vôo. Soprou-a. “Vá, não perca tempo!” E vendo que a libélula enveredava por entre os juncos, ficou pensando que mais importante do que nascer é ressuscitar (TELLES, 1981, p. 147, grifo do autor).

Há uma relação de contraposição, morte e vida. Antes, o inseto estava vivo e Virgínia o esmaga como forma de vingança, como se quisesse ferir alguém. Agora, tendo alcançado a serenidade, oferece à libélula um sopro de vida. A libélula é a própria Virgínia, reinventando-se, ressurgindo e renascendo. Depois de tanto sofrimento e amarguras, ressuscita para começar realmente a viver.

No passado de Virgínia, é possível verificar-se a importância da família na formação do indivíduo, do **Eu**. Tais aspectos, relacionados à constituição e à desconstituição da unidade familiar, bem como os efeitos desse duplice movimento na estética do ser e do parecer em **Ciranda de pedra** (1981) serão objeto de abordagem na seção 3 do presente trabalho de dissertação, na medida em que será abordada a organização familiar a partir do patriarcalismo e das relações familiares, a identidade, a alteridade e a **outridade** analisando-se o *corpus* literário.

3 O CÍRCULO DAS IDENTIDADES

Já viu, filha, que coisa mais bonita, uma vida
nunca revelada, que ninguém colheu senão o
marido, o pai dos seus filhos?

Nélida Piñon¹³

O *corpus* literário escolhido para basear as investigações suscitadas neste trabalho de dissertação propicia reflexões relacionadas à família. É, pois, essencialmente esse eixo da narrativa que se busca explorar na presente seção, ressaltando-se as dinâmicas e a organização familiar.

A abordagem da família e de seus paradigmas canonizados, com relações fragilizadas entre marido e mulher, pais e filhos, preocupando-se com análise e impacto social que isso possa ter na *psique* do indivíduo não é tarefa nova, mas no romance de Lygia Fagundes Telles se mostra bem delimitada. Thomas Bulfinch (2006), no **Livro de ouro da mitologia**: história de deuses e heróis, elucida que *psique* em grego significa tanto borboleta quanto alma. E nesse viés, tais caracterizações são totalmente relevantes para análise da obra. Assim elucida o estudioso:

Não há alegoria mais notável e bela da imortalidade da alma como a borboleta, que, depois de estender as asas do túmulo em que se achava, depois de uma vida mesquinha e rastejante como lagarta, flutua na brisa do dia e torna-se um dos mais belos e delicados aspectos da primavera. *Psique* é, portanto, a alma humana, purificada pelos sofrimentos e infortúnios, e preparada, assim, para gozar a pura e verdadeira felicidade (BULFINCH, 2006, p. 96).

¹³ Nélida Piñon, jornalista, romancista, contista e professora, foi eleita em 27 de julho de 1989 para a cadeira 30, da Academia Brasileira de Letras. O conto **I love my husband** pertence ao livro **O calor das coisas**, publicado em 1980. Destaca-se a personalidade da mulher criada para obedecer ao pai e depois ao marido, problematizando-se metaforicamente a rigidez predominante na sociedade patriarcal das décadas de 70 e 80. Tal como no romance **Ciranda de pedra** (1981), há o questionamento da identidade feminina e como essa mulher se sente frente ao poder masculino: “Todos os dias o marido contraria a versão do espelho. Olho-me ali e ele exige que eu me enxergue errado. Não sou em verdade, as sombras, as rugas com que me vejo. Como o pai, também responde pela minha eterna juventude” (PIÑON apud MORICONI, 2009, p. 449). À personagem não é permitida sua própria vida ou é permitido ter seus desejos satisfeitos, não! Não pode escrever sua própria biografia, vivia de acordo com o pai e com o casamento, passara a viver em função do marido e por esse marido: “As palavras do homem são aquelas de que deverei precisar ao longo da vida” (PINÓN apud MORICONI, 2009, p. 448). A mulher deste conto de Nélida Piñon (2009) representa um papel, o de mulher feliz e satisfeita, tal qual Laura um dia representou, tanto que a personagem do conto constantemente repete a fala **eu amo meu marido**.

É, a partir daí, a própria superação, formação e amadurecimento que se pode tentar desdobrar algumas indagações em torno de conceitos e princípios ou valores como a liberdade, a dignidade, o livre arbítrio, a **outridade**, a alteridade e a identidade.

Ciranda de pedra (1981) pode ser observada nessas características específicas, pois abre campo à reflexão sobre temas que interessam à sociedade e conseqüentemente também ao Direito. No romance, a partir da imaginação e da criatividade literária, encontra-se um casamento sem amor, a mulher submissa ao marido, a separação do casal, uma nova relação amorosa da mulher, filhos morando em casas distintas, a repreensão social, as relações entre irmãs, entre outros aspectos e temáticas.

Nos dias de hoje, há uma amplitude do olhar sobre a família, não existe mais fórmula pré-determinada, dogmatismo ou receio de aceitar mudanças. O século XXI está marcado pelo pluralismo de arranjos familiares. Toda essa suplantação de valores, porém, vem também do declínio do patriarcalismo, com rupturas no direito de família deixando de ser, conforme alega Rodrigo Pereira Cunha (2016), na obra intitulada **Divórcio: teoria e prática**, “um núcleo econômico e de reprodução” (PEREIRA, 2016, p. 38) e, de acordo com as reflexões de Maria Berenice Dias (2010), no seu reconhecido **Manual de direito das famílias**, no sentido de que “foi a libertação feminina que levou à decadência do viés patriarcal da família” (DIAS, 2010, p. 10).

Desta feita, demonstra-se importante para o trabalho perquirirem-se as origens dessas velhas concepções patriarcais que tanto influenciaram a constituição da família, mas que foram fundamentais para a renovação e a superação de muitas convenções sociais.

3.1 O PATRIARCALISMO

A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma *anti-physis*: ela não sofre passivamente a presença da Natureza, ela a retoma em mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; efetua-se objetivamente na *praxis*.

Simone de Beauvoir

Desde épocas remotas, na história das sociedades gregas e romanas, base de toda a civilização e cultura ocidentais, dois institutos sempre estiveram intimamente ligados entre si, religião e família, sendo que esta, por sua vez, fundava-se precipuamente na autoridade masculina.

Na obra **A cidade antiga**, de Fustel de Coulanges (2002), historiador francês que ocupou a cátedra de História da Idade Média na Sorbonne, apresenta a história civil do mundo greco-romano, dedicando o livro segundo as questões atinentes à família, partindo da gênese das crenças religiosas e discorrendo sobre a influência das mesmas na vida privada e no Direito.

Conforme o autor, a religião doméstica dominava o dia a dia, de tal sorte que, sua presença e suas manifestações eram base e determinavam os direcionamentos da família. Tanto era assim, que o teórico em questão afirma que

Sem dúvida, não foi a religião que criou a família, mas foi seguramente esta que fixou suas regras, e como resultado, o ter a família antiga recebido uma constituição muito diferente da que teria se tivesse sido baseada nos sentimentos naturais apenas (COULANGES, 2002, p. 46)¹⁴.

Na constituição íntima da família, já havia indícios de distinções e de desigualdades entre homens e mulheres. Eis que a irmã não tinha os mesmos direitos do irmão e a filha, ao se casar, deixava por completo de fazer parte da família paterna, ou seja, os princípios da família não estavam ligados unicamente à geração e aos laços de sangue, mas, sim, à religião. Com o casamento, a filha

¹⁴ A religião e a família eram regras absolutas e a perpetuação das mesmas por intermédio do contrato de casamento era tão importante que **os romanos** admitiam o divórcio para o caso de esterilidade. Assim, passando por cima do amor que sentia pela esposa, o primeiro divórcio mencionado nos anais romanos é o de Carvilius Ruga. Aulo Gélcio fala de Carvilus Ruga com as seguintes impressões: "...homem de família nobre, separou-se da mulher, pelo divórcio, porque dela não podia ter filhos. Amava-a com ternura e só tinha de felicitar-se pela sua conduta" (GÉLIO apud COULANGES, 2002, p. 56). De fato, pela obediência à religião e à perpetuação da família o afeto era sacrificado.

deixava de fazer parte do seio paterno e de seus antepassados, passando a participar do culto da família do marido.

De fato, o que unia os integrantes era a religião do lar. Cada família era considerada em si uma célula independente e isolada, com cultos próprios, sendo muito mais uma associação religiosa do que natural. Em verdade, por um tempo, o homem só acreditava nas divindades domésticas, era o tempo em que nada mais existia senão a família.

Além disso, a religião doméstica não permitia um estranho na família ou a participação do mesmo nos seus ritos. Para a união conjugal eram imprescindíveis os ritos religiosos, sem os quais os laços não eram reconhecidos. Apenas com o casamento a mulher estava subordinada ao marido e, por conseguinte, adquiria dignidade. Assim sendo, o casamento era obrigatório, uma instituição sagrada e não tinha por objeto a felicidade dos cônjuges, o partilhar de uma vida ou amor, longe disso, era modo de perpetuar o culto doméstico¹⁵.

Tanto no direito grego quanto no romano, o sentimento e o afeto natural não eram levados em conta para o casamento. De fato, historiadores do direito romano observaram que nem o nascimento e nem o afeto¹⁶ eram pilares da família romana, concluindo que os fundamentos da família residiam no poder paterno ou do marido, ou seja, a mulher estava subjugada aos desígnios masculinos.

Já tratado como um contrato, o casamento tinha como fim precípua a perpetuação da família, por conseguinte, a perpetração da religião. Decorre, portanto, desse aspecto a possibilidade de anulação do casamento em razão da esterilidade da mulher. Acrescente-se ainda que o nascimento de uma filha não satisfazia ao fim do matrimônio, pois essa não era apta a continuar a religião paterna, nem ao menos poderia continuar participando dos sacrifícios fúnebres aos antepassados, pois, como mencionado, um dia esta filha **pertenceria** à família do esposo, estaria subjugada somente a este.

Dessa maneira, fato é que só um filho varão era o esperado pela família, pelos antepassados e pelo lar, uma vez que, segundo Ésquilo “o filho é chamado o

¹⁵ Cada família tinha cerimônias próprias e sempre associadas ao fogo sagrado. Do mesmo modo cultuavam festas particulares, orações e hinos. Sendo o pai o detentor da religião da casa, o pontífice, tinha o poder de ensiná-los apenas ao filho, nenhum estranho poderia participar. Todos os ritos, cantos, orações e culto aos mortos eram parte de cada família, seu patrimônio (COULANGES, 2002, p. 41).

¹⁶ Atualmente, no direito das famílias o princípio basilar é o afeto, sendo o princípio da afetividade levado ao seu máximo. Com efeito, segundo Dias (2011), valorizam-se as funções afetivas da família, atribuindo-se valor jurídico ao afeto e não apenas aos laços de sangue.

salvador do lar paterno” (ÉSQUILO, Coéforas, 264 (262) apud COULANGES, 2002, p. 57).

Sob essa ótica, se o culto seguia de varão para varão, a propriedade tomaria o mesmo rumo, assim, a mulher não herdaria nada do pai, nunca teria um lar propriamente seu, nunca seria chefe do culto ou teria autoridade na casa. A sucessão era sempre de varão para varão. De fato, na falta da mão paterna, a filha ficava por toda a vida sob tutela do irmão ou seus **agnados**¹⁷ enquanto não se casasse, “a filha não podia em nenhuma idade casar, nem mudar de família, sem a autorização de seu tutor” (COULANGES, 2002, p. 81).

Há ainda outra observação a ser destacada no sentido de que o direito antigo não tinha berço na cidade ou num legislador; ao contrário, “esse direito já estabelecido, vivendo enraizado nos costumes, fortalecido pela unânime adesão” foi apresentado à cidade pelas ideias da família, o arcabouço das leis (COULANGES, 2002, p. 92). Ainda conforme Coulanges (2002), caso o direito privado tivesse sido estabelecido pela cidade, é provável que houvesse criado normas inteiramente diferentes no mundo antigo sobre princípios regentes na sucessão e no direito de propriedade.

A distinção entre filho e filha era pungente. A mulher tinha situação muito inferior à do homem, tudo como consequência natural dos princípios religiosos impostos às pessoas, visto que as ligações parentais eram inevitavelmente também religiosas. Apesar de fazer parte dos atos religiosos, a mulher não recebia sua religião no nascimento, mas no casamento, já que na morte, como na vida, ela era “considerada apenas uma parte integrante de seu esposo”, tanto que antes de morrer o marido poderia designar um tutor à mulher ou mesmo um novo marido (COULANGES, 2002, p. 94).

Neste sentido, de acordo com o historiador em questão, determina o **Código de Manu**¹⁸:

A mulher, na sua infância depende do pai; durante a mocidade, de seu marido: na morte do marido, de seus filhos; se não tem filhos, dos parentes

¹⁷ Termo do direito romano que se refere a parentes ascendentes ou descendentes de um tronco comum até a 14.^a geração (COULANGES, 2002, p. 62).

¹⁸ Entre os livros sagrados da Índia está o Código de Manu que se divide em Religião, Moral e Leis civis. Os hindus consideram Manu como progênie de Brahma e como o mais antigo legislador do mundo; a data de promulgação de seu Código não é certa, alguns estudiosos calculam que seja aproximadamente entre os anos 1300 e 800 A.C. MANUSRTI. **Código de Manu**. Disponível em: <http://www.infojur.ufsc.br/aires/arquivos/CODIGO_%20MANU.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

próximos de seu marido, **porque a mulher nunca deve governar-se à sua vontade** (COULANGES, 2002, p. 94, grifo nosso).

O feminino estava sempre submisso ao masculino, uma vez que, inicialmente, a mulher estava sobre o poder do pai e com o casamento teria um segundo nascimento, agora para a família do marido, cabendo-lhe acatar a máxima que diz “a partir de agora ocupará o lugar de filha de seu marido” (COULANGES, 2002, p. 51), passando a pertencer diretamente à família, à religião e ao culto daquele.

As crenças domésticas instituíam a subordinação feminina, tornando a mulher dependente da mão do pai ou do marido, sob o poder de outro que não ela mesma: primeiro o poder paternal, depois o marital, sempre sob a égide do patriarcalismo.

Para os romanos, o poder do marido sobre a mulher recebia o nome de *manus*, ou seja, a expressão designava a condição superior do homem sobre a mulher, referindo-se à autoridade, ao poder e ao respeito masculinos. Tanto os direitos grego e romano quanto o hindu coincidiam em considerar a mulher como menor incapaz; para a vida religiosa, ela precisava de um chefe e para a vida civil, de um tutor.

Tudo isso é de grande importância para se delimitar a força do poder masculino exercido sobre a mulher, a subordinação do feminino era total. Todavia, para corroborar ainda mais com esse papel feminino, que nos primórdios era subjugado ao masculino, necessário mergulhar nas origens do chamado patriarcalismo, voltando-se os olhos para a mitologia da criação da primeira mulher, Pandora, em relação de intertextualidade com a descrição da primeira mulher no **Livro do Gênesis**. Utilizando-se de algumas passagens, esse trabalho de dissertação buscará algumas formas de manifestação do patriarcalismo e da recorrente atribuição à mulher de um caráter supostamente duvidoso, qual seja, um caráter pontuado pela desobediência, pela culpa e pela sedução.

Reflexões serão explicitadas a partir das origens da criação, tanto do ponto de vista mitológico quanto bíblico, como fontes primárias da hipotética subordinação feminina, mas em análise direta como a obra **Ciranda de pedra** (1981) no tocante ao comportamento de Laura, mãe de Virgínia, numa abertura de possibilidade de se abordar e discutir a identidade feminina no referido romance. A mulher será vista inicialmente no seu papel de objeto, mas por meio da análise a seguir mostrar-se-á a reivindicação de sua liberdade, assumindo seu papel de Outro, sua alteridade.

3.2 MULHERES DESOBEDIENTES: LILITH, EVA, PANDORA E LAURA

Ah, que perigoso, insinuante, subterrâneo bichinho de rapina! E tão agradável, além disso!...Uma pequena mulher correndo atrás de sua vingança seria capaz de atropelar o próprio destino...

Friedrich Nietzsche

Pensar as origens do patriarcalismo a partir da mitologia greco-romana, no que tange ao mito de Pandora, observando-se a aproximação com a narrativa bíblica contida no **Livro do Gênesis**, na origem do mundo e da humanidade, é também pensar na perspectiva do feminino sob o ponto de vista da transgressão de comportamentos. Isto é, na ambiguidade feminina, pois deve ser submissa, mas ao mesmo tempo quer ser aquela que age conforme os próprios desejos, abrindo espaço para a tomada de consciência e de conhecimento, modificando suas relações sociais.

Há um diálogo possível, sugerindo a intertextualidade entre ambas as narrativas, pois as atmosferas apresentadas guardam grandes aproximações, isto porque, as mulheres inicialmente não são as protagonistas, são mulheres aparentemente submissas e cujo papel deveria apenas ser o de obediência aos comandos masculinos, subordinadas à ideologia machista e patriarcal. Todavia, revelam-se mulheres desafiadoras, verdadeiras precursoras na busca da liberdade e da igualdade feminina.

De um lado, Eva, a primeira mulher para o judaísmo; e, de outro, Pandora, a primeira mulher na mitologia greco-romana. Ambas, movidas pela pulsão de curiosidade, irão agir fora dos padrões estabelecidos.

Contudo, para estabelecer tal correlação com a identidade feminina, produto de longa luta para ter a própria representação social conhecida e reconhecida, recorre-se em primeiro plano ao mito de Lilith¹⁹, o qual precede e diverge em alguns séculos da versão bíblica de que Eva fora a primeira companheira de Adão.

Segundo Roberto Sicuteri (1985), em **Lilith: a lua negra**, as versões do **Livro do Gênesis** são cheias de contradições no que tange ao mito do nascimento da

¹⁹ Quando se refere ao mito de Lilith, Roberto Sicuteri (1985) esclarece que o mesmo pertence à classe da tradição de testemunhos orais que estão reunidos nos textos da sabedoria rabínica definida na versão jeovística, e que a lenda de Lilith teria sido "perdida ou removida durante a época de transposição da versão jeovística para aquela sacerdotal, que logo após sofre as modificações dos Pais da Igreja" (SICUTERI, 1985, p. 12).

mulher, gerando, portanto, muitas dúvidas. Ora, no Talmud²⁰, por exemplo, Lilith é descrita como a primeira mulher de Adão.

Várias teorias são apontadas a partir do **Livro do Gênesis** para afirmar a existência de Lilith, que teria surgido quando e ao mesmo tempo da criação do homem: “E criou Deus o homem à sua imagem, e criou-os varão e fêmea”²¹ (Gn 1, 27). Uma das sustentações para o nascimento da primeira mulher juntamente com Adão está nessa passagem, pois consta a expressão “criou-os varão e fêmea”, um junto com o outro e não um e só após o outro, como foi descrito na criação de Eva. Dessa maneira, ali está demonstrada a igualdade de ambos, pois não há precedência no nascimento.

De acordo com Sicuteri (1985), a natureza de Lilith não era conhecida, mas relatos dizem ser perturbadora e, conseqüentemente questionadora de Adão, assim:

O amor de Adão por Lilith, portanto, foi logo perturbado; não havia paz entre eles porque quando eles se uniam na carne, evidentemente na posição mais natural – a mulher por baixo e o homem por cima – Lilith mostrava impaciência. Assim perguntava a Adão: “ – por que devo deitar-me embaixo de ti? Por que devo abrir-me sob teu corpo?” Talvez aqui houvesse uma resposta feita de silêncio ou perplexidade por parte do companheiro. Mas Lilith insiste: “ – Por que ser dominada por você? Contudo eu também fui feita de pó e por isso sou tua igual”. Ela pede para inverter as posições sexuais para estabelecer uma paridade, uma harmonia que deve significar a igualdade entre os dois corpos e as duas almas. Malgrado este pedido, ainda úmido de calor súplice, Adão responde com uma recusa seca: Lilith é submetida a ele, ela deve estar simbolicamente sob ele, suportar o seu corpo (SICUTERI, 1985, p. 19, grifo do autor).

Assim, para Lilith, nascida da mesma matéria do homem, não poderia ela aceitar sem menos e submeter-se à autoridade masculina. E é justamente isso que questiona: a igualdade. Ora, se ambos nasceram da mesma forma não há motivos para que ela esteja no ato sexual sempre abaixo do homem²².

²⁰ Segundo o artigo O que é o Talmud, a palavra em hebraico em si quer dizer estudo ou aprendizado. Assim “O *Talmud* discute uma grande variedade de assuntos – uns sublimes, outros mundanos – mas todos, de alguma forma, refletem o relacionamento e envolvimento de Deus com este Seu mundo. Diferentemente das obras da Cabalá, preocupa-se, sobretudo, com o terreno e o mundano. Discute o que há de mais intrincado e, às vezes, o que aparenta ser totalmente irrelevante na lei judaica. Porém, oculto em suas lições e ditames, escondem-se profundos segredos e ensinamentos espirituais e místicos”. DJMAL, Tev. O que é o talmud. Tradução Lilia Wachsmann. **Revista Morashá**. 43 ed. dez. 2003. Disponível em: <<http://www.morasha.com.br/leis-costumes-e-tradicoes/o-que-e-o-talmud.html>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

²¹ BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução Padre Matos Soares. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

²² Sobre a posição de inferioridade que é dada à mulher no mundo, Simone de Beauvoir (1970) afirma: “no que concerne à mulher, seu complexo de inferioridade assume a forma de uma recusa envergonhada da feminilidade. Não é a ausência do pênis que provoca o complexo e sim o conjunto

É o nascedouro da insubordinação feminina, Lilith quer o reconhecimento de suas reivindicações. A partir daí ela questiona não apenas o homem, mas também o lugar que Deus havia-lhe dado. Ela se utiliza da palavra, do discurso para se diferenciar do homem, para definir-se como um ser, como uma identidade autônoma e desejante.

Levinas (1980) considera o discurso enquanto instaurador da significação, de maneira que “dá-lhe um começo no ser, uma primeira identidade de significação no rosto de quem fala, isto é, que se apresenta desfazendo sem cessar o equívoco da sua própria imagem, dos seus signos verbais” (LEVINAS, 1980, p. 183).

Lilith é um Outro diferente do homem e tem o direito de se indignar contra este homem e contra Deus, visto que pode pensar e agir conforme sua própria razão, mas depara-se com a censura. É desobediente e insubordinada, daí parte da razão de lhe ser atribuído o caráter demoníaco.

A palavra de Lilith tem função simbólica da outridade feminina, a significação da palavra dita está em fazer frente ao homem e o obriga a entender e reconhecê-la como Outra diferente dele, “porque a essência da linguagem é a relação com Outrem” (LEVINAS, 1980, p. 185). O sentido, portanto, mais uma vez é igualá-los, tanto o homem quanto a mulher são dotados de consciência e não deve existir superioridade de um em relação ao outro.

Em paridade com Lilith, Laura também deu voz à sua liberdade, buscando ultrapassar obstáculos. No trecho em que a personagem em conversa com Virgínia diz que Natércio olhou para ela demoradamente, de maneira que “fez murchar o meu vestido, meus cabelos e minha flor...” e que “seu olhar era mais frio ainda do que suas palavras. Descobri então que ele estava morto, era um morto que me dizia aquelas coisas, que me olhava daquele jeito... Pela primeira vez não tive mais medo. Enfrentei-o.” (TELLES, 1981, p. 29), quer dizer que Laura se pôs frente a frente com o marido Natércio, mostrando que possuía razão individual.

Além de mãe e esposa, Laura era um sujeito e deveria ser reconhecida. Em seguida, tal como Lilith, que foge à noite deixando o homem e abandonando o

da situação; a menina não inveja o falo a não ser como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos; o lugar que o pai ocupa na família, a preponderância universal dos machos, a educação, tudo a confirma na idéia da superioridade masculina. Mais tarde, em suas relações sexuais, a própria posição do coito, que coloca a mulher embaixo do homem, é uma nova humilhação. Ela reage por meio de um ‘protesto viril’: ou procura masculinizar-se, ou luta contra o homem com armas femininas” (BEAUVOIR, 1970, p. 63, grifo da autora). E é isto precisamente o que Lilith faz, impõe-se como ser, deixando aquela postura de objeto, utilizando-se das suas “armas femininas” e da sua palavra faz notar-se como ser.

paraíso, Laura deixa o marido para ir a uma festa noturna: “[...] então saí correndo, chego a pensar que fugi correndo, antes que ele me segurasse” (TELLES, 1981, p. 29). É nessa festa que conhece Daniel e a partir de então torna-se ainda mais desobediente às normas sociais, pois assume o relacionamento com outro homem.

O homem reclama a Deus, que profere uma ordem à mulher: “[...] o desejo da mulher é para o marido. Volta para ele”. E, insiste “[...] volta ao desejo, volta a desejar teu marido” (SICUTERI, 1985, p. 21). Há um contraponto de Lilith ao ideal patriarcalista, ou seja, ela não é um anjo²³, ao contrário, tem opinião e vontade própria e não tem de agradar o homem a qualquer custo. Lilith é tudo, menos uma altruísta.

Afastada de Adão, Lilith vai para o Mar Vermelho. Adão, desejoso da mulher, pede seu retorno a Deus que envia, então, três anjos para persuadi-la. Estes três anjos exigem o retorno imediato de Lilith para Adão e a ameaçam. Com a recusa, Lilith seria condenada a ser transformada num demônio. A mulher submissa é um anjo; a mulher questionadora e desobediente é um demônio.

Alguns escritos dão conta que Adão reclamou a Deus sobre a fuga de Lilith e, assim, como compensação Deus resolveu criar Eva, feita a partir de um fragmento de Adão, para ser a mulher feita da carne do homem, ou seja, modelo de mulher submissa e voltada ao lar.

No **Livro do Gênesis**, Javé Deus já criou o jardim do Éden, o solo e as árvores e colocou no meio do jardim a árvore do conhecimento do bem e do mal, dizendo ao homem que de tudo poderia comer, mas não daquela árvore, e caso o fizesse morreria (Gn 2,16). Javé quis, porém, dar ao homem uma companheira para que este não ficasse sozinho: “Não é bom que o homem esteja só; façamos-lhe um adjutório semelhante a ele” (Gn 2,18) e “Adão pôs nomes convenientes a todos os animais, a todas as aves do céu e, a todos os animais selváticos; mas não se achava para Adão um adjutório semelhante a ele” (Gn 2,20).

No início, a mulher surge em paridade de condições com o homem, tanto que a mulher é criada da costela do homem, carne da mesma carne. E ambos andavam

²³ Em **Profissão para mulheres**, Virgínia Woolf cita poema de Coventry Patmore (1823-1896) **O anjo do lar**, o qual trata do amor conjugal e idealiza o papel doméstico das mulheres. Para Woolf, o anjo do lar não tem opinião própria e a sua beleza é ser pura. Entre as críticas de Woolf sob **O anjo do lar** está o fato de que essa mulher não tem liberdade ou franqueza. Ela sempre concorda com as opiniões e vontades dos outros, essa mulher só tinha a falsidade, não era ela mesma. Por isso, para escrever Virgínia Woolf matou seu anjo do lar, a sua mulherzinha (WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2012, p. 11-13).

nus e não tinham vergonha (Gn 2,25). A serpente, contudo, desperta a curiosidade da mulher sobre a natureza do fruto da árvore proibida, fazendo com que esta o desejasse. Sob a influência da serpente, o interesse no conhecimento aumenta em Eva, ao ponto de o desejo torna-se maior que o temor da mulher a Deus, fazendo com que desobedecesse às ordens do Criador. E a serpente disse²⁴ à mulher “Vós de nenhum modo morrereis. Mas Deus sabe que, em qualquer dia que comerdes dele, se abrirão os vossos olhos, e sereis como deuses, conhecendo o bem e o mal” (Gn 3 ,4-5).

Então a mulher pegou o fruto e o comeu, e também o deu ao marido. Naquele momento viram que estavam nus entrelaçaram folhas de figueira e fizeram tangas. Mediante a desobediência, Javé os questiona sobre a razão do desrespeito à lei e o homem responde: “A mulher que me deste por companheira, deu-me (do fruto) da árvore, e comi” e a mulher continua “A serpente me enganou, e comi” (Gn 3, 12-13).

Na verdade, a mulher e o homem traem Deus com a serpente²⁵ e como forma de punição à mulher Javé lhe designou o sofrimento da gravidez: “Darás à luz com dor os filhos, e estarás sob o poder do marido, e ele te dominará” (Gn 3, 16-17). E para o homem o seguinte:

Porque destes ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore, de que eu te tinha ordenado que não comesses, a terra será maldita por sua causa; tirarás dela o sustento com trabalhos penosos todos os dias da tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. Comerás o pão com o suor do seu rosto, até que volte à terra, de que foste tomado; porque tu és pó, e em pó te hás de tornar. E Adão pôs à sua mulher o nome de Eva, porque ela era a mãe de todos os viventes (Gn 3, 17-20).

O homem passa a ter de plantar o que comer, tendo de comer apenas com o suor do próprio rosto. Surge a necessidade do trabalho, pois o homem é quem lavra a terra para a qual um dia retornará, decorrendo disso a ideia de se ter o homem como único provedor, como senhor da casa e da família. Tal como o homem nomeou os animais, dando-lhes seu verdadeiro nome, Adão também dá significação

²⁴ No artigo do Prof. Dr. Altamir Celio de Andrade, Antes que Noé entre na arca: ao redor do livro de gênesis e a partir dos animais, há o grifo para o fato de que a serpente fala com a mulher, mas não fala com Deus e nem com o homem. Ela se posiciona já falando. Há o distanciamento entre criador e criatura. (ANDRADE, Altamir Celio de. Antes que Noé entre na arca: ao redor do livro de gênesis e a partir dos animais. **CES REVISTA**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1. p. 181-193, jan./jul. 2016. Disponível em: <http://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/322/pdf_35>. Acesso em: 10 abr. 2017).

²⁵ Oportuno notar que a serpente é frequentemente caracterizada como um demônio. O que leva ao questionamento se, assim, não seria a serpente a verdadeira Lilith disfarçada na história de Adão e Eva. Lilith, como a serpente, volta ao Paraíso para influenciar a outra mulher contra Deus e contra o homem, incitando o questionamento sobre o poderio masculino e a submissão feminina.

à mulher dando a esta um nome. Segundo Michel Foucault (2007), em **As palavras e as coisas**, “Deveria haver tantos nomes quantas coisas a nomear” (FOUCAULT, 2007, p. 135), e é precisamente essa ideia que se destaca, a mulher como um objeto do homem, um apêndice seu, menos do que um ser, menos do que um Outro.

Ambos foram expulsos do Éden, como se pode verificar: “E [Javé Deus] expulsou Adão, e pôs diante do paraíso de delícias querubins brandindo uma espada de fogo, para guardar o caminho da árvore da vida” (Gn 3, 24). Antes viviam no paraíso, mas, a partir daquele momento, homem e mulher se afastam do divino, longe do jardim, sujeitos às vicissitudes do mundo, conhecedores do bem e do mal.

À primeira vista, pode-se argumentar a conexão entre a existência do feminino e a desobediência como elemento a fornecer a explicação para o domínio patriarcal no **Livro do Gênesis**. Eva, a primeira mulher, surge como companheira para o homem. Contudo, ela é seduzida pela serpente, que lhe inflama o desejo de conhecer mais, de ser como uma deusa conhecendo o bem e o mal. Por outro lado, a simbologia da serpente, da cobra, é associada ao ato de traição, ao pecado e ao mal.

O ato de comer o fruto, a vontade de adquirir discernimento, explicaria como a dor do parto e a submissão feminina ao homem passaram a existir. Por meio do feminino, das mãos de Eva, o homem desobedece a Javé, de forma que a mulher é a fonte do erro, da culpa, do pecado, da desobediência à ordem dada, enfim, aquela que foge do padrão preestabelecido, tendo por consequência o fato de que a paixão vai arrastá-la para o marido e **ele a dominará**. Aí está o poder do homem sobre a mulher, o patriarcalismo. Antes eram companheiros, a mulher era auxiliar do homem; agora o feminino será dominado pelo masculino. A mulher passa a ser alguém que não é mais senhora de si, que não tem poder sobre suas ações e será dominada pelo homem, somente lhe restando a perspectiva masculina imposta pelo patriarcalismo.

Numa análise comparativa, no mito de Pandora, o feminino está sempre permeado por certa carga de malefício, aquela que seduz e traz a punição ao homem.

De acordo com a narrativa mítica, na Terra só existiam homens, não havia a doença e nem a morte. Epitemeu e Prometeu eram titãs, raça gigantesca que habitou a Terra antes dos homens. Eram guardiões dos homens e dos animais e deveriam lhes assegurar todas as maneiras de preservação. Ocorre que Prometeu

rouba o fogo de Zeus – ou seja, o fogo de domínio divino – e o dá ao homem como dom para lhe garantir a superioridade sobre os demais animais. Conforme Thomas Bulfinch (2006), na obra **O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis**, acerca dessa passagem, Prometeu forneceu ao homem:

[...] o meio de construir as armas com que subjugou os animais e as ferramentas com que cultivou a terra; aqueceu sua morada, de maneira a tornar-se relativamente independente do clima, e, finalmente, criar a arte da cunhagem das moedas, que ampliou e facilitou o comércio (BULFINCH, 2006, p. 24).

Aqui há uma semelhança com a criação na narrativa bíblica. Eva, ao comer do fruto da árvore do conhecimento deseja adquirir o discernimento, ou seja, uma aproximação com o divino. Na fala da serpente sibila a promessa de que os olhos de Eva e Adão iriam se abrir e ambos se tornariam como deuses, conhecedores do bem e do mal. No mito de Pandora, quando os homens recebem o fogo roubado do Olimpo, igualmente passam a ter o conhecimento dos deuses e com isso podem dominar os outros animais. De acordo com Hesíodo (2012) em **Os trabalhos e os dias**, para essa ação, todavia, Zeus prepara uma reação:

Filho de Jápeto, mais que todos fértil em planos, alegras-te de ter roubado o fogo e enganado minha inteligência, o que será uma grande desgraça para ti próprio e para os homens futuros. **Para compensar o fogo lhes darei um mal, com o qual todos se encantarão em seu espírito, abraçando amorosamente seu próprio mal** (HESÍODO, 2012, p. 65, grifo nosso).

É a criação da primeira mulher, que foi chamada de Pandora. Dessa maneira, uma das versões é a de que Pandora foi moldada como forma de punição aos homens pelo roubo do fogo divino. Ou seja, inserida na narrativa mítica do nascimento de Pandora, estaria a tentativa de se justificar como a mulher já nasceria com propensão para a desobediência e que precisaria ser dominada, afinal sua curiosidade excessiva poderia gerar atitudes negativas, uma vez que fora criada como forma de castigar Prometeu, por primeiro, por furtar o fogo do céu, e depois os homens, por terem aceitado a oferenda.

Na mitologia, Zeus teria usado as palavras **encantamento** e **mal** para definir a mulher, isto é, de um lado a **sedução** e de outro o **mal**. Isso, tal qual pode-se inferir da narrativa bíblica, Eva é seduzida pela serpente e dá o fruto ao homem, a

partir do que nascem o mal e o pecado. Apenas a mulher teria dado origem ao mal que se abateu sobre ambos, a ponto de serem expulsos do Éden.

No livro IV do **Paraíso perdido**, de John Milton (1608-1674), mencionado por Bulfinch (2006), verifica-se também a existência dessa intertextualidade entre a narrativa sobre Eva e sobre Pandora:

Mais bela que Pandora a quem os deuses
 Cumularam de todos os seus bens
 E, ah! bem semelhante na desgraça.
 Quando ao insensato filho de Jafete
 Por Hermes conduzido, a humanidade
 Tomou, com sua esplendida beleza,
 E caiu a vingança sobre aquele
 Que de Jove furtou o sacro fogo (MILTON, 1608-1674 apud BULFINCH, 2006, p. 27).

No mito de Pandora, por seu turno, temos a mulher ambígua, que é ao mesmo tempo bela e perigosa, pois fora dotada – a mando de Zeus, pai dos homens e dos deuses – de predicados duvidosos conforme se vê na descrição de Hesíodo (2012) em **Os trabalhos e os dias**:

Então ordenou ao ilustre Hefesto que o mais rápido possível misturasse terra com água e ali infundisse fala e força humanas, e que moldasse, de face semelhante à das deusas imortais, **uma forma bela e amável de donzela**; depois ordenou a Atena que lhe ensinasse trabalhos, a tecer uma urdidura cheia de arte; a Afrodite dourada, que lhe espargisse a cabeça com graça, penoso desejo e inquietação que devora os membros. **Que nela colocasse uma mente desavergonhada e um caráter fingido**, ordenou a Hermes mensageiro, o matador do monstro Argos. Assim falou, e eles obedeceram a Zeus soberano, filho de Crono. Logo o célebre deus coxo moldou-a da terra, à semelhança de uma virgem respeitável, seguindo a vontade do filho de Crono; deu-lhe um cinto e enfeitou-a a deusa Atena de olhos brilhantes; as deusas Graças e augusta Persuasão envolveram seu corpo com joias douradas; as Horas de belas cabeleiras coroaram-na com flores primaveris; Palas Atena ajeitou no seu corpo todo o ornamento. Então, o mensageiro matador de Argos fez em seu peito mentiras, palavras sedutoras e um caráter fingido, por vontade de Zeus que grave troveja; assim o arauto dos deuses **nela colocou linguagem, e chamou essa mulher Pandora, porque todos os que têm moradas olímpias deram essa dádiva, desgraça para os homens que vivem de pão** (HESÍODO, 2012, p. 65-69, grifos nossos).

Dessa maneira, Pandora é criada com inquietação e um caráter fingido, sendo posteriormente enviada como um presente a Epitemeu. Aqui, ao contrário de Eva, a mulher não é uma companheira, mas um adorno, um presente que se

revelaria um mal. Neste sentido, fica caracterizado o patriarcalismo, Pandora é um presente que, de boa vontade, foi aceito pelo titã.

Tal como Eva, Pandora é movida pelo desejo do conhecimento. Na casa de Epitemeu havia uma caixa²⁶ com todos os artigos malignos que ele não usara para fazer os homens, mas a mulher curiosa em saber o que a caixa continha, abre-a e, assim, dispersa pelo mundo as pragas, deixando o homem à mercê de uma infinidade de moléstias e de males. Contudo, Pandora rapidamente fecha a caixa, sobrando no fundo apenas esperança.

Pandora lança sobre a terra inocente os males antes contidos na caixa, trazendo entre eles a doença e a morte. De acordo com Hesíodo (2012),

Antes, de fato, as tribos dos humanos viviam sobre a terra sem contato com males, com o difícil trabalho ou com penosas doenças que aos homens dão mortes. Rapidamente em meio à maldade envelhecem os mortais. **Mas a mulher, removendo com as mãos a grande tampa de um jarro, espalhou-os, e preparou amargos cuidados para os humanos. Sozinha ali ficava a Antecipação, na indestrutível morada, dentro, abaixo da boca do jarro, e para fora não voou.** Pois antes baixou a tampa do jarro por vontade de Zeus que ajunta nuvens, o detentor da égide. Mas outras incontáveis tristezas vagam entre os homens. Na verdade, a terra está cheia de males, cheio o mar; doenças para os humanos, algumas de dia, outras à noite, por conta própria vêm e vão sem cessar, males aos mortais levando em silêncio, já que privou-as de voz Zeus sábio. Assim, de modo algum pode-se escapar à inteligência de Zeus (HESÍODO, 2012, p. 71, grifos nossos).

Este é, pois, o mito grego que explica a existência dos males e dos sofrimentos da humanidade. Revelando-se a vingança divina, na figura feminina de Pandora, um bem divino em forma de presente que se configurou no mal tanto ao homem quanto à mulher. Confirmando a relação de Pandora com Eva, esta última também foi feita como um bem, para ser companheira, mas transfigurou-se no mal tanto para si quanto para Adão, uma vez que Eva pecara ambicionando conhecer o bem e o mal, o que deflagrou a vingança divina que culminou com a expulsão do Paraíso.

Submetidas à perspectiva masculina imposta pelo patriarcalismo, ambas possuem em si o mal que desencadeará a desgraça humana na Terra. Suas atitudes irão gerar consequências irreversíveis ao mundo, o mito feminino está, sob essa ótica, circundado tanto por essa carga de malefício, pecador, inferior e oprimido, quanto pela subordinação e pela obediência ao masculino.

²⁶ Na versão de Hesíodo, em **Os trabalhos e os dias**, a alusão é a um jarro ao invés de uma caixa.

Nota-se ainda o paralelo das narrativas em torno de Eva e de Pandora com a de outra mulher, igualmente posta sob o peso da mão masculina. Trata-se, no caso, da personagem Iyguiana Laura.

O peso da traição cai sobre Laura e, segundo Bruna, filha mais velha da personagem, os desdobramentos da vida da mãe são em função disso. Laura é, por sua vez, outra mulher desobediente. Configura-se então a direta relação entre os mitos e a obra em estudo.

Em uma passagem de **Ciranda de pedra** (1981), Bruna lê para Virgínia, em tom solene, um trecho marcado na **Bíblia**. O trecho em questão se refere à família, em **Levítico**: “Se algum homem se tornar réu de fornicação com a mulher do outro, e cometer adultério com a mulher do seu próximo, sejam punidos de morte, assim o adúltero como a adúltera” (Lv 20,10).

Assim, a mãe é condenada à morte. Primeiro, a morte moral e social e, depois, a própria morte física. Bruna atribui o fato de a mãe estar doente a um erro terrível, o fato de ter abandonado o marido e as filhas. Laura abandonou a família e foi morar com outro homem, Daniel. E, Bruna continua relatando à caçula, “esqueceu-se dos seus deveres, enxovalhou a honra da família, caiu em pecado mortal” (TELLES, 1981, p. 34).

Por esse pecado mortal, Laura sofreria a vingança divina, ou seja, a sua doença seria a punição pelo erro cometido. De tal sorte que, como Eva sofreria as dores do parto por sua culpa, Laura estaria debilitada mentalmente por sua traição, de acordo com o que se pode inferir da fala da protagonista em **Ciranda de pedra** (1981): “– Bruna disse que se minha mãe não tivesse se separado do meu pai não estava agora assim doente. Ela acha que é castigo de Deus” (TELLES, 1981, p. 17).

Na verdade, um símbolo da traição na **Bíblia** é a serpente. Em **Ciranda de pedra** (1981), em determinado momento, Virgínia se compara a uma cobra e tenta rastejar pelo chão, mas conclui que “Ser cobra machucava os cotovelos, melhor ser borboleta” (TELLES, 1981, p. 13). Na verdade, Virgínia é a filha nascida de uma traição, filha de Laura e Daniel, daí a alusão à cobra, ela é a própria personificação da desobediência. Em outro ponto da narrativa, ainda com referência ao réptil, Virgínia conversa com a empregada e questiona sobre os erros e a vida, mencionando seu temor, afirmando: “Tenho medo de nascer cobra”, ao que a empregada responde: “– Você já é cobra – disse Luciana com brandura” (TELLES, 1981, p. 14). Com efeito, é esta mesma empregada a responsável por revelar a

Virgínia que seu verdadeiro pai era Daniel, isto é, a empregada era conhecedora da traição que ocorrera na família e sabia que Virgínia era **cobra**, filha de um amor extraconjugal.

Eva, Pandora e Laura são todas **pecadoras**. Laura enfrenta o marido, desobedecendo a regras sociais e vai tentar ser feliz com outro homem. Nas palavras de Bruna, ela trai o marido e enxovalha a família.

Virgínia mais uma vez pergunta à irmã se não fora o pai quem teria mandado Laura embora, quando então Bruna confirma: “– Mas o que é que você queria que ele fizesse? O quê? Apaixonada que estava por outro homem, todo mundo comentando o escândalo...” (TELLES, 1981, p. 35). Na descrição de Bruna, a mãe antes vivia como uma rainha, mas depois que um médico novo entrou em casa tudo mudou e o pai a expulsou de casa “como se expulsa um demônio”. E como Laura havia traído o marido, “O castigo já caiu sobre ela” (TELLES, 1981, p. 36), e ela também não podia ser mais aceita naquele paraíso onde tinha de tudo.

Tudo isso mais uma vez encontra analogia na narrativa bíblica e no relato da expulsão de Adão e Eva do Éden. Eva deixa o Paraíso e Laura também é levada a deixar a casa onde morava com as filhas, sendo castigada com a doença: “[...] que nossa mãe perdeu o céu por causa dele” (TELLES, 1981, p. 36) e “– Bruna disse que se minha mãe não tivesse se separado do meu pai não estava agora assim doente. Ela acha que é castigo de Deus” (TELLES, 1981, p. 17).

No mito de Pandora, a mulher é a que é bela e sedutora. Laura, na noite em que conhece Daniel, tem uma discussão com Natércio sobre um cravo vermelho. O marido não aceita que a esposa use a flor para ir a uma festa e afirma: “Qualquer prima-dona de subúrbio gostaria de usar uma flor assim” (TELLES, 1981, p. 29). Nesse ponto, Laura enfrenta o marido e se assume como mulher, como individualidade, não aceita ser menosprezada:

Pela primeira vez não tive mais medo. Enfrentei-o. Se quiser, vá sozinha ele disse com um sorriso que era de morto também. Vamos, ponha essa flor no peito e vá sozinha! repetiu apontando a porta. Então saí correndo, chego a pensar que fugi correndo, antes que ele me segurasse... Fazia anos que eu não ia a nenhuma festa, a parte alguma, ele detestava sair comigo, **nosso passeio era visitar a família, ficar horas e horas na saleta dourada, cheia de mortos e de retratos de mortos**, ouvindo as gêmeas tão iguais! (TELLES, 1981, p. 29, grifos nossos).

Retoma-se ainda neste ponto o anteriormente mencionado sobre a família antiga greco-romana. Laura descreve a família, a família do marido, e tal como os antigos prestavam homenagens aos antepassados, a personagem também ia venerar as fotos dos mortos.

Por fim, vale que se faça uma alusão à esperança, a única que não escapou da caixa de Pandora. A esperança persiste no mito de Pandora e na história da vida de Virgínia.

Em **Ciranda de pedra** (1981), há uma passagem na qual Virgínia e Daniel conversam sobre o que é uma família e de como era a relação entre eles, Natércio, e as irmãs Bruna e Otávia. Nessa análise, é possível traçar o paralelo com o mito acima descrito, pois para o casal Laura e Daniel não haveria qualquer esperança, o destino estava certo: aos amantes estavam reservados a desgraça e os males do mundo em função das pressões sociais e da própria doença incapacitante de Laura. Conforme se pode verificar em Telles (1981),

Virgínia, Virgínia, quando você fica assim comigo, quando me olha como olhou há pouco, eu chego a pensar que... Enfim, que seria possível um outro caminho. – Fez uma pausa. E contraiu dolorosamente a fisionomia.
 – Mas não, eu teria que ser muito egoísta, está compreendendo? Só para você há esperança.
 – Que esperança?
 Ele soltou-lhe as mãos e acendeu um cigarro. Sacudiu a cabeça.
 – Não importa. Quero que guarde apenas uma coisa, Virgínia: você está sendo um menininha maravilhosa porque ama seu pai e é fiel a ele. Haja o que houver, nunca se esqueça disso (TELLES, 1981, p. 26).

Todavia, para Virgínia, ao final, haveria de sobrar a esperança. Após lutar contra a doença de Laura, lutar para ficarem juntos, Daniel e Laura iriam perder a batalha, pois a cada dia ela se enfraquecia mais, a morte se aproximava e ele, conseqüentemente, desgastado por tudo, também definhava tanto física quanto emocionalmente. Mas como pai verdadeiro de Virgínia, Daniel tinha nela a esperança depositada, para a filha haveria de existir destino melhor. Alheia à culpa e à dor, segundo ele, Virgínia seria a esperança.

Há certa similaridade, pois Virgínia também pensa em tirar a própria vida em dado momento. Quando volta à casa de Natércio, já uma adulta por volta de vinte anos, ainda não consegue lidar com a rejeição e a solidão. Mas em meio a dúvidas, a esperança lhe dá sobrevida:

Pousou o lápis sobre o bilhete e ergueu-se. “É a última vez que escrevo.” Tudo era a última vez e este pensamento a fez estremecer. Abraçou-se a si mesma com força, “Estou viva, ainda há esperança!”. O calafrio foi passando. Relaxou os músculos. “Mas não vê que é tudo um nojo?”, ficou repetindo a si mesma. Tinha vontade de se esbofetear. Pensou em Daniel que fora ao encontro da morte como aquele pássaro que viu um dia se projetar como uma seta em direção ao sol. Lançou um último olhar ao quarto. É que Daniel acreditava em Deus, era mais fácil morrer acreditando em Deus (TELLES, 1981, p. 130, grifos da autora).

Apesar dessa autopunição, por não fazer parte da roda e da família a protagonista, ao contrário de Daniel desiste da morte. Ela deseja apenas não ser mais sozinha e recorre à imagem de uma santa para pedir que Ihe estenda a mão, quase como implorando perdão:

Apanhou a rosa vermelha que Rogério, em meio da luta silenciosa, Ihe arrancara do peito e atirara na mesinha ao lado da cama. E só então notou na mesa uma pequenina imagem. Que santa seria aquela? Conhecera muitas no colégio, mas só se lembrava de algumas, desde que tinham todas as mesmas feições, as roupas é que variavam. E não estava reconhecendo aquela roupagem. Tocou-Ihe de leve com as pontas dos dedos. Podia explicar-Ihe que não tinha fé, mas não tinha culpa disso, “Eu estou sozinha, me dê a sua mão”.

Sentiu a boca salgada de lágrimas. E não teve forças para prosseguir. A santa tinha nos olhos cor de violeta aquela expressão piedosa de quem acredita mas não pode fazer nada. Absolutamente nada (TELLES, 1981, p. 130, grifos da autora).

Outra temática recorrente em **Ciranda de pedra** (1981) é a fidelidade. Talvez se Virgínia fosse uma filha amável e fiel ao pai Natércio, teria sua redenção, respeitando e amando o pai, teoricamente, sua herança seria o Éden. Mas o que é a fidelidade? A contraposição entre a obediência sem questionamento ou o respeito à individualidade e a busca verdadeira da felicidade? Qual escolha traria a verdadeira redenção ao **Eu**?

Em outra perspectiva, a construção dessas figuras femininas possibilita críticas à sociedade por sua forma de agir em relação à mulher que é, na verdade, questionadora, contraditória, libertadora, autossuficiente e determinada. Mulheres que desde sempre foram podadas pelo masculino, até mesmo por meio de narrativas míticas e tradições culturais arcaicas, mas que encontravam meios, muitas vezes até mesmo a literatura, para darem voz aos seus anseios, questionando os papéis morais e sociais a elas impostos. Por isso, talvez, há que se dar ênfase às características dessas mulheres desobedientes e fortes.

A literatura trazida a efeito por Lygia Fagundes Telles nas linhas do romance **Ciranda de pedra** (1981) destaca esses elementos com sensibilidade, pois suas personagens estabelecem modelos com grandes transformações e de atitudes pouco usuais para a época. Rompe-se o compromisso com a realidade vigente por meio da protagonista e de Laura.

Por sua vez, Simone de Beauvoir (1970), nessa mesma linha de pensamento, afirma que:

Por outro lado, situaremos de maneira inteiramente diferente o problema do destino feminino: colocaremos a mulher num mundo de valores e atribuiremos a suas condutas uma dimensão de liberdade. Pensamos que ela tem a escolher entre a afirmação de sua transcendência e sua alienação como objeto; ela não é o joguete de impulsos contraditórios, ela inventa soluções entre as quais existe uma hierarquia ética (BEAUVOIR, 1970, p. 69-70).

Sobre Laura, temos a mulher inicialmente submissa e infeliz num casamento, mas que rompe as algemas matrimoniais e constrói uma relação nova com Daniel, buscando a felicidade. O objeto do lar quebra suas amarras com a transcendência do ser. As filhas já adultas Bruna e Otávia, apesar de criadas por um pai austero e teoricamente tradicionalista, também tomam caminhos diversos dos padrões sociais.

Numa conversa com Otávia, tudo se torna claro para Virgínia:

Ah, Virgínia, Virgínia... Quando é que vai deixar de fazer perguntas? Desde criança você não para de fazer perguntas, perguntas. E então, já descobriu muita coisa? – Seu tom de voz tinha agora um timbre de desafio. – Por exemplo, que é que você sabe de nós? Que Letícia gosta de mulher? Que Bruna tem um amante? Que Afonso é um pobre-diabo? Que Conrado é virgem? Que eu... Há mais coisas ainda, querida. Mas não, não fique agora pensando que somos uns monstros, não vá querer descobrir crimes, não há cadáveres dentro de nenhuma arca. Apenas há mais coisas ainda. E não adianta ficar aí escarafunchando, que essas você nunca descobrirá. Coisas... (TELLES, 1981, p. 137).

Bruna, a mais velha das irmãs, casou-se com Afonso, um dos amigos de infância, um daqueles que pertenciam à ciranda, mas são infelizes no casamento. Bruna tem um amante que frequenta as reuniões da família, e assim, escondida atrás de uma moral, revela seu lado obscuro. Bruna é a católica fervorosa, repete a atitude da mãe, contudo mantém as aparências sociais:

Mas a mãe tivera a desfaçatez de confessar tudo, de abandonar Natércio. Injusto, não? O certo era fazer como ela, Bruna, fizera, tudo às escondidas,

um amor de catacumba, bem de acordo com seu feitio, adorava o ídolo nos subterrâneos e depois lá fora continuava a vida normal com Afonso, sem que o laço entre os dois sofresse a mais leve ameaça (TELLES, 1981, p. 119).

Otávia vive às custas do pai, não ama ninguém especificamente, apenas se diverte sem pensar nas consequências. Conforme a autora, “Indiferença era a paz estagnada de Otávia. E a tranquilidade era aquilo, aquela quietude sob a qual a vida palpitava” (TELLES, 1981, p. 146).

E, finalmente, tem-se a figura de Virgínia, a heroína lygiana, a mulher do romance de formação que decide não realizar um amor, trabalha por seu sustento e desafia um pai que sempre lhe renegou carinho, proteção e cuidado. Ela busca a tranquilidade e a paz interior, deixa o jogo do faz de conta para trás e decide viver. Em síntese kantiana sobre o percurso da personagem principal “somente a descida ao inferno do autoconhecimento é capaz de pavimentar o caminho para a divinização” (KANT, 2008, p. 283).

Diante de tudo que foi levantado e na construção do **Eu** virginiano, na subseção seguinte, serão abordados conceitos como identidade, alteridade e **outridade**, além de algumas outras questões relacionadas ao feminino, presentes no cenário social de ontem e de hoje, na medida em que vêm dar voz a um ideal de independência historicamente almejado pelas mulheres.

3.3 DA IDENTIDADE, DA ALTERIDADE E DA OUTRIDADE

Minha autodefinição é entendida como resposta à pergunta “Quem eu sou?”. E essa pergunta encontra seu sentido original no intercâmbio de falantes. Defino quem eu sou ao definir a posição a partir da qual falo na árvore genealógica, no espaço social, na geografia das posições e funções sociais, em minhas relações íntimas com aqueles que amo e, de modo também crucial, no espaço de orientação moral e espiritual dentro do qual são vividas minhas relações definitórias mais importantes.

Charles Taylor

As reflexões das seções antecedentes merecem ser somadas aos conceitos de identidade, alteridade e outridade considerados a partir das relações interpessoais estabelecidas nas linhas do romance **Ciranda de pedra** (1981).

Inicialmente, o próprio conceito de casa, morada e lar. Com isso, longe de um afeto especialmente dispensado a Virgínia, pode-se suscitar certos questionamentos: Afinal, como pode a personagem sentir-se parte de uma família? Haverá conflitos identitários?

A partir da ideia de que a protagonista é uma estranha na casa de Natércio e, igualmente, onde viveu com Laura e Daniel, configurando-se também como uma estranha no colégio interno – sempre tratada de forma diferente, seja pelas irmãs Bruna e Otávia, seja pela empregada Luciana, e mesmo por Laura e Daniel, os quais não a alertaram para a vida – é possível refletir **sobre em que e de que forma** se constituiria a identidade da personagem e em qual lugar está integrada.

A concepção de identidade, para Charles Taylor (2011), no livro **As fontes do self**: a construção da identidade moderna, passa pela noção de *self*. Para tanto, um ser não é um *self* na maneira que é um organismo, ou se tem um com “um coração ou um fígado” (TAYLOR, 2011, p. 52). O *self* é uma autointerpretação, se é na medida em que se move num espaço de indagações, mas sem nunca ser pleno.

De fato, o *self* estaria implícito na própria noção de identidade e, nunca se é um *self* sozinho, ele só “existe no meio de outros” e “só posso aprender o que são a raiva, o amor, a ansiedade, a aspiração à plenitude etc. por meio da experiência, minha e dos outros, deles como objetos para nós em algum espaço comum” (TAYLOR, 2011, p. 53, grifo do autor). Ainda consoante o autor,

Este é o sentido em que não se pode ser um *self* por si só. Só sou um *self* em relação a certos interlocutores; de um lado, em relação aos parceiros de conversação que foram essenciais para que eu alcançasse minha auto-definição; de outro, em relação aos que hoje são cruciais para a continuidade da minha apreensão de linguagens de autocompreensão – e, como é natural, essas classes podem sobrepor-se (TAYLOR, 2011, p. 55, grifo do autor).

Sendo assim, a identidade pessoal seria a identidade do *self*. Para John Locke (1991), em **Ensaio acerca do entendimento humano**, “o *self* apresenta a peculiaridade de se fazer presente essencialmente para si mesmo. Seu ser é inseparável da autoconsciência” (LOCKE, 1991 apud TAYLOR, 2011, p. 73).

Para explicar o que é identidade, Stuart Hall (2003), na obra **A identidade cultural na pós modernidade**, aborda três concepções de identidade, quais sejam, a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e, por fim, a do sujeito pós-moderno.

Para a concepção do sujeito do Iluminismo, acreditava-se que a identidade nascia e se desenvolvia com o indivíduo, sendo ele “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência de ação [...]” (HALL, 2003, p. 10), baseado num individualismo, o eu era o centro.

Por outro lado, ao longo de sua existência, o conceito de sujeito sociológico se refere mais à relação do indivíduo com as outras pessoas importantes para ele, sendo essencialmente resultante da interação entre o eu e a sociedade. Assim define Hall (2003), o sujeito tem uma essência interior que vai se modificando no diálogo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem ao sujeito sociológico o preenchimento do espaço do eu interior com o eu exterior.

Então, a identidade é como uma costura do sujeito à estrutura, mas argumenta-se que o próprio processo de identificação através do qual as identidades são projetadas tornou-se de certa maneira provisória, variável e, muitas vezes, até problemática, uma vez que a identidade não é fixa.

Mas o sujeito pós-moderno é outro, não há como se falar em uma identidade estanque e una. Muito menos podemos dizer que se trata de conformar as necessidades interiores com as exteriores. A marca da pós-modernidade é a fragmentação do indivíduo, “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2003, p. 12).

Ciranda de pedra (1981) encerra uma ciranda de identidades, configurada a partir das tentativas de inserção protagonizadas por Virgínia, à medida em que sua identidade se afirma na busca pela compreensão de si mesma e nas tentativas de compreensão da real identidade dos que a cercam. É dessa interação do eu com o outro que se molda a subjetividade da personagem, o que lembra o modelo de sujeito sociológico de Stuart Hall (2003). Para, além disso, é o círculo das identidades formado pelos membros que compõem o histórico da protagonista, a mãe, as irmãs, o verdadeiro pai, o pai que legalmente a sustenta, entre outros.

Virgínia está em constante mudança, à medida que tenta se relacionar com os outros e entender o meio social em que se encontra. Por isso, metaforicamente, no início da obra, ela se define como cobra, mas quer ser borboleta, depois pensa numa mariposa presa que quer fugir, a aranha que tece a teia em torno das asas da mariposa, um pássaro, uma libélula. São sempre animais que querem voar e se libertar. Assim, a própria personagem se define como várias em uma.

Essas mudanças sucessivas pelas quais passou são rememoradas:

Lembrou-se de Otávia: “Não me peçam nunca fidelidade. Por que fidelidade se todos mudam tanto e tão rapidamente? Mas se nem a mim mesma consigo ser fiel. Seria bem divertido fazer uma pilha dessas Otávias todas tão contraditórias e tão desiguais, que não me reconheço em nenhuma delas”. Chegara a pensar que Otávia estava certa, devia ser fácil desfazer-se também das sucessivas Virgínias nas quais se desdobrara desde a infância, desfazer-se da menininha, principalmente da menininha de unhas roídas, andando na ponta dos pés (TELLES, 1981, p. 129, grifo da autora).

É propriamente neste espetáculo que nasce a identidade, pois ela não se vê una, coesa e resolvida. Virgínia é um **Eu** em transformação. Segundo Levinas (1980), “O eu não é um ser que se mantém sempre o mesmo, mas o ser cujo existir consiste em identificar-se, em reencontrar a sua identidade através de tudo o que lhe acontece” (LEVINAS, 1980, p. 24).

Em destaque está o ponto de vista da protagonista:

Via agora que jamais poderia se libertar das suas antigas faces, impossível negá-las porque tinha qualquer coisa de comum que permanecia no fundo de cada uma delas, **qualquer coisa que era como uma misteriosa unidade ligando umas às outras, sucessivamente, até chegar à face atual**. Mil vezes já tentara romper o fio, mas embora os elos fossem diferentes havia neles uma relação indestrutível. E o fio ia encompridando cada dia que passava, acrescido a cada instante de mais uma parcela de vida. Chegava a senti-lo dando voltas e mais voltas em torno do seu corpo numa sequência sem começo nem fim (TELLES, 1981, p. 129, grifo nosso).

O somatório das experiências vividas são as identidades, as *personas* assumidas por Virgínia. E desta forma a protagonista se mostra ao longo de **Ciranda de pedra** (1981).

A percepção do mundo social e da identidade do indivíduo se forma na relação com os outros. Por outro lado, a fase do espelho descrita por Lacan (1977) é parte importante na autoimagem do sujeito como uma pessoa inteira. No início, seja no espelho ou no espelho do olhar do outro, o sujeito não é completo, mas na socialização e no olhar se iniciam os sistemas simbólicos fora dela mesma. Stuart Hall (2003) sugere:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre a unidade. Ela permanece sempre incompleta, esta sempre em processo, sempre sendo formada (HALL, 2003, p. 38, grifo do autor).

A identidade em formação, dessa maneira, não é uma identidade desconectada do mundo, é fruto da relação com os Outros, e mesmo da rejeição que lhe é aplicada, segundo expõem Nelson Ernesto Coelho Junior e Luís Cláudio Figueiredo (2004), no artigo intitulado **Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade**.

Aquilo que se ignora ou se rejeita e que se rechaça é justamente o que difere de mim e poderia me fazer outro. Uma experiência de subjetivação que seja só assimilar o semelhante acaba por tornar-se o permanente exercício da mesmice, da identidade como recusa à alteridade e a própria experiência intersubjetiva se perderia com o império do mesmo que se repete (COELHO JUNIOR; FIGUEIREDO, 2004, p. 21).

De tal sorte, que a própria definição de identidade tem conteúdo inseparável da alteridade, para melhor exemplificar Janet M. Paterson (2004), professora do Departamento de Estudos Franceses da Universidade de Toronto, Canadá – que desenvolve pesquisa sobre o conceito de alteridade na literatura contemporânea e é autora de *Figures de l'Autre dans le roman québécois*, em entrevista realizada em março de 2008 e publicada no Caderno Diálogos, da Revista **Aletria**, ensina que:

[...] essa relação depende da distinção entre diferença e alteridade. A diferença é inerente aos nossos processos cognitivos, pois nos permite distinguir entre dia e noite, guerra e paz, baixo e alto e quente e frio. Há muitos contextos nos quais uma pessoa é diferente da norma (raça, gênero, religião, identidade sexual, características físicas, etc.). Porém, como explica Landowski, o que está em jogo não é a diferença. Ou seja, é a atribuição de características (ou marcas) semânticas à diferença que produz alteridade (PATERSON, 2007, p. 5, grifo da autora).

A marca da alteridade é a diferença enquanto aceitação daquilo de difere do **Eu**. É assim a abordagem de Levinas (1980):

As diferenças entre mim e Outrem não dependem de <propriedades> diferentes que seriam inerentes ao <eu>, por um lado, e a Outrem, por outro; nem de disposições psicológicas diferentes que tomariam o seu espírito quando o encontro. Tais diferenças têm a ver com a conjuntura Eu-Outrem, com a orientação inevitável do ser <a partir de si> para <Outrem> (LEVINAS, 1980, p. 193, grifo do autor).

A alteridade é construída pela **heterogeneidade radical do Outro**, é a relação direta entre o Eu e o Outro, mas não como simples oposição. Como diz Levinas (1980), não é alteridade formal ou simples inverso de uma identidade, nem de uma alteridade feita de resistência ao Mesmo, é a alteridade formada por respeito

e responsabilidade. Ainda segundo o autor, o pensamento e a interioridade são a produção da transcendência do ser. Essa relação íntima deve ser feita, pois “a alteridade só é possível a partir de *mim*” (LEVINAS, 1980, p. 27, grifo do autor).

O debate em torno da identidade e da alteridade define um outro conceito que é empregado neste trabalho de dissertação como uma derivação direta da alteridade, qual seja o conceito de **outridade**.

O que é pois a **outridade**? Define-se como um diferente modo da alteridade, na medida em que dentro daquele conceito sugere para além do respeito, da consideração e do altruísmo, predispõe a existência da diferença, mas como forma de sensibilização pela experiência alheia a partir desta relação.

Considere-se, por exemplo, o que ensina Paterson (2007):

O importante é compreender que o que está em jogo não é a diferença. Nós habitamos um mundo cheio de diferenças. A questão é a forma pela qual interpretamos e lidamos com todas essas diferenças. Daí a necessidade de refletir e reconsiderar o conceito de alteridade. Em última análise, nossa esperança de um mundo melhor reside no respeito por todas as diferenças, e na capacidade renovada de se reconfigurar a questão da identidade (PATERSON, 2007, p. 5).

Nesta mesma linha de pensamento, a **outridade** é uma reconfiguração da alteridade. Assim sendo, para além de reconhecer o Outro, a **outridade** faz com o que o **Eu** se sensibilize e veja a realidade sob nova perspectiva. É um ver-se por meio dos olhos do Outro. Afirma ainda a citada autora que:

Quando discutimos o outro, freqüentemente focalizamos formas diferentes de alteridade como se elas estivessem separadas de nossa consciência e identidade. Entretanto, alteridade implica um processo cognitivo (e, muitas vezes, ideológico) que se manifesta dentro do sujeito conseqüentemente dentro da sociedade (PATERSON, 2007, p. 4).

E continua:

Nós vivemos em um mundo no qual devemos tentar transcender essa distinção enquanto respeitamos as diferenças das pessoas. Nossa sociedade pós-moderna demanda respeito pela heterogeneidade e pela diferença. A posição ética resultante dessa situação implica um questionamento de nossa relação com o outro. Implica uma transformação de nossa subjetividade, a qual começa com o confronto entre diferença e alteridade (PATERSON, 2007, p. 6).

Para fomentar o debate acima, faz-se necessário, como já afirmado, o olhar do Outro e a interação filhos e pais, questões não plenamente desenvolvidas em Virgínia. Isto porque, sob o ângulo materno, pesa a ausência de uma mãe em razão da doença. No lado paterno, a ausência provocada pelo sentimento ressentido de uma traição e, de outro extremo, Daniel, um homem atormentado pelas circunstâncias que envolvem Laura e que o levam ao suicídio.

Sob o ângulo materno, há para Virgínia a falta da figura da mãe enquanto um ser em quem se espelhar e a guiá-la. A belga, naturalizada brasileira e psicanalista lacaniana Malvine Zalcborg (2003), no livro **A relação mãe filha**, sugere que “a figura da mãe, para uma menina, desdobra-se em uma função materna e uma função feminina na medida em que a mãe é também uma mulher” (ZALCBORG, 2003, p. 15). Na obra *Iyigiana*, Laura, em razão da doença, não consegue desempenhar plenamente esta dupla função, pois suas limitações mentais e físicas fazem com que não possa ser uma mãe presente para com as filhas e nem uma mulher presente para com Daniel.

Daniel não consegue ser um pai acolhedor, de vez que vive à sombra, à margem, definitivamente dedicado a Laura e, de outro lado, obcecado e exausto, não consegue revelar a Virgínia a sua verdadeira origem. Da parte do pai registral, Natércio, inexistente qualquer acolhimento.

A vida de Virgínia é marcada pela falta. Alheia ao sentimento e ao conceito de um lar, submetida à presença da oposição pertencimento e estranhamento, Virgínia é uma estranha familiar, hóspede onde quer que esteja. A estrangeira era vista como a hostil, passa-lhe ao longe qualquer hospitalidade.

Na casa de Daniel, não se faziam as refeições junto e não se podia ter muito contato com Laura, pois a doente sempre delirava e não mantinha o estado de consciência. Assim, desejava estar com o pai Natércio e as irmãs, deseja a família reunida como antes, todos juntos. Já na casa dos ciprestes, a menina Virgínia lamentava o distanciamento de todos, desde a governanta até os jantares regados a olhares frios.

No colégio interno, a protagonista não tinha amigas e se dedicava aos estudos como fuga à sua realidade. A escola era apenas uma hospedaria, um local temporário, um refúgio em que ficava cada vez mais sozinha. A única opção possível para aquela que não tinha um lugar seu:

– Estou triste porque você vai nos deixar – disse-lhe a freirinha ajudando-a a guardar os livros no caixote. – Mas, ao mesmo tempo, estou satisfeita porque apesar de tudo creio que você foi feliz aqui.

Apesar de tudo. Que significaria para a freira aquele “apesar de tudo”? A perseguição de Irmã Flora? A proibição de ter Ofélia como amiga constante? Os longos castigos que suportara com o coração cheio de ódio? As sucessivas hóstias recebidas com o coração vazio de fé? Não, evidentemente Irmã Mônica se referia apenas às medalhinhas e fitas (TELLES, 1981, p. 79, grifo da autora).

Virgínia voltou o olhar para a copa da figueira que se erguia no pátio. “Apesar de tudo, será que você foi feliz aqui?”, gostaria de perguntar também à árvore solitária. Se a pergunta partisse de Irmã Flora, a resposta teria sido outra. Mas Irmã Flora era demasiado astuta, não precisava perguntar, as perguntas faziam parte de Irmã Mônica. “No começo, odiei o tempo todo, poderia ter-lhe respondido. Odiei as professoras, a comida, as paredes, as imagens, o ar, até o ar eu odiei com aquele cheiro característico, mistura de flores murchas e incenso. Depois, fiquei indiferente. Assim apática. E se estudei tanto, não foi por virtude, mas por pura agressão: minhas irmãs eram alunas mediocres.” Mas não era a verdade o que a freirinha queria ouvir (TELLES, 1981, p. 80, grifo da autora).

Conforme enfatizado no início desta subseção, Virgínia nunca experimentara a noção de casa enquanto um lar. Ora, o que aqui interessa é a distinção de casa em dois sentidos, um sentido físico e um outro, que não pode ser apenas uma questão material, mas, sim, subjetiva. De um lado, casa como morada e do outro um lar.

Toma-se como exemplificação o conceito de casa extraído do Direito Penal no artigo 150, § 4.º do **Código penal brasileiro**, segundo o qual seria qualquer compartimento habitado; aposento ocupado de habitação coletiva e, compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade. Já para o Direito Civil, os artigos 70 e 71 do **Código civil** dão o tom, no sentido de que casa abarca a ideia de domicílio e residência como ânimo da pessoa natural, é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

A expressão casa tem relação com o local físico na acepção de morada e abrigo para se dormir e trabalhar. Todavia, o sentido que se pretende explorar ultrapassa a morada, aqui se fala em lar, com ânimo de estar ao lado daqueles que se ama ou com quem se tem um vínculo afetivo.

Casa enquanto lar possui predicados maiores que apenas ter uma residência ou domicílio, refere-se a afeto e a sentimento de pertencimento, questões essas não passíveis de definição pragmática.

Obviamente, Virgínia teve morada, mas não lhe foi possível conhecer um lar ao longo da narrativa. Nada genuinamente pertence a ela e ela genuinamente não pertence a nenhum lugar. Quando retorna ao casarão, depois de anos no internato, conclui: “Nada restava da sua passagem por aquela casa, nada” (TELLES, 1981, p. 120).

Essa mesma ideia se acha presente em outras passagens da obra que constitui o *corpus* desta dissertação, tais como:

Quando estes móveis vieram de lá, ainda eram novos.

– Mentira – disse Virgínia em voz baixa. Falava com cuidado para que a mãe não ouvisse lá embaixo. – Bruna já me deu tudo assim mesmo. O pai deu mobília nova para ela e então ela me deu estes. Tio Daniel disse uma vez que ia me dar uma mobília azul e não me deu nada (TELLES, 1981, p. 14).

– Então, filha? Está de vestido novo?

Virgínia apertou os olhos brilhantes.

– Era seu, mãe. A senhora se lembra dele? Luciana diminuiu pra mim, não ficou bonito? (TELLES, 1981, p. 19).

E você? Já se preparou para jantar? – Fez uma pausa, analisando- a:

– Esse casaco de Bruna está grande demais, vista um de Otávia. E por favor, penteie esse cabelo!

– Eu não quero jantar (TELLES, 1981, p. 65-66).

Esses excertos deixam claro que, independente das condições sociais a que Virgínia estava exposta, nada havia sido pensado especificamente para ela, sejam os móveis do quarto ou os vestidos que usava. Ao contrário das irmãs, a ela estava reservado o resto. Os objetos mencionados são apenas uma forma de mostrar que nada pertencia à protagonista, além disso, não havia calor, afeto e acolhimento. Afinal, Virgínia era muito diferente, Bruna era parecida com o pai e Otávia, com os cachos louros, cada vez mais parecida com Laura. E Virgínia? Não se parecia nem física e nem emocionalmente com ninguém daquela família, e sentia que não era querida: “Luciana, eu vou morrer, ninguém gosta de mim, ninguém! Diga que gosta de mim, pelo amor de Deus, diga que gosta de mim!” (TELLES, 1981, p. 16).

A menina não se identifica com ninguém, quer física, quer do ponto de vista dos sentimentos, apesar de fazer parte daquela família. Conforme se lê em Telles (1981), a protagonista:

Deixou-se levar em silêncio, baixando os olhos ao passar diante do espelho do armário. Tinha vontade de esmurrar aquela sua figura espichada, de cabelos pretos e escorridos, iguais aos da bruxa de pano que Margarida

comprara na feira. Pensou nas irmãs. Podia suportar a lembrança de Bruna que era morena e grandalhona como o pai, mas Otávia com aqueles cachos quase louros caindo até os ombros e com aquelas mãos brancas, tão brancas... (TELLES, 1981, p. 15).

Cumpre assinalar que a personagem é uma apátrida – uma estrangeira, sem características comuns, sem o mesmo traquejo e linguagem social, sem os mesmos modos. É por isso que, muitas vezes, é recebida com hostilidade ainda que de forma velada:

Num rasgo de entusiasmo, segurou Afonso pela mão, animando-o como fazia Letícia. Ele então a encarou. E com o olhar vagaroso percorreu-lhe o vestido. Parecia perguntar: “Você vai também? Mas assim?”. Ela sentira o rosto arder sob aquele olhar. Baixou a cabeça fingindo arrumar o cinto. Bruna tomou-a pelo braço:

– Você não prefere nos esperar? Dona Lili está com visitas, não há de gostar dessa invasão.

Letícia atalhou:

– Invasão? Mas mamãe adora vocês! Deixa Virgínia vir também.

Bruna alisou as pregas da saia do uniforme:

– Mas a Fraulein já vem com o lanche, vai ficar aborrecida se não encontrar ao menos... Você fica, hem, Virgínia? Letícia teve um gesto, “Enfim, vocês é que sabem”. Observou-a com afetuoso interesse: “Ela continua não se parecendo nada com Otávia nem com você”. Bruna teve um sorriso. “Virgínia não se parece com ninguém” (TELLES, 1981, p. 54, grifos da autora).

Diferentemente, a qualidade da hospitalidade que é a acolhida ocorre na inserção do indivíduo no espaço do Outro, onde é permitido permanecer, pressupondo a partilha e a aceitação desse indivíduo em seu território. Mais do que isso, a hospitalidade delimita dois papéis: o do hospedeiro e o do hóspede, daquele que recebe e do que é recebido. Mas no romance lygiano, a marca significativa é a da hostilidade. Interessante ressaltar que a própria hospitalidade carrega a dualidade, pois significa tanto a acolhida, o gesto de proteção interior quanto exterior, daí porque Marie-Claire Grassi (2011), no artigo **Transpor a soleira**, afirma que “para o *hospitus*, o hóspede de passagem, trata-se de ser admitido na soleira e, depois no interior” (GRASSI, 2011, p. 45, grifo da autora). Ou seja, primeiro poderia significar um espaço geográfico, depois um espaço psíquico. Entretanto, não é esta a realidade de Virgínia, ela não é bem recebida nem na casa e nem no ambiente social das irmãs:

– A senhora vai ficar no quarto que foi de Dona Bruna – Pedro foi dizendo assim que entraram no vestíbulo. Parecia inquieto por vê-la chegar sozinha. E vacilava em subir com a maleta, sem saber ao certo se devia ou não

permanecer ao seu lado, como se fosse o responsável pela ausência dos outros. Teve um gesto evasivo ao se dirigir à porta. – Estão aí. Acho que ainda nem sabem que a senhora chegou. (TELLES, 1981, p. 85).

Virgínia era mesmo a estranha familiar, pois mesmo que filha e irmã, nunca era inserida na ciranda:

Virgínia corou ao afundar-se na almofada do automóvel. Por que Frau Herta lhe falava sempre naquele tom? Não era assim nem com Bruna nem com Otávia. “Mas nenhuma delas se senta como eu”, pensou num desconsolo. Puxou o vestido sobre os joelhos. Elas eram tão naturais, sem inibições, com um ar assim de donas do automóvel, donas de tudo mas sem constranger as pessoas. Jamais Frau Herta lhes precisaria dizer: “Estejam à vontade” (TELLES, 1981, p. 32, grifo da autora).

Sentiu as mãos geladas embora a tarde estivesse quente. “É a volta”, justificou para si mesma. “Depois de tanto tempo, por maior que seja o desligamento, a gente sempre se impressiona um pouco”, concedeu. Mas sentia-se vagamente decepcionada. A verdade é que se julgara muito mais invulnerável àquela mistura de emoções que lhe davam obscuramente uma sensação de insegurança. Ainda há pouco considerara-se tão desligada daquela gente e daquela casa, chegara mesmo a se ver voltando como uma simples hóspede, a cumprimentá-los como se os visse pela primeira vez. Ou quase como se fosse pela primeira vez. E agora as mãos esfriavam inexplicavelmente já invadidas por um suor viscoso. Enxugou-as (TELLES, 1981, p. 83, grifo da autora).

Ambígua e dual também é a origem da palavra hóspede que, conforme ensina Grassi (2011), em **Uma figura da ambiguidade e do estranho** (2011) “vem de *hospitem*, acusativo de *hospes*. Mas *hopes* tem um estranho parentesco etimológico com *hostis*, o estrangeiro, o inimigo” (GRASSI, 2011, p. 55, grifo da autora). Nas palavras pronunciadas pela governanta quanto a **estar à vontade** materializa-se a qualidade de hóspede, demonstrando claramente o não lugar da protagonista, para sempre uma não familiar, a estranha.

Desta feita, esta hóspede é a estranha, a inimiga. Sigmund Freud (2014) no ensaio intitulado **O inquietante**, explica que a palavra alemã *unheimlich* se opõe a *heimlich*, *heimisch*, *vertraut*, que é doméstico, autóctone, familiar. Ou seja, Virgínia é a caçula *unheimlich*, pois é fruto da traição, é a familiar e não familiar, a estranha, aquilo que é assustador e demoníaco, vez que conspurcaria a reputação de Natércio e das meninas.

Interessante notar que na subseção 3.2, Mulheres desobedientes: Lilith, Eva, Pandora e Laura, há o aspecto do ser demoníaco e da serpente ligar-se às *personas* de Laura e de Virgínia. Considerados esses elementos, as investigações

empreendidas por Sigmund Freud (2014) no ensaio em questão reiteram e se abrem aos processos de associação do que é inquietante, ou seja, daquilo que é estranho, com tudo aquilo que é horrível e demoníaco. Em suma, com aquilo que Bruna já havia associado com enxovalhar a honra da família, escândalo e castigo.

Daí a falta de pertencimento e a insegurança que rondam a menina. Em diversos idiomas, o *unheimlich*, apresentado por Freud (2014, p. 332) em seu ensaio dá o viés daquilo que se pode entender sobre as amarguras da protagonista. De tal sorte que, em grego, *unheimlich* significa estrangeiro, estranho; em inglês é a *repulsive fellow*; em francês é *sinistre* e em espanhol aquilo que é *de mal agüero*.

Assim, tem-se que “[...] o mais interessante para nós é que a palavra *heimlich* ostenta, entre suas várias nuances de significado, também uma na qual coincide com seu oposto, *unheimlich*. O que é *heimlich* vem a ser *unheimlich*,” (FREUD, 2014, p. 338). E de outro lado, Schelling, citado por Freud (2014), dá um novo esclarecimento ao conceito do *unheimlich*, isto é, “seria tudo o que deveria permanecer secreto, oculto, mas apareceu” (SCHELLING apud FREUD, 2014, p. 338).

Há verdadeira marginalização da imagem de Virgínia, por Natércio, pelas irmãs e também na escola interna, pois sua presença é a prova daquilo que se quer esconder, daí tanto a repulsa velada quanto a direta:

– Pode se levantar, Virgínia, que ainda vou tomar o café.

Ela desviou para o chão o olhar magoado. “Até o pai.” Afinal, esperara tanto que ele viesse recebê-la no portão, tomando-a alegremente nos braços. “Que bom, meu bem, que bom você ter vindo morar comigo!” Corrigiu: meu bem, não, que quem a tratava assim era Daniel. O pai dizia apenas Virgínia. “Sim, Virgínia. Não, Virgínia.” Era até um pouco... A palavra quase veia à tona, mas energicamente a empurrou para o fundo. Não, não é que ele fosse seco, não era isso. Apenas tudo teria sido muito melhor se ele a recebesse mesmo sem dizer nada. Foi saindo na ponta dos pés. Ainda voltou-se para vê-lo, mas ele parecia olhar através da janela. “Por que está sempre fugindo de mim?” (TELLES, 1981, p. 60, grifo da autora).

– **Coma, Virgínia. Seu almoço já deve estar frio.**

Ela estremeceu. Aquela voz era ainda mais fria do que a comida refugada no meio do prato.

– Não, pai, já comi muito.

– Você quer dizer que está satisfeita.

O resto do sorriso que ainda conservava esquecido na boca desfez-se rápido (TELLES, 1981, p. 58, grifos nossos).

O leve tilintar dos talheres se fragmentava em sons de uma pequena luta metálica, gelada. **Por que aquele olhar a perturbava tanto? Que teria o pai a lhe dizer? E por que não dizia?** Com Bruna e Otávia presentes aos

jantares, tudo era muito mais fácil: Bruna tecia comentários em torno do colégio ou da creche, ele fazia perguntas sobre os estudos e embora Otávia falasse pouco, desatenta e enfasiada, era sempre uma pessoa a mais na mesa. Mas no almoço ficava só com ele porque as duas almoçavam no colégio e a Fraulein preferia comer na copa. **Então precisava enfrentá-lo sozinha. Nos primeiros dias ela ainda falava, ria. Mas começou a notar que suas palavras e risos, na maioria, ficavam sem resposta.** Aos poucos os assuntos foram definindo e agora já não sabia o que dizer (TELLES, 1981, p. 59, grifos nossos).

Estas passagens estendem as reflexões desenvolvidas na presente dissertação até o campo do estudo da identidade e da **outridade**. Isto porque é por meio deste contexto que Virgínia molda sua personalidade, a partir da não presença da família e da luta por seu espaço no mundo.

Outro objeto sempre constante nos pensamentos e na vida de Virgínia é o espelho. Nos momentos de decisão ou de consciência interna, ela mira o espelho procurando encontrar respostas.

Aproximando-se da mesa de toailete, ela sentou-se e apoiou o rosto entre as mãos. Na sua frente o espelho, comprido e estreito como um túnel, encerrando lá no fundo uma face. “Eu?”, perguntou melancolicamente à própria imagem que ia se delineando no cristal. (TELLES, 1981, p. 137, grifo da autora).

Laura olha para a filha por intermédio do espelho: “– Hoje vou jantar com vocês – segredou ela olhando para a filha” (TELLES, 1981, p. 27). Noutra passagem, “O olhar de Virgínia fixou-se com avidez no espelho. Sabia que de fato os avós tinham sido artistas” (TELLES, 1981, p. 27). O espelho revela parte da alteridade, como o aspecto do duplo.

Este aparato está para o **Eu** de Virgínia como o está para o alferes no conto de Machado de Assis (1962) intitulado exatamente **O espelho**:

Convém dizer-lhes que, desde que ficara só, não olhara uma só vez para o espelho. Não era abstenção deliberada, não tinha motivo; era um impulso inconsciente, um receio de achar-me um e dois, ao mesmo tempo, naquela casa solitária; e se tal explicação é verdadeira, nada prova melhor a contradição humana, porque no fim de oito dias deu-me na veneta de olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. Olhei e recuei. O próprio vidro parecia conjurado com o resto do universo; não me estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra. A realidade das leis físicas não permite negar que o espelho reproduziu-me textualmente, com os mesmos contornos e feições; assim devia ter sido. Mas tal não foi a minha sensação (ASSIS, 1962, p. 287-288).

O espelho em que a protagonista Lygiana se mirou tantas vezes, buscando ver e ter respostas, agora lhe diz que a resposta é ela própria, pois conseguiu cumprir sua jornada interior na construção da própria identidade, o fim precípua do romance de formação:

O espelho parecia agora iluminado por uma misteriosa luz a incidir no rosto cada vez mais próximo. Primeiro, a fronte lisa e branca, a contrastar com a zona sombria dos olhos grandes e brilhantes, mas remotos como duas estrelas. Depois, o nariz fino como uma lâmina de cera. E a boca adolescente, de cantos ligeiramente erguidos na leve insinuação de um sorriso que não teve forças para se completar. Virgínia desviou o olhar do espelho antes que a escuridão dos primeiros instantes se atenuasse. **Sentia-se protegida assim no escuro, era como se estivesse abrigada no interior de uma concha. Deitou-se num enrodilhamento de feto. Era como se estivesse num ventre.** – Vou dormir anos – sussurrou ainda antes de fechar os olhos. E acrescentou com doçura: – Acordarei quando chegar a hora (TELLES, 1981, p. 137, grifos nossos).

Como dito, a metáfora do espelho-alteridade não é de forma alguma simples de ser definida, ora “a alteridade, nessa dimensão, é traumática porque produz fraturas e exige trabalho em processos permanentes de inadaptação entre eu e outro” (COELHO JUNIOR; FIGUEIREDO, 2004, p. 21).

Janet M Paterson (2007), na entrevista Pensando o conceito de alteridade, por sua vez sugere:

Há inúmeros outros fatores embutidos na identidade de uma pessoa, tais como, educação, classe social, situação familiar e saúde. Portanto, quando pensamos sobre o outro, temos de lembrar que ele/ela é diferente de nós (assim como somos diferentes dele/ dela) e que a identidade dele/dela não está associada apenas a fatores de idade, raça, nacionalidade ou religião. Além disso, como afirma Landowski, o outro é uma figura de nós mesmos (PATERSON, 2007, p. 17).

As ideias em torno da alteridade, da identidade e do espelho vêm colaborar para que Virgínia descortine sua realidade e possa ver aquilo que antes era obscuro. Tal como o quadro pintado por sua irmã Otávia, o quadro do gato no aquário que sempre a intrigou, tal como aquilo que ela não conseguia ver na ciranda de pedra:

Na tela havia um aquário com um gato cinzento sentado no fundo e um peixinho vermelho nadando pouco abaixo da boca do gato. Ambos estavam mergulhados na água, mas enquanto o peixinho aparecia em proporções normais, o gato tinha o focinho enorme e olhos monstruosos que se estendiam dilatados em quase toda a superfície arredondada do vidro. Virgínia ficou sem saber o que dizer. **O peixinho e o aquário eram perfeitamente normais, mas havia o gato mergulhado lá dentro, com**

aqueles olhos que pareciam duas densas gotas de tinta verde a se diluírem na água. Era um quadro estranho. Estranho como Otávia. Estranho como a própria desordem do quarto atulhado de telas pelos cantos (TELLES, 1981, p. 134, grifos nossos).

Aqueles amigos, ou seja, Otávia, Bruna, Conrado, Afonso e Letícia não eram amigos perfeitos e felizes,

– Ah, Virgínia, Virgínia... Quando é que vai deixar de fazer perguntas? Desde criança você não para de fazer perguntas, perguntas. E então, já descobriu muita coisa? – Seu tom de voz tinha agora um timbre de desafio. – Por exemplo, que é que você sabe de nós? Que Letícia gosta de mulher? Que Bruna tem um amante? Que Afonso é um pobre-diabo? Que Conrado é virgem? Que eu... Há mais coisas ainda, querida. Mas não, não fique agora pensando que somos uns monstros, não vá querer descobrir crimes, não há cadáveres dentro de nenhuma arca. Apenas há mais coisas ainda. E não adianta ficar aí escarafunchando, que essas você nunca descobrirá. Coisas... (TELLES, 1981, p. 137).

A ciranda, ao contrário das ilusões da protagonista, não sustentava um mundo encantado, as amizades aparentemente verdadeiras e fraternas eram apenas ilusão. E a protagonista não precisava mais fazer parte dela. Na verdade, a ciranda configurava-se de pedra, fechada e imutável não pela cumplicidade, mas por seus segredos, todos infinitamente solitários e solidários. Para tanto, de semideuses que se punham de mãos dadas na roda, passaram a não mais que seres humanos inseguros e medrosos:

“Os cinco” – pensou Virgínia encaminhando-se para a roda de pedra. Ali estavam os cinco de mãos dadas, cercando obstinados a fonte quase extinta. Achou-os mais reais, mais humanos em meio da névoa da manhã que lhes emprestava uma atmosfera de sonho. Em cada um deles como que havia um segredo, um mistério. “Que sabe você de nós?”, Otávia perguntara. Virgínia acariciou a carapuça de uma das cabeças: “Nada” (TELLES, 1981, p. 145 grifos da autora).

O quadro de Otávia podia ingenuamente esconder um enigma. Em análise comparativa, há certa similaridade com a tela **Las Meninas**, de Diego Rodríguez de Silva Velázquez²⁷, em que o pintor se retrata no quadro e aparecendo no espelho ao

²⁷ **Las Meninas** ou As Meninas é uma pintura de 1656 por Diego Rodríguez de Silva Velázquez. Atualmente está no Museu do Prado em Madrid e é uma tela de grandes proporções (318 x 276 cm). Originalmente foi intitulada: A Família de Felipe IV. Após incêndio que atingiu o Palácio Real de Madrid em 1750, passou ao Museu do Prado em 1819 e posteriormente, recebeu o título de **Las Meninas** (MUSEO del Prado. **Las Meninas**. Disponível em: <<https://www.museodelprado.es/coleccion/obras-de-arte?searchObras=las%20meninas>>. Acesso em: 20 jun. 2017).

fundo da tela. Mostra aquilo que não está claro e, por isso também, faz pensar sobre o gato e a perspectiva de Virgínia sobre a vida, a reflexão.

O pintor em **Las Meninas** está na obra, coloca-se na cena através do espelho. E o próprio artista refletido no espelho olha os expectadores, assim Foucault (2007) questiona “somos vistos ou vemos” e,

[...] no momento em que colocam o expectador no campo de seu olhar, os olhos do pintor captam-no, constroem-no a entrar no quadro, designam-lhe um lugar não mesmo tempo privilegiado e obrigatório, apropriam-se de sua luminosa e visível espécie e projetam sobre a superfície inacessível a ele próprio” (FOUCAULT, 2007, p. 6).

Agora estava claro, o gato não estava dentro do aquário. Estava na verdade atrás dele, observando atentamente o peixe ou a estaria observando?

Voltando o olhar apagado para a tela, Virgínia viu de repente que o gato não estava no aquário mas sim atrás dele, é que o vidro e a água eram tão transparentes que ele parecia estar sentado lá dentro. Os olhos também eram agora naturais vistos assim refletidos no vidro. Tudo que ali parecera estranho tornara-se claro, do entendimento até das criancinhas: um gato olhando um aquário. E a beleza do quadro concentrava-se precisamente naqueles olhos verdes que pareciam se mover acompanhando, pacientes, o circuito percorrido pelo peixe. Otávia seguiu-lhe a direção do olhar. Inclinou-se para a tela.

– Não presta. – Em seguida, num movimento lerdo, encostou a brasa do cigarro bem no centro do olho do gato. Ficou assim imóvel algum tempo, com o trejeito divertido no rosto plácido. Deixou cair o cigarro no cinzeiro.

– Não presta.

Virgínia ergueu-se apertando contra o peito os braços gelados. O gato tomara agora uma expressão sinistra com aquele furo negro no meio da pupila. Parecia já não se fixar no peixe e sim nela, seguindo-lhe os movimentos com a mesma calma fria. Sentiu-se como se estivesse mergulhada no aquário (TELLES, 1981, p. 137).

E o espelho, sempre presente nas reflexões de Virgínia, a expressão da outridade, o duplo, o **Eu** e o **Outro**. O simbolismo do duplo é uma das maneiras de auxiliar o indivíduo a entender e a aceitar a sua identidade de forma completa. Ao final da narrativa, a água do rio – o reflexo, também funcionando como um espelho – é o local em que a personagem vislumbra o passado, mas encontra seu **Eu** livre e pronto para desvendar o mundo:

Virgínia sentou-se à beira do rio. O mal maior foi não estar nunca presente, não ver de perto as coisas que assim de longe se fantasiavam como num sortilégio. Teria visto tudo com simplicidade, sem sofrimento. Mas mil vezes se desdobrara em duas para deixar que uma das meninhas corresse por ali, enquanto a outra roía as unhas, rondando na ponta dos pés o quarto da

doente. E aquela que fugia voltava depois contando coisas extraordinárias (TELLES, 1981, p. 146).

Aqui, Virgínia é duas e não é nenhuma, é a criança insegura roendo as unhas, afastada emocionalmente da mãe doente; e a outra que sonha em fazer-se pertencer a um lugar, a uma ciranda. Ao mergulhar as mãos na água **deixando que a correnteza suave levasse seus dedos**, as ilusões da heroína são desfeitas dando lugar à tranquilidade para fazer escolhas:

Retirando a mão da água, mergulhou-a na relva. Não, não, tudo aquilo era memória, chegara a hora de dizer-lhe adeus. O fluxo da vida que corria como aquele rio era tão belo, tão forte! O sonho era o futuro. Tinha apenas que libertar-se e viver. [...] Só agora via o quanto se enganara. Indiferença era a paz estagnada de Otávia. E tranquilidade era aquilo, aquela quietude sob a qual a vida palpitava.

“Achei-a”, pensou fechando lentamente a mão. E colheu uma libélula que vinha a se debater debilmente na correnteza. Colocou-a na haste de um junco. Mas as longas asas continuaram grudadas ao corpo, paralelas e transparentes como um esqui de vidro. Soprou-a em vão. Estava morta. Deixou-a, mas continuava a observá-la: era natural que outra libélula passasse por ali voando como era natural aquela estar imóvel. Vida e morte se entrelaçavam. E se no momento era difícil amá-las, impunha-se recebê-las com serenidade (TELLES, 1981, p. 146, grifo da autora).

Referência igualmente à mitologia grega sobre Narciso é sugerida, na medida em que vendo sua imagem refletida na água “apaixonou-se por si mesmo. Baixou os lábios, para dar um beijo e mergulhou os braços na água para abraçar a bela imagem. Esta fugiu com o contato, mas voltou um momento depois, renovando a fascinação” (BULFINCH, 2006, p. 108). Mas aqui há um antagonismo, Virgínia não se vê como reflexo no rio, vê uma outra, vê a irmã e um rosto a se diluir. A protagonista, ao contrário de Narciso, não se perde naquela imagem, presa a uma situação. Ela vislumbra libertar-se das palavras e viver. O fim de Narciso é a morte, já Virgínia começa, é renascer e um novo viver.

Nos termos do *bildungsroman*, a jornada de Virgínia no encontro de sua identidade está se materializando e, assim, não precisa mais viver no jogo de faz de conta. Aquela moça de vinte e poucos anos, tratada como criança, transformara-se em mulher. Não precisava fugir, podia encarar tanto o seu mundo exterior quanto o interior, alcançou a paz com seu autoconhecimento:

Pousou as mãos abertas sobre a esfera. Entre intimidada e surpreendida, contornou-lhe a superfície morna, como se pela primeira vez lhe tivesse sido revelado o tamanho do mundo. “Para isso Ele nos deu pernas.” Mas

seria este realmente um plano de fuga? E os anos todos que vivera percorrendo, de norte a sul, o mundo que criara dentro de si?! E aqueles longos anos de desvairados sonhos não seriam as fugas verdadeiras, com os pés ancorados? “E mesmo que seja esta uma fuga”, admitiu com humildade. Podia ser a mais frágil das soluções mas não lhe daria, pelo menos por ora, nenhum sofrimento. Já bebera muito da sua taça e embora estivesse convencida de que ainda restava algo no fundo, uma voz lhe soprava que agora era a trégua (TELLES, 1981, p. 139, grifos da aurora).

A simbologia analisada retoma pontos abordados, adotando por suporte o referencial teórico escolhido e os aspectos e excertos demarcados a partir da leitura do romance de formação. Poder-se-ia afirmar que toda a temática da identidade e da outridade na análise *do corpus* literário da presente dissertação demonstra que a ficção é rica em fontes tanto para o campo da Psicanálise quanto para o da Sociologia. Longe das **juvenilidades** do início de carreira, Lygia Fagundes Telles apresenta um romance imerso numa jornada de signos, sons e figuras.

Na seção subsequente, a relação entre Direito, História e ficção, proporciona reflexões a respeito da vida da mulher (de Laura) nos anos 1950, quando a personagem deixa de viver como uma boneca, ou seja, um objeto, e passa a ter vida própria. Delimitados os conceitos de identidade, alteridade e outridade, passa-se ao lugar dos conceitos jurídicos que podem ser trabalhados na seção 4. O vínculo entre realidade e ficção, Direito e Literatura emergem inspirando o leitor a imprimir um segundo olhar no espelho e além dele. Consubstancia-se então a plausibilidade de proposições jurídicas atuais, tais como a separação, a alienação parental, o abandono afetivo e moral e o princípio da afetividade.

4 ENTRE A LITERATURA E O DIREITO

A palavra como meio (na língua), e a palavra como algo pensado. A palavra pensante pertence ao domínio das finalidades. A palavra enquanto última e suprema finalidade.

Mikhail Bakhtin

A palavra e a linguagem estão diretamente ligadas àquilo que elas nomeiam, por isso mesmo não estão separadas do mundo. Daí a importância do ato de interpretação e da dimensão simbólica, pois o sentido das palavras pertence à representação de cada um e tem existência no pensamento dos indivíduos tomados um a um, a despeito da aceitação coletiva (FOUCAULT, 2007, p. 113).

Nesse sentido, cada palavra carrega em si um valor para cada indivíduo e interpretações distintas podem surgir conforme as experiências particulares, por isso esse objeto de reflexão, a palavra, pode ser tão vasto.

Com efeito, a noção de valor e de signo apresenta-se na obra **Ciranda de pedra** (1981) especialmente ligada à ideia de família. Telles (1981) narra como Virgínia se questiona a respeito da palavra família:

“Descrição de uma família”, Virgínia escreveu no alto da página. Grifou o título e deteve a ponta do lápis na palavra família. Arqueou pensativamente as sobrancelhas. “A gente fala família mas escreve família.” Havia ainda uma porção de palavras assim... (TELLES, 1981, p. 24, grifos da autora).

A princípio, a personagem constata que a sonoridade da palavra não corresponderia à escrita: **A gente fala família mas escreve família**. Mas ao que parece, o questionamento ultrapassa a fronteira da fonética para adentrar o campo da semântica, em busca do efetivo sentido da palavra. O que seria realmente uma família? O que Virgínia conhecia de uma família? Seria como a protagonista tentou descrever, ou seja, um homem voltando para casa depois do trabalho e encontrando a mulher e os filhinhos à sua espera ou seria algo mais? A configuração de uma família a partir de uma tarefa escolar era para Virgínia um assunto abstrato, pois ela mesma não sabia o que uma família significava, visto que sua própria realidade era por si só diferente. Quais eram os papéis a serem desempenhados dentro de uma família? Virgínia pensa num modelo onde o pai fica contente em voltar para casa, contudo, ao mesmo tempo, imagina um homem sujo e desqualificado para estar em

sua composição, ou seja, são sentimentos antagônicos. Uma família simples e feliz, mas que não podia fazer parte da tarefa escolar:

Podia escrever sobre um homem do campo voltando para casa, a enxada no ombro, contente porque sabe que à sua espera estão a mulher e os filhinhos. Na realidade, o homem devia ser esfarrapado e sujo, cercado de crianças barrigudas e piolhentas, mais encardidas do que um tatu. Mas não usava escrever sobre gente assim, nas composições todos tinham que ser educados e limpos [...] (TELLES, 1981, p. 25).

O trecho em questão ressalta aspectos já abordados sobre o patriarcalismo: o pai provedor e a mãe dona de casa. Seria esse o modelo adequado? Novamente, as forças sociais tradicionalistas influenciam a configuração modelar de família, o que também é questionado pela escrita de Lygia no texto ficcional em questão.

Há ambiguidade também entre os padrões sociais e a realidade do que seria o amor entre os membros de uma família. O modelo oferecido à Virgínia era de uma mãe que morava com outro homem (que até então ela não sabia que era o seu pai biológico) formando um novo núcleo familiar diverso daquele do pai (legalmente e socialmente) e suas irmãs. Núcleos diferentes em casas diferentes. Porém, onde estava a família? Onde estavam os elos que formavam uma família?

A curiosidade da personagem a faz perquirir Daniel sobre sua lição, procurando num livro a definição de uma família. A partir da dúvida que acompanha a protagonista acerca do que seria efetivamente uma família, Literatura e Direito se encontram na busca de uma definição para instituições sociais muito específicas tais como a família e o casamento.

A Literatura faz, assim, o leitor questionar a humanidade do Direito, à medida que aborda as dimensões do fenômeno jurídico. Nessa linha de pensamento, a transdisciplinaridade entre o Direito e a Literatura se faz presente, isto porque esta vem favorecer aquele, possibilitando a abertura de campo para debates e abordando temas antes apenas discutidos no âmbito jurídico dogmático.

Direito e Literatura estão diretamente ligados aos avanços da sociedade, fazendo, portanto, parte dos espaços que estas ocupam. Na verdade, ambos os campos de conhecimento se valem do dia a dia como material de trabalho, de tal forma que há motivações para o estudo da Literatura aplicada ao Direito, pois a Literatura “possui essa habilidade, por intermédio de suas narrativas e de seus

personagens, de enviar o leitor para a vivência de outrem, fazendo-o refletir e posicionar-se em relação ao caso posto” (SCHWARTZ, 2006, p. 48).

O estudo do homem, nos textos nas ciências humanas se refere à subjetividade humana. Não se fala de um objeto ou fenômeno natural, mas, sim, da individualidade e das singularidades humanas.

Em **Estética da criação verbal**, o texto é para Bakhtin (2000), pois, a expressão de uma consciência. Para o teórico, compreende-se que a partir do texto podem-se recolher fragmentos em várias direções tais como a da natureza, a da vida social, a do psiquismo, a da história, os quais no fim serão unidos em algum sentido ou numa relação de causalidade inter-relacionando-se com valores e constatações.

A fim de sustentar o vínculo entre Direito e Literatura, uma outra abordagem da própria ciência do Direito é perseguida. Tal como afirma Schwartz (2006, p. 18), ao ultrapassar o positivismo, a Literatura possibilita “a constatação e a superação do já referido distanciamento temporal para com a sociedade na qual se insere”. A racionalização do Direito leva a um isolamento, por isso, um dos motivos centrais de se estudar o Direito a partir da Literatura é o fato de que se:

[...] pode perceber o Direito dentro de sua lógica e, ao mesmo tempo, utilizar-se de outros parâmetros (Literatura) para (re) influenciar a própria criação de um novo Direito, apto às transformações do sistema social, como já indicava Benjamin Cardozo, juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos nos princípios do século XX (SCHWARTZ, 2006, p. 48, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, tendo como referência a Psicologia contemporânea, que considera o homem como um todo e fazendo desse todo o seu meio, é possível explorar-se nos textos literários, entre outros aspectos, a afetividade humana, os instintos e as relações sociais por intermédio da obra de ficção que, de uma maneira ou de outra, retoma o ambiente em que vivemos e recria os fenômenos culturais.

Considerando-se o romance lygiano que constitui o *corpus* sob análise nesta dissertação, tem-se o Direito e a Psicologia como dois elementos-chave para a interpretação da obra. Uma vez que se toma como referência o texto literário, tornam-se viáveis a reflexão e a discussão acerca de problemas que ainda na atualidade afetam e modificam a dinâmica familiar.

Tal como na ficção, também na realidade podem ser detectados os encontros, os desencontros e a constituição do ambiente que se estabelece entre os

ex-cônjuges e os seus filhos. De acordo com a Psicologia, a casa e a família exercem influência direta na constituição do indivíduo enquanto ser pertencente a uma sociedade. Na família se estabelece a base identitária do indivíduo, que norteará os seus relacionamentos futuros. No lar são promovidas (ou não) as primeiras experiências de vínculo afetivo.

Ciranda de pedra (1981) apresenta uma família em desconstituição. Laura, a mãe, deixa o marido Natércio e escolhe viver um amor com Daniel, deixando duas filhas mais velhas, Bruna e Otávia, levando consigo apenas Virgínia. A menina é uma criança insegura e confusa, dividida entre a casa em que vive com a mãe e o tio Daniel, seu pai biológico e, de outro, o conforto da casa de Natércio, até então quem ela sabia ser seu pai.

Quanto ao contexto dialógico do tempo, há uma tendência em se estudar o texto literário com base apenas na época em que foi criado, mas a verdade é que os textos vão muito além das condições de seu tempo. Conforme Bakhtin (2000, p. 364), os textos “vivem nos séculos” e “não raro que essa vida (o que sempre sucede com uma grande obra) seja mais intensa e mais plena do que nos tempos de sua contemporaneidade”.

O contexto, apesar de conter grande importância, caso fosse tomado apenas por si só, condenaria uma obra a um sentido único, ao seu reducionismo, é por isso impediria que os fenômenos culturais viessem a se aproveitar de seus ensinamentos. Resulta daí o que Bakhtin (2000) afirma no sentido de que “encerrar uma obra na sua época também não permite compreender a vida futura que lhe é prometida nos séculos vindouros, e esta vida fica parecendo um paradoxo. As obras rompem as fronteiras de seu tempo...” (BAKHTIN, 2000, p. 364).

O romance em questão faz precisamente isto: ultrapassa os limites temporais, trazendo à baila temáticas atuais, modernizando-se e aumentando sua importância tanto no âmbito literário quanto na esfera social e jurídica. Desse modo, de acordo com as afirmações de Bakhtin (2000) vistas até então, mesmo mergulhado no passado em que foi criada, **Ciranda de pedra** (1981) vive no futuro, na contemporaneidade, na medida em que discute, por meio das palavras ingenuamente pronunciadas por Virgínia, qual é o significado do termo família, antecipando as modificações hoje alcançadas pelo Direito. Ora, por volta da década de 1950, época em que o romance foi escrito, o conceito de família ainda tinha um quadro estático e imutável, mas Lygia Fagundes Telles antecipava, por intermédio

da trajetória de seus personagens, os arranjos familiares vindouros, afirmando que cada menina poderia descrever sua própria família, mesmo que com pais em casas separadas e, ainda assim, uma família existiria possível e plenamente aceitável.

Em vista dos dados já anteriormente apontados no texto literário, ainda é possível se destacar, por meio da narrativa lygiana, informações que auxiliam na compreensão das relações humanas e nos conflitos que permeavam aquela sociedade.

Para Bakhtin (2000), o mundo da Literatura é tão ilimitado quanto o da cultura e, no caso, o Direito não pode ser fechado na objetividade do positivismo e ignorar os fenômenos culturais. Por isso, suas estruturas e conteúdos devem ser permeados por uma subjetividade que não pode ser ignorada, a subjetividade das relações dos indivíduos.

Utilizando-se do ponto de vista histórico, com base também na história da família no Brasil Colonial, passando tanto pelo momento da criação da obra lygiana em questão quanto pela experiência das relações sociais da contemporaneidade, qual seja, a de quebra de paradigmas jurídicos e sociais, a tentativa de se dar resposta ao questionamento acerca do que seja uma família é o ponto chave abordado nas subseções seguintes.

4.1 O CONCEITO DE FAMÍLIA E O PONTO DE VISTA JURÍDICO

Cada vez mais a ideia de família se afasta
da estrutura do casamento.

Maria Berenice Dias

A situação do mundo real precisa estar regulamentada com o mundo jurídico, trata-se de uma necessidade de se ajustar a realidade factual, dando contorno de juridicidade e de legalidade ao que já existe legitimamente. A perspectiva do jurista e a do próprio Direito não poderiam estar alheias às demandas sociais, vez que as noções e os conceitos são construídos a partir das relações sociais. O Direito não é, pois, uma ciência estática.

A pertinência temática entre a obra **Ciranda de pedra** (1981) e o Direito está em verificar na linha do tempo os diferentes arranjos familiares e como se desenvolvem, de tal sorte que no mundo globalizado os tabus são quebrados e a

ciência jurídica deve adequar-se e compreender que o afeto ultrapassa as barreiras da religião e do que seria, nos séculos passados, considerado moral e dentro dos bons costumes.

Todavia, para se chegar ao conceito de família e conseqüentemente ao que o Direito atual assim o considera, não se pode passar ao largo da própria História. Em **a História do Brasil colonial**, Maria Beatriz Nizza da Silva (1998)²⁸ relata esse início brasileiro, retratando a colonização a partir dos homens que aqui se estabeleciam e as estratégias empreendidas para que aqui se ambientassem melhor. O casamento lhes faria bem, pois havia “a idéia de que a presença das mulheres prendia os homens à nova terra” e assim, eles sentiriam menos saudade de casa e poderiam prosseguir com seus afazeres sem tamanha vontade voltar ao Reino (SILVA, 1998, p. 13).

Nesse caso, a ideia das mulheres como objetos a servirem aos soldados e aos colonizadores em geral para que eles sentissem menos falta da terra natal, de forma que pudessem desempenhar seus ofícios e promover o povoamento. No entanto, ressalte-se que a demanda era por mulheres brancas para o casamento oficial, incrementando-se, assim, a população branca na Colônia, o que não impedia o concubinato com as índias e mamelucas com solteiros ou mesmo com os homens casados que tinham deixado suas mulheres e filhos em Portugal.

Outra solução lembrada pela autora, para suprir a necessidade de mulheres brancas, foi o envio de órfãs pela Coroa Portuguesa à Colônia. Sobre o assunto, o romance histórico **Desmundo**, de Ana Miranda (1996), posteriormente adaptado para filme em 2003 e dirigido por Alain Fresnot, é exemplo claro desta situação. O filme é ambientado em 1570, época em que os portugueses enviavam órfãs ao Brasil para que casassem com os colonizadores. A tentativa era minimizar o nascimento dos filhos com as índias e que os portugueses tivessem casamentos

²⁸ Nascida em Portugal, em 1961, formou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi professora titular de Teoria e Metodologia da História da Universidade de São Paulo, pela qual se aposentou em 1990, de História do Brasil na Universidade Portucalense Infante D. Henrique e na Universidade Aberta de Lisboa. Autora de vários livros e artigos, entre eles, **Cultura no Brasil Colônia** (1981); **Sistema de casamento no Brasil colonial** (1984); **A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à Independência do Brasil** (1999); **Donas e plebéias na sociedade colonial** (2002); **Ser nobre no Brasil** (2005); e **A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: cultura e sociedade** (2007). Colaborou com artigos para a revista **Acervo**, do Arquivo Nacional. Texto da entrevista concedida à revista **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-10, jan./jun. 2008.

brancos e cristãos. Essas órfãs viviam em conventos e muitas delas desejavam ser religiosas.

Lado outro, como sugere Silva (1998), apesar de ser comum se pensar que:

[...] durante o primeiro século da colonização portuguesa no Brasil a falta de mulheres brancas e a miscigenação resultante da união, sacramentada ou não, com as índias acarretaram um desestruturação da instituição familiar tal como ela existia em Portugal (SILVA, 1998, p. 19).

A autora prossegue com a análise da documentação da época, mesmo que esparsa, e demonstra que surgem famílias estruturadas de acordo com os padrões do Reino mesmo que provenientes de “casamentos pelas ‘leis da natureza’ em que os parceiros sexuais eram de etnias diferentes” (SILVA, 1998, p. 19, grifo da autora).

Pelas veias patriarcais, a família sempre esteve ligada à ideia de núcleo econômico, de reprodução e, por isso, relacionada também à noção de uma estrutura indissolúvel e sacralizada desde a época da colonização. A submissão feminina sempre em voga.

Este breve histórico reforça as questões das diversidades familiares presentes desde o nascedouro do país, ressaltando-se aspectos como a existência de pessoas com famílias em Portugal e no Brasil, a poligamia, a miscigenação generalizada, filhos fora do casamento religioso, dentre outros.

Enfim, o Direito, as normas sociais e morais não podem e não devem frear a vida pulsante. Para isso, repensar as organizações familiares é dar lugar aos sujeitos com indivíduos plenos e capazes, desligando-se o Estado do papel de regulador dos padrões aceitáveis ou não de conduta. O Direito nesse caso não pode se sobrepor à liberdade individual.

As nuances da família são infinitas, o ser humano, ao longo da história, passando pelas gerações de direitos, vem tomando consciência de suas necessidades enquanto ser livre e dotado de vontade. Isso quer dizer que o homem passou a ter mais possibilidades e tudo lhe é permitido, inclusive a quebra de paradigmas.

Com efeito, com a queda do patriarcalismo e a acentuação de movimentos feministas, no Brasil, tendo como marco inicial os anos de 1960, a legislação também começou a dar sinais de mudanças.

Fato é que o Direito Constitucional²⁹, principalmente na pós-modernidade, vem se valer da proeminência do princípio da dignidade da pessoa humana para buscar em cada caso, de acordo com as circunstâncias, a solução que pode ser a compatibilização entre os muitos valores e princípios, mas que no fim se justificam na primazia da qualidade de ser humano.

O tecido social começa a agir. Tal qual Maria Berenice Dias (2010) diz “A família juridicamente regulada nunca é multifacetada como a família natural. Essa preexiste ao Estado e está acima do direito” (DIAS, 2010, p. 27).

Rodrigo Cunha Pereira (2016), em sua obra **Divórcio: teoria e prática**, ensina que:

Famílias monoparentais, recompostas, binucleares, casais com filhos de casamentos anteriores e seus novos filhos, mães criando filhos sem os pais por perto e vice-versa, casais sem filhos, filhos sem pais, meninos de rua e na rua, casais homossexuais, parentalidade socioafetiva, inseminações artificiais, útero de substituição...A lista dos diversos arranjos familiares é grande (PEREIRA, 2015 apud PEREIRA, 2016, p. 37).

Isso não significa o fim da família enquanto célula básica da sociedade, mas, sim, uma nova forma de se ver o mundo, impulsionado por um mundo globalizado. Hoje, a palavra direito de família não supre a atualização jurídica e os casos concretos. Assim, Dias (2010) esclarece que “a expressão **direito das famílias** melhor atende à necessidade de enlaçar, no seu âmbito de proteção, as famílias, todas elas, sem discriminação e sem preconceito” (DIAS, 2010, p. 28, grifo da autora), ao que se pode acrescentar os dizeres de João Paulo Cunha (2004) no sentido de que “a árvore genealógica atualmente tem mais galhos, e estes estão cada vez mais intrincados” (CUNHA, 2004 apud PEREIRA, 2016, p. 37).

O texto constitucional brasileiro no artigo 1.º, inciso III, consagra o princípio da dignidade da pessoa humana³⁰ e também provoca essa revolução no Direito,

²⁹ Como explica Leo Van Holthe, em sua obra **Direito constitucional** (2009), o direito constitucional refere-se a questões mais importantes de um país, tais como “organização e funcionamento do Estado, estabelecimento das bases da estrutura política e social, além da limitação do poder estatal por meio da previsão de direitos e garantias fundamentais” (HOLTHE, Leo Van. **Direito constitucional**. 5. ed. rev. atual. ampl. Salvador: JusPodivm, 2009, p. 28-29).

³⁰ Na concepção kantiana, dignidade da pessoa humana significa que o sentimento de valor interior, de autoestima está acima de qualquer preço e por isso é inalienável (KANT, 2008, p. 278). É um macroprincípio nas palavras de Rodrigo da Cunha Pereira, irradiando todos os demais: “princípios e valores essenciais como liberdade, responsabilidade, autonomia privada, cidadania, igualdade, alteridade e solidariedade. É a base e sustentação para o desenvolvimento dos direitos humanos e a certeza de que determinadas necessidades humanas devem ser atribuídas às pessoas por uma

inclusive, no direito das famílias. A dignidade do homem é ligada ao direito à liberdade, por último decorre e se complementa no princípio da dignidade da pessoa humana. Assim, Robert Alexy (2008), na obra a que deu o título de **Teoria dos direitos fundamentais**, argumenta que “entre a dignidade humana e o direito geral de liberdade há duas relações: uma relação de particularização e outra de complementação” (ALEXY, 2008, p. 373).

Na busca do conceito de entidade familiar, é necessária, então, uma visão pluralista e que albergue os mais diversos arranjos vivenciais. O sentimento que une as famílias é o amor, é o elo afetivo que faz com que as pessoas se comprometam, ainda, conforme assevera Maria Berenice Dias (2010), com o elo “[...] que funde almas e confunde patrimônios, fazendo gerar responsabilidades e comprometimentos mútuos” (DIAS, 2010, p. 11).

Daí a eleição do princípio da afetividade como mandamento de otimização nas relações familiares no contexto do Estado Democrático de Direito³¹. Maria Berenice Dias (2010) pondera que o afeto não é fruto da biologia, mas dos laços de solidariedade e convivência em uma família, que ultrapassam os laços de sangue. O princípio da afetividade se revela na medida em que se dá valor jurídico ao afeto e ao amor, com maior espaço para as individualidades, sustentando-se a família num modelo igualitário assegurando a dignidade de todos.

Nasce, dessa forma, a conclusão de que conceito de família é aberto, existem famílias formadas por avós e netos, pais solteiros, casal sem filhos, casais homoparentais. O fundamental em todos os casos é o respeito, o amor e a vontade de se estabelecer uma família plena.

Neste sentido, segundo Pereira (2016),

O princípio da afetividade, consequência das mudanças paradigmáticas e interferências do discurso psicanalítico, obriga-nos a pensar um ordenamento jurídico para a família que revalorize e redimensione os “Princípios” como uma fonte do Direito realmente eficaz e de aplicação prática (PEREIRA, 2016, p. 43, grifo do autor).

mesma causa universal e acima de qualquer arbítrio humano, que nenhum Estado tem o poder de modificar, por exemplo, o direito à saúde e à educação” (PEREIRA, 2016, p. 142).

³¹ Ao lado dos Estados Sociais, o Estado Democrático de Direito preocupa-se com a igualdade social e com a legitimidade do poder guiado pela soberania popular, de tal forma que “os princípios fundamentais da sociedade e as bases de sua estruturação tornaram-se conteúdos essenciais do direito constitucional” (HOLTHE, 2009, p. 28). Ou seja, os valores da igualdade, da soberania popular, da cidadania e de justiça norteiam o Estado Democrático de Direito.

O destaque no princípio da afetividade é a regência do núcleo familiar pelo afeto, elevado então tanto como valor social quanto jurídico.

Mais do que normas jurídicas existentes e dispostas no Código Civil e a própria Constituição Federal, os princípios generalizam o âmbito das possibilidades jurídicas e são, pois, os elementos que fazem o sopesamento qualitativo no caso concreto, ou seja, nas diversas hipóteses de constituição familiar que se configuram no dia a dia das sociedades humanas.

É dessa forma que se deve fazer a exegese do artigo 226 da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1.º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2.º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3.º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4.º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5.º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6.º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7.º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8.º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, 2017, p. 73-74).

Nas disposições constitucionais supramencionadas, a palavra que se manifesta é afetividade, haja vista que flexibilizando a norma, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e mesmo a união estável são possíveis, tanto como a adoção.

Retomando o valor qualitativo dos princípios, se a lei não consegue acompanhar as mudanças por que passou a família, a doutrina e a jurisprudência são responsáveis por construir toda a nova base da doutrina jurídica para atender a sociedade sempre pungente.

Nítida é a conclusão de Pereira (2016) nesta direção de pensamento, pois nem toda doutrina ou legislação poderia traduzir o espírito do Direito de Família

frente a esta “revolução paradigmática” (PEREIRA, 2016, p. 40)³². Com relação a princípios e leis, o teórico continua citando a obra **Princípios gerais do direito** de Giorgio Del Vecchio (2003), para destacar o seguinte: “é que ‘a significação lógica’ das leis e sua virtude plasmadora das relações sociais, pode ir, e geralmente vai, muito além do que pensaram e previram os que a formaram” (VECCHIO, 2003 apud PEREIRA, 2016, p. 40).

Nesse sentido, os princípios são comandos normativos com maior grau de generalidade que permitem sopesamento de interesses ao invés da rigidez dogmática. Nesse ínterim, mediante o respeito à dignidade, que pressupõe o direito de escolha, e a liberdade enquanto livre arbítrio, a sociedade conjugal, por um lado, deixou de ser vista como mero instrumento de preservação patrimonial, de validação de relações sexuais, de organização hierarquizada e de adequação social para, de outra feita, revelar-se como um meio de comunhão plena de vida, de ambiente de mútua assistência e amor. Estabelece-se, assim, o afeto também como um valor jurídico fundamental nos novos contornos familiares do século XXI.

³² Assim como exemplificação do valor dos princípios e sua aplicação nos arranjos familiares destaca-se o julgamento no Supremo Tribunal Federal em repercussão geral no recurso extraordinário n.º 878694/MG, acerca da inaplicação do artigo 1.790, inciso III, do Código Civil de 2002. Ora, inicialmente o Código Civil 2002, em termos de sucessão hereditária, dispunha de forma desigual para viúvos e companheiros, ou seja, relações advindas de casamentos e de uniões estáveis tinham tratamento diverso. De tal sorte, que a própria lei civil trazia ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, ante ao comando do artigo 226, § 3.º, que prevê tratamento paritário entre o casamento e a união estável. Por isso, levado a discussão no poder judiciário, o caso foi analisado e os princípios aplicados para dar a plena proteção à família, independente da forma de sua constituição, seja por casamento legalmente em cartório ou por vontade das partes em união estável. Enfim, a família protegida em qualquer caso com os mesmos direitos:

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Ementa: DIREITO DAS SUCESSÕES. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISPOSITIVOS DO CÓDIGO CIVIL QUE PREVEEM DIREITOS DISTINTOS AO CÔNJUGE E AO COMPANHEIRO. ATRIBUIÇÃO DE REPERCUSSÃO GERAL.

1. Possui caráter constitucional a controvérsia acerca da validade do art. 1.790 do Código Civil, que prevê ao companheiro direitos sucessórios distintos daqueles outorgados ao cônjuge pelo art. 1.829 do mesmo Código.

2. Questão de relevância social e jurídica que ultrapassa os interesses subjetivos da causa.

3. Repercussão geral reconhecida.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acórdão no Recurso Extraordinário n.º 878694 MG. Relator: ROBERTO BARROSO. **Diário da Justiça Eletrônico** 19 maio 2015. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28RE+878694%29&base=baseRepercussao&url=http://tinyurl.com/zvoc5ls>>. Acesso em: 03 jul. 2017.)

Esse caso foi julgado por meio da repercussão geral, que permite que às questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica, que transcendam os interesses subjetivos da causa possam ser analisadas e assim, conduz a uniformização da interpretação constitucional sem exigir que o Supremo Tribunal Federal decida múltiplos casos idênticos sobre a mesma questão constitucional.

Ciranda de pedra (1981), escrito pela também jurista Lygia Fagundes Telles, encontrava-se inserido no contexto sócio-jurídico de um Brasil ainda regido pelo Código Civil de 1916. Entretanto, mesmo sendo ficção, a obra lygiana apresenta situações que servem como exemplo para institutos jurídicos atuais, os quais serão devidamente expostos a seguir. Mas, antes disso, a abordagem acerca de uma retratação da família de Virgínia nos anos de 1950, aliada à dinâmica do ser e do parecer restará evidente.

4.2 RETRATO DA FAMÍLIA E A DINÂMICA DO SER E DO PARECER

Modelos de família, ancestrais, feudais, modernas e pós-modernas – para deixar reduzido, em poucas variações, o percurso intenso – se sucederam e a foto sobre a lareira foi se alterando com a mudança dos costumes, com a conversão ou inversão dos valores, com a introdução de novos comportamentos e de novos princípios, com o abandono de matrizes em desuso, e assim por diante.

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

Na sociedade dos anos 1950, que era patrimonializada, o núcleo familiar enquanto construção cultural dispunha de perfil hierarquizado e patriarcal sem espaço para as individualidades. De toda forma, mesmo com o passar dos anos, com a crescente independência feminina, tendo as mulheres alcançado o direito ao voto em 1932 e se inserido no mercado de trabalho, a sociedade ainda estava mergulhada na ideia de que a família é lugar sagrado para os homens, cuja harmonia e tranquilidade dependiam das esposas. O casamento nada mais era do que a conjunção da mulher com o lar.

Para esse padrão conservador predominante, que organizava a vida por volta dos anos 1950 os valores históricos, sociais e culturais, manter o casamento a qualquer custo significava a manutenção do bom nome da família e a discricção na vida privada e familiar. Entretanto, a vida ultrapassa o âmbito dos valores incluídos nesse contexto familiar perfeito.

O amor não era considerado tão essencial quanto o casamento, tanto que a conjugação casamento e amor não era algo necessário. Uma mulher tinha, antes de tudo, que desempenhar as funções de esposa, mãe e dona de casa, sobretudo, encarnar um papel meramente decorativo, para depois ser alguém, ou seja, ter uma

identidade própria e reconhecida. Já ao homem eram destinados o trabalho, o ambiente profissional, as conquistas pessoais, profissionais e intelectuais, o papel público de provedor e de chefe de família.

A princípio, aceitar o papel feminino de boa esposa e dama do lar era supostamente suficiente para a mulher, mas esse padrão social bem-sucedido não verdadeiro não pôde se sustentar. Beauvoir (1967) já asseverava que,

Quanto mais a criança cresce, mais o universo se amplia e mais a superioridade masculina se afirma. Muitas vezes, a identificação com a mãe não mais se apresenta como solução satisfatória; se a menina aceita, a princípio, sua vocação feminina, não o faz porque pretenda abdicar: é, ao contrário, para reinar; ela quer ser matrona porque a sociedade das matronas parece-lhe privilegiada; mas quando suas freqüentações, estudos, jogos e leituras a arrancam do círculo materno, ela compreende que não são as mulheres e sim os homens os senhores do mundo. É essa revelação – muito mais do que a descoberta do pênis – que modifica imperiosamente a consciência que ela toma de si mesma (BEAUVOIR, 1967, p. 28).

Em **Ciranda de pedra** (1981), contudo, a personagem Laura ousa se levantar contra a imposição matrimonial e escolhe a busca da própria felicidade, de tal forma que descreve Natércio e seus sentimentos:

Seu olhar era mais frio ainda mais do que suas palavras. Descobri então que estava morto, era um morto que me dizia aquelas coisas, que me olhava daquele jeito... Pela primeira vez não tive mais medo. Enfrentei-o (TELLES, 1981, p. 29).

Laura enfrenta a realidade e quer viver, buscando ser indivíduo em sua plenitude, ou seja, almeja ser mãe e mulher. O lugar de esposa e de dona de casa, mãe integral não a faz feliz, o que faz lembrar as palavras de Sigmund Freud (1905) ao afirmar que “a mulher não é um ser dado desde o início”, tornar-se mulher é tarefa árdua, a feminilidade é tornar-se (FREUD, 1905 apud ZALCBERG, 2003, p. 25).

A perspectiva de vida das mulheres no romance **Ciranda de pedra** (1981) denota indícios de rompimentos com a lógica vigente no contexto sociocultural da época frente à posição feminina insatisfatória. As personagens de um texto são representantes quase sempre de um modo de ser cultural, de tal sorte que todo texto literário pode ser considerado uma forma de interpretação da própria cultura e do meio social, as descrições do ambiente de vida, da cidade, da casa, do cotidiano, tudo faz refletir de maneira incontestável valores representados culturalmente.

Laura deveria se comportar como a esposa de um advogado em ascensão, mas ela é desafiadora e desobediente. Desafiando a dinâmica do ser e do parecer para impor seus desejos, vai sozinha a uma festa e culmina na sua entrega ao amor de Daniel.

– Ele me olhou. **Então vi minha beleza refletida nos olhos dele.** Havia na festa tanta gente, tanto espelho, tanto lustre! **Mas só nós dois vivos, tudo o mais era tão falso, tão vazio, sem sentido como papelão pintado...** Só nós dois vivendo. Nos espelhos, nos lustres, em toda parte eu via o reflexo dos meus cabelos brilhando, como eles estavam brilhantes... Não nos separamos mais. Amanhecia quando ele apertou minha mão e antes mesmo de ouvir sua voz já sabia o que ele ia dizer: Laura, eu te amo. Às vezes penso que ele nem me disse nada, Laura, eu te amo, eu te amo, eu te amo... Calou-se a olhar para o espelho como se ali ainda estivesse a imagem da antiga face dificuldade (TELLES, 1981, p. 30, grifos nossos).

Na passagem em questão, destacam-se as palavras **tudo, falso, vazio e sem sentido**. De fato, aquela moral conservadora e asfixiante dos anos 1950 não permitia espaço à felicidade pessoal. O aspecto simbólico da beleza de Laura refletida significaria também a presença da outridade, Laura finalmente é vista. Ao contrário do que sentia ao lado de Natércio, morta como ele, enterrada em casa e sendo a esposa perfeita.

Contudo, esse amor entre Laura e Daniel era visto como socialmente reprovável e como punição por Bruna, a primogênita de Laura. O castigo: a doença de Laura e a reclusão dos amantes. Tudo ficaria de uma forma ou de outra distante dos olhos do mundo:

Os piqueniques de Daniel teriam que ser todos dentro do quarto, com as venezianas fechadas. Nem sol, nem árvores, nem relva. E ele não encontraria nenhuma flor para oferecer, só raízes, as raízes que a doente via brotar entre os dedos (TELLES, 1981, p. 17).

Nos devaneios dessa mulher doente, as raízes morais e sociais daquela época aparecem, mas é Daniel quem a liberta:

Daniel examinou-lhe as mãos crispadas. E devagar foi alisando dedo por dedo, tirando algo invisível de cada um e atirando longe.
 – Agora esta raiz aqui... Agora esta... Pronto, já arranquei todas, está vendo? Todas!
 Ela levantou as mãos num gesto lânguido. Baixou-as de novo, as palmas voltadas para cima.
 – Ah, que alívio! Estou tão cansada, queria me deitar um pouco, você sabe, Daniel, você sabe como elas são vorazes.

- São vorazes, sim – repetiu ele tomando-a nos braços como se fosse uma criança. Levou-a para a cama.
- Tão cansada...
- Você já vai descansar, agora o besouro fugiu, estamos sozinhos, nem besouro nem raízes, meu amor (TELLES, 1981, p. 31).

As imagens de formiguinhas, besouros, raízes, ciprestes, os cinco anões de mãos dadas, a ciranda de pedra, bem como as alusões à religiosidade, como anjos, talvez uma borboleta e uma libélula, o jogo do faz de conta, o ser e o parecer e, por fim, uma longa viagem que não tem data de retorno, tudo isso faz parte da simbologia de **Ciranda de pedra** (1981) como fonte para desdobrar as memórias e concluir essa narrativa romanesca de formação da personagem Virgínia.

Considera-se que as raízes que crescem entre os dedos como referência ao poder social sobre o indivíduo; além do besouro, como o marido taciturno e fechado, que caiu de costas e não se levantou mais quando foi abandonado.

A protagonista, em trecho de conversa com Conrado, lembra as palavras da mãe: “– Minha mãe dizia sempre, em meio dos seus delírios, que besouro que cai de costas não se levanta nunca mais. Fica esperneando, zumbe e não consegue se levantar” (TELLES, 1981, p. 100).

Assim era Natércio³³, o besouro que subia nas raízes que teimam,, vez por outra, nascer nas mãos de Laura, tentando imobilizá-la e prendê-la, mas tudo em vão:

- Luciana, ela estava com medo de quem?
- Você sabe. Andou falando nele, não falou? Não falou, menina?
- No primeiro instante Virgínia ainda tentou reagir. Mas teve um movimento de ombros. Baixou a cabeça.
- Falei. No começo ela estava entendendo mas depois embaralhou tudo. E veio com aquela história do besouro (TELLES, 1981, p 23).

Em duas passagens da narrativa, são usadas expressões que remontam ao romance **Dom Casmurro**, de Machado de Assis (1900). Nesta obra, Bento Santiago, o Dom Casmurro, enxerga no filho Ezequiel a figura do amigo falecido,

³³ O amor de Natércio por Laura não diminuiria, mas também ele não esquecer a traição. No Natal, dá de presente a Virgínia o colar de pérolas que Laura usou no dia em que dançou com Daniel: “Virgínia apanhou o ramo de rosas. ‘Arranca, Daniel, arranca que elas estão se enterrando nos meus dedos!’ Foi descendo a escada. ‘Raízes.’ As raízes eram sempre profundas e terríveis. Bruna também falara no seu tom frenético: ‘Na hora em que Berenice nascia, em meio das dores, senti maravilhada que a raiz do mundo estava no meu ventre!’ ” (TELLES, 1981, p. 101). Natércio representa o casamento formal e socialmente aprovado, fincadas as raízes. E Bruna, com o nascimento de Berenice poderia significar a história se repetindo, um casamento e filho apenas para perpetuar convenções sociais.

Escobar, e fica convencido de que fora traído pela mulher Capitu. A semelhança extrema com Escobar faz com que Bento Santiago rejeite o filho Ezequiel. Capitu, a esposa supostamente infiel, é descrita como mulher de olhos de cigana oblíqua e dissimulada. Um dos temas centrais é o ciúme de Dom Casmurro pela esposa e as consequências advindas daí. Para, além disso, a obra lygiana guarda intertextualidade com a obra machadiana em questão no que tange às dúvidas sobre a paternidade, a relação indiferente entre pai e filho e pai e filhas e moral da época.

Aproximando-se da Capitu de Machado (1900), Virgínia é descrita nas palavras da Irmã Clara como dissimulada e possuidora de olhos que já viram coisas terríveis. Mais uma vez um julgamento sob os ombros da protagonista lygiana, tirando dela a inocência infantil.

De outro lado, Natércio, o marido traído, é descrito, mais de uma vez, como casmurro, ou seja, solitário e fechado em si mesmo. Está sempre sozinho apesar de conviver com as filhas, a casa. O casarão acinzentado onde reside é um lugar sombrio e comparado a um túmulo. Vale observar, nesse sentido, as seguintes passagens:

Meu Deus, que distante lhe parecia aquele tempo. Aquela gente. Bruna casada com Afonso e com uma filha começando a fazer perguntas. Otávia prometendo para breve uma exposição de pintura. Natércio já aposentado, cada vez mais casmurro. Mais fechado. Letícia já famosa como tenista, morando sozinha num apartamento e levando uma vida muito misteriosa, segundo Bruna sugeriu. Conrado enfurnado na chácara, tocando piano e criando pombos. Na casa, em lugar de Frau Herta, ficara uma portuguesa chamada Inocência. Sim, tudo mudara e ficara longe. “Principalmente longe”, pensou Virgínia, arrumando na mala os objetos de toalete (TELLES, 1981, p. 78, grifos da autora).

– Por que não? Meu pai é assim mesmo casmurro, um besouro. Não parece um besouro?

– Besouro? É... Parece mesmo um besouro! E a casa parece um túmulo, não parece? Desculpe, mas não gosto muito de ir lá.

– Túmulo? – atalhou-o Virgínia.

Túmulo. Quem mesmo, quem... Concentrou-se. E de repente lembrou-se da boca austera: “Mande cortar os ciprestes porque a casa estava parecendo um túmulo”. Então fora ele quem dera a ideia?

– Melhorou um pouco sem os ciprestes, mas continua meio tumular, não, Virgínia? Bonita, sim, mas tumular (TELLES, 1981, p. 117, grifos da autora).

Expressão da realidade, a Literatura é forma de identificar e esclarecer de maneira ficcional a vida e a mente humana em suas situações. A interioridade do indivíduo com seus conflitos e interesses pode ser ampliada.

Natércio não sofre tanto as pressões sociais como Laura, afinal, agora era um renomado advogado, com livro publicado. Mas também sobrevive uma vida de mentiras por trás da aparente serenidade, seus livros na biblioteca são uma metáfora: “A encadernação geral tirava-lhes a fisionomia própria, padronizando-os de tal maneira, que davam a impressão de serem no seu interior absolutamente iguais” (TELLES, 1981, p. 78). Então era isso no que ele se transformou: um homem sem rosto e sem individualidade.

Também é possível pensar-se numa relação de intertextualidade de **Ciranda de pedra** (1981) com o romance memorialístico de Rachel Jardim (2003)³⁴ intitulado **Os anos 40**: a ficção e o real de uma época, em que a lógica do ser e do parecer também é retratada em vários de seus pontos, tal como o que se segue.

“O importante não é só ser direita, é parecer direita”. Parecer direita. Era a frase-chave. Todas aquelas vidas plasmadas por ela. Nossas vidas plasmadas por ela. No fundo, o ser não importava muito (JARDIM, 2003 apud ROCHA, 2009, p. 2, grifo da autora).

Rachel Jardim (2003) em seu livro reconstitui a realidade à época dos anos 1930-1940 na sociedade juiz-forana, em um romance memorialístico, expondo os valores e a higidez moral. Há preocupação constante com a aparência social ao invés dos sentimentos e a individualidade. Em **Ciranda de pedra** (1981), para a família e para a sociedade esse foi o erro de Laura, **ela não parecia mais direita**, não se moldava mais às expectativas.

Lado outro, Bruna cumpre o requisito **parecer direita e não ser direita**, pois mantinha um amante. Porém, aos olhos do mundo, era a boa filha, preocupada como o pai, mãe e esposa exemplar. A carola desde sempre criticou a mãe por sair de casa e viver um amor, a Laura ela chamava de adúltera, “não era assim que Bruna falava? E ei-la agora bebendo da mesma água” (TELLES, 1981, p. 118).

Na narrativa lygiana, Virgínia segue analisando a mãe e a irmã Bruna:

³⁴ **Rachel Jardim**, romancista e memorialista, nascida em 19 de setembro de 1926 na cidade de Juiz de Fora/MG. Formada em Direito pela PUC-RJ, foi funcionária pública. Fez estágios em museus de Nova York e, de volta ao Brasil, dirigiu o Patrimônio Cultural e Artístico do Rio de Janeiro. Entre as obras publicadas, os romances **Os anos 40**: a ficção e o real de uma época (1973); **Vazio pleno** (1976); **Inventário das cinzas** (1980) e **O penhoar chinês** (1985); **Cheiros e ruídos** (1975) e **A cristaleira invisível** (1982); nas antologias **O conto da mulher brasileira** (1978); **Mulheres & mulheres** (1978); **Muito prazer** (1981); **O prazer é todo meu** (1984); **Crônicas mineiras** (1984) e de memórias **Minas de liberdade** (1992). RELEITURAS, Disponível em: <http://www.releituras.com/racheljardim_menu.asp>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Diferente, sim, mas diferente porque o amor de Laura por Daniel era feito de deslumbramento e loucura, ao passo que a ligação entre aqueles dois não passava de uma aventura sexual. E nada mais do que isto, embora até a si própria ela iludisse com as mistificações habituais. Ah, o amor de Daniel por Laura! A beleza daquele amor que o levava a se fazer de louco para assim penetrar no mundo da enferma. E com ela mergulhar na morte. Mas a mãe tivera a desfaçatez de confessar tudo, de abandonar Natércio. Injusto, não? O certo era fazer como ela, Bruna, fizera, tudo às escondidas, um amor de catacumba, bem de acordo com seu feitio, adorava o ídolo nos subterrâneos e depois lá fora continuava a vida normal com Afonso, sem que o laço entre os dois sofresse a mais leve ameaça. E Afonso? Tão sagaz, tão caviloso. Está claro que sabia de tudo, conhecia bem a mulher, não podia ter ilusões. Convencera-se no entanto que o mais cômodo era ignorar (TELLES, 1981, p. 118).

Virgínia a observava. Era fácil imaginá-la nua entre os braços de Rogério, entregando-lhe fogosamente toda aquela exuberância com o mesmo impulso com que se prostrava diante das imagens para oferecer-lhes a alma. A égua bíblica. “E não é de Afonso que ela tem ciúme. É deste animal”, concluiu tomando entre as suas as mãos de Rogério (TELLES, 1981, p. 123, grifos da autora).

Nenhum exemplo poderia ser mais claro, a adúltera e o traído, ambos de acordo. Para uma, desde que tudo fosse escondido, “um amor de catacumba” estaria tudo certo e para ele, o mais cômodo era continuar casado e infeliz. A estranha ciranda e a lógica do ser e do parecer em grau máximo. Manter as aparências de uma família feliz e esconder sua individualidade no tapete da sala.

Bruna foi infiel como Laura também o foi. Mas a ciranda continua, os anões de mãos dadas mantêm a roda a girar, e um dia Berenice, filha de Afonso e Bruna, repetiria as mesmas condutas. Na ceia de Natal Virgínia a observa:

A cabecinha encaracolada era de Afonso, mas a boca era de Bruna. Logo também veria anjos aos bandos como a mãe via. E sentiria a mesma revolta quando soubesse dos seus casos, tomando fanática o partido de Afonso, “E do pai? Quem tem pena do pai?”. Um dia se casaria com um daqueles meninos da roda e teria um filho, “A raiz do mundo está no meu ventre!”. E um dia teria também um amante, “O nosso caso é especial”... (TELLES, 1981, p. 123, grifos da autora).

Já Otávia não se importa com padrões sociais e vive conforme seus desejos. É também, nesse ponto, uma desafiadora, mas sua motivação não é o amor; ao contrário é a satisfação momentânea e objetiva “– A gente simpatiza com um detalhe, se impressiona na hora e depois fica um hábito, entende? Dá preguiça só de pensar em fazer a troca. Tive outros, lá sei. Mas por que é que estou falando nisso?” (TELLES, 1981, p. 136).

Especificamente, a protagonista também passa pelas necessidades de se adequar, pois, mesmo sendo filha de pais separados, teve a oportunidade de estudar em um bom colégio e conviver com meninas de famílias estruturadas, segundo as freiras.

De fato, quando Virgínia descreve as últimas conversas no colégio interno, pouco antes de ir embora, Irmã Mônica lhe diz que entende que, apesar de tudo, a protagonista teria sido feliz ali. Não obstante, as reflexões de Virgínia relatam o tamanho de seu sofrimento e descaso durante os anos de internato, uma aparente felicidade escondendo a realidade dos anos de solidão:

Apesar de tudo. Que significaria para a freira aquele “apesar de tudo”? A perseguição de Irmã Flora? A proibição de ter Ofélia como amiga constante? Os longos castigos que suportara com o coração cheio de ódio? As sucessivas hóstias recebidas com o coração vazio de fé? Não, evidentemente Irmã Mônica se referia apenas às medalhinhas e fitas. Saía do colégio como entrara, com a blusa branca sem nenhuma condecoração, e para aquelas mulheres devia ser esse o maior impedimento à sua felicidade. “É a melhor da turma”, concordavam tacitamente. No entanto, jamais provara das pequeninas glórias concedidas a outras que deixara para trás. É que havia certas coisas... “Parece tão dissimulada”, dizia Irmã Clara. “Tem olhos de quem já viu coisas terríveis!”, assombrava-se Irmã Flora. “E é filha de pais separados, houve muito escândalo”, pensavam todas. “Foi aceita como uma exceção, um caso especial. Não pode participar das regalias a que as demais têm direito (TELLES, 1981, p. 79-80, grifos da autora).

O mérito pessoal não consegue ultrapassar as barreiras da chamada moral social. O peso de ser filha de pais separados é visto socialmente como uma marca na vida de alguém, as convenções sociais à época dos anos de 1950 tratam esse episódio como uma sentença de culpa e por isso, a jovem não poderia gozar dos mesmos direitos e prerrogativas das demais internas.

Ao lado, dessa estética do ser e do parecer, abordando também o caráter simbólico das figuras usadas no romance lygiano, a família dos anos 1950 de Virgínia foi exposta ao leitor

Para um maior desenvolvimento dessas considerações, o posicionamento das personagens Virgínia, Bruna, Otávia, Laura e Natércio analisado de forma subjetiva pode dar sustentação para institutos jurídicos atualmente melhor tutelados. Alienação parental, abandono afetivo e moral e separação são noções abordadas na próxima subsecção.

4.3 A PROPOSTA JURÍDICA ENCONTRADA EM CIRANDA DE PEDRA

[...] a Literatura, componente do sistema da arte, assume uma importância latente no sistema social: influenciar, por intermédio da comunicação estabelecida, a partir de sua lógica clausal interna, os demais sistemas sociais, pressionando-os a responderem a suas irritações.

Germano Schwartz

Alguns institutos jurídicos podem ser identificados ao longo da obra lygiana que constitui o *corpus* literário da presente dissertação, de acordo com o que expõem autores como Maria Berenice Dias (2010), **Manual de direito das famílias**; Rodrigo Cunha Pereira (2016), **Divórcio: teoria e prática**, e Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (2006), **A incessante travessia dos tempos e a renovação dos paradigmas: a família, seu *status* e seu enquadramento na pós-modernidade**.

A escolha da obra **Ciranda de pedra** (1981) como *corpus* literário recai sobre o fato de que este romance é terreno fértil para tratar da família e seus conflitos. De tal sorte que este estudo demonstra que a obra escrita em 1954 (que é a representação simbólica da família naquela década) é contemporânea e universal na medida em que já revela um evento sócio-psicológico somente recentemente normatizado no Brasil, qual seja, a Síndrome da Alienação Parental (SAP), bem como o abandono afetivo e moral, questionamentos atualmente corriqueiros nos tribunais brasileiros. Revela-se, também, o caráter inovador da obra, mostrando situação fática que viria a ser amparada pelo direito brasileiro somente 50 anos mais tarde.

O Direito é aliado à Psicologia contemporânea, que considera o homem como um todo, e fazendo desse todo o seu meio, torna possível explorar, entre outros elementos, a afetividade humana, os instintos e as relações sociais por meio da obra de ficção que, de uma maneira ou de outra, retoma o ambiente em que vivemos e recria os fenômenos culturais. Direito e Psicologia, portanto, configuram-se, assim, como dois elementos-chave para a análise crítica do romance **Ciranda de pedra** (1981), pois, considerando-o, verifica-se que é possível a partir de suas linhas a reflexão e a discussão acerca de problemas atuais na dinâmica familiar, ou seja, os encontros e os desencontros interpessoais, e o ambiente que permeia a vida dos ex-cônjuges e de seus filhos.

Com base, especificamente na primeira parte da narrativa, em que se tem uma Virgínia criança, enquanto Bruna e Otávia são adolescentes, é possível delimitar-se em linhas gerais o que é a Síndrome da Alienação Parental e suas possíveis consequências. É possível identificar-se traços da referida síndrome nas meninas, as quais demonstram atitudes e falas comuns a quem está sujeito à alienação parental. Não raras vezes, as irmãs mais velhas de Virgínia, por exemplo, demonstram pouco interesse pela genitora, culpam-na e rejeitam-na, distanciando-se desta figura e vendo-a como causadora do rompimento dos vínculos e responsável pela fragmentação familiar.

A Síndrome da Alienação Parental é uma forma de abuso emocional, pois pode produzir um enfraquecimento progressivo da ligação psicológica entre pais e filhos, conduzindo, em muitos casos, à destruição total dessa ligação e, aqui está o papel fundamental das normas jurídicas atuais.

Há também, na obra lygiana em comento, a possibilidade de abordagem do denominado abandono afetivo. Apesar de não ser o pai biológico de Virgínia, Natércio assume a responsabilidade, e mais do que isso, era responsável por Bruna e Otávia. O amor não é algo a ser imposto, mas as responsabilidades ultrapassam o papel secundário de provedor. A dignidade da pessoa humana requer que nem o pai e nem a mãe abandonem psicologicamente seu filho e nem deixem de conviver com o mesmo, tudo de acordo com a Constituição Federal de 1988, que possui a norma de comando dos artigos 226, § 7.º e 229, consagrando o princípio da paternidade responsável, o qual será abordado na sequência.

4.3.1 Alienação parental

A presente seção terciária foi construída e desenvolvida com embasamento no artigo Ciranda de pedra: alienação parental entre o direito e a psicologia, publicado na **CES REVISTA**, jan./jul. 2016, de autoria de Rita de Cássia Cruz Falcometa Akabane e Altamir Celio de Andrade.

A expressão Síndrome da Alienação Parental (SAP) foi criada pelo professor de psiquiatria infantil da Universidade de Columbia, Richard Alan Gardner (1931-2003), nos anos 1980, em seus primeiros estudos feitos nos Estados Unidos com questões envolvendo litígio conjugal. Conforme a obra **Alienação parental:**

interlocações entre o direito e a psicologia, escrita pela psicóloga Maria Baccara Araújo, o advogado Cristian Fetter, a psicóloga Thalita Faria Machado do Carmo e a advogada Rafaella de Menezes Leite (2014), apesar dessa síndrome não ser a única condição que ocorre nos casos de litígio conjugal, desperta grande interesse pelas áreas da Psicologia e do Direito, a Psicologia Jurídica, consagrando então a multidisciplinariedade na compreensão dos estudos sociais e fenômenos emocionais.

A alienação parental ocorre de maneira mais comum com a dissolução do laço conjugal, motivo pelo qual um dos familiares pode tentar atingir o outro com a manipulação, muitas vezes subjetiva dos filhos e filhas. Consoante Maria Berenice Dias (2010), quando há ruptura conjugal podem ocorrer sentimentos de raiva e vingança, de forma que é possível uma **lavagem cerebral** feita pelo guardião da criança, de modo a comprometer a imagem do outro genitor, narrando maliciosamente fatos que não ocorrem ou não aconteceram conforme a descrição feita pelo alienador (DIAS, 2010, p. 451). A autora acrescenta que:

O filho é convencido da existência de um fato e levado a repetir o que lhe é afirmado como tendo realmente acontecido. Nem sempre consegue discernir que está sendo manipulado e acaba acreditando naquilo que lhe foi dito de forma insistente e repetida. Com o tempo, nem o genitor distingue mais a diferença entre verdade e mentira. A sua verdade passa a ser verdade para o filho, que vive com falsas personagens de uma falsa existência, implantando-se, assim, falsas memórias (DIAS, 2010, p. 2).

Os casos de alienação parental são mais comuns quando existem disputas judiciais entre os ex-cônjuges, contudo, não se restringem somente a eles. No caso da obra de Lygia Fagundes Telles, por exemplo, não há litígio, mas o pai poderia ser enquadrado como o alienador, ou seja, aquele que destitui a figura materna em relação às filhas, expondo e enumerando às adolescentes situações que ele vivenciou, passando às filhas apenas sua versão e juízo de valor, a fim de efetuar uma aliança com as mesmas e afastando-as de Laura.

Assim, poder-se-ia sustentar a hipótese de alienação do pai Natércio (sujeito alienador) para com a mãe Laura (alienada), mas não existem, nos casos concretos que se encontram na vida posta fora da ficção literária, padrões determinados, podendo ser entre a mãe que aliena o pai, ou mesmo pode ser levada a efeito frente aos avós, tios, padrinhos e até entre irmãos, relata Maria Berenice Dias (2010) em sua obra **Manual de direito das famílias**.

Na obra de ficção em análise neste trabalho dissertativo, podem-se verificar relatos de situações não diretamente vivenciadas pelas meninas Bruna e Otávia, mas, sim, pelo pai, suposto sujeito alienador, que não faz questão do contato materno para a vida das filhas, inclusive deixando claro o desejo de afastamento da mãe:

– Não pede notícias da mamãe?...Otávia pousou o copo e limpou cuidadosamente os cantos da boca com a ponta do guardanapo. Voltou-se para Virgínia o olhar sereno. – Eu bem que gostaria de visitá-la, você sabe, mas papai não tem deixado, achei melhor não insistir...Como vai ela? (TELLES, 1981, p. 37).

No excerto, tem-se clara a posição do pai em afastar as filhas da figura e da presença da genitora, caracterizando, assim, prejuízo à manutenção do vínculo entre mãe e filhas. O personagem Natércio, o pai, não tem deixado Otávia visitar Laura e, para não se desentender com o mesmo, a filha acata a determinação do pai.

Quando da ruptura conjugal um dos cônjuges não consegue assimilar adequadamente a separação, seja pelo sentimento de rejeição ou traição, inconscientemente ou conscientemente, pode surgir o desejo de vingança. Em outras palavras, esse sentimento vai se materializar por meio de um processo de destruição, desmoralização e descrédito do ex-cônjuge, utilizando-se do filho como arma dessa agressividade, de maneira que é levada a rejeitar, ignorar o outro genitor, ou até a odiá-lo.

A alienação parental tem seu conceito definido no artigo 2.º da Lei 12.318/2010, a Lei da alienação parental, segundo a qual:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (BRASIL, 2017, p. 2026).

Já no artigo 3.º, a norma jurídica é no sentido de que:

A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes

à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda (BRASIL, 2017, p. 2026).

Ora, os princípios basilares, em se tratando de criança e adolescente, são a proteção integral e a dignidade da pessoa humana como formas de garantir os laços de afetividade e a saúde socioemocional. Nesse sentido, temos o princípio da paternidade responsável, que está sustentado pelo artigo 226, § 7.º da Constituição Federal. Sob a perspectiva desse princípio, é responsabilidade dos pais proteger a convivência familiar, preservando o organismo familiar, o que está diretamente ligado ao artigo da dignidade da pessoa humana, o da convivência familiar e, principalmente, com o da afetividade.

O convívio, o amor e o afeto são essenciais à formação das identidades e individualidades. Mas, perpetrado nas linhas do romance lygiano **Ciranda de pedra** (1981), o distanciamento gerado entre as filhas e a mãe é marca fundamental. Tais exemplos, contudo encontram verossimilhança com o cotidiano e essa falta de interação entre pais e filhos pode vir a significar sequelas psicológicas irreversíveis, pois compromete o desenvolvimento pleno e saudável, já que há rompimento do vínculo parental. Em busca de proteger, para além do direito de convívio saudável dos filhos com seus genitores, a legislação brasileira quer garantir a efetividade do direito à dignidade da criança e do adolescente.

A prática de atos de alienação parental, tal qual Pereira (2016) explica, trata-se de “plantar na *psique* e memória do filho uma *imago* negativa do outro genitor, de forma tal que ele seja alijado e alienado da vida daquele genitor” (PEREIRA, 2016, p. 132).

Em harmonia com essa explicação, a presença de considerações e juízos de valor que, expressados por uma adolescente que não tem maturidade para compreender todo o cenário em que a família mergulhara, pode ser, como dito, uma forma de manifestação de alienação parental, pois mais parece repetir parte da verdade, a verdade de alguém sobre um contexto específico:

Nossa mãe está pagando um erro terrível, será que você não percebe? Abandonou o marido, as filhas, abandonou tudo e foi viver com outro homem. Esqueceu-se dos seus deveres, enxovalhou a honra da família, caiu em pecado mortal! (TELLES, 1981, p. 34).

No exemplo acima, as falas relatadas, independente de serem verdadeiras ou fictícias, são prejudiciais à convivência da mãe com as filhas. No caso de uma adolescente que diz que a mãe paga por um erro terrível, devendo sofrer por isso, revelando revolta e amargura de alguém que não parece ser ela mesma, ou o próprio uso do termo **enxovalhar a honra da família** também é um indício a ser observado. Ora, tais termos não são típicos de uma adolescente, soando, pelo contrário, como palavras repetidas de outro discurso. O discurso de um outro, que pode ser feito de forma sutil, nos dizeres de Pereira (2016, p. 132) “a implementação destas impressões e imagens na vida dos filhos é feita de forma sutil e é de difícil detecção”.

De acordo com Rodrigo da Cunha Pereira (2016):

A criança/adolescente passa a ser atingida por um conflito de lealdade em que ela se vê obrigada a escolher um dos pais, já que lhe foi induzido pensar que um deles é totalmente bom e outro totalmente mau, o que reforça o intuito da alienação [...](PEREIRA, 2016, p. 136).

Dividido em duas etapas da vida Virgínia, o romance a apresenta, na primeira parte, como criança e suas irmãs já adolescentes. Nessa passagem já se pode apontar alguns dos oito sintomas definidos por Richard Gardner (2004 apud BHONA, 2010) como característicos da Síndrome da Alienação Parental:

1) campanha desqualificatória em relação ao genitor alienado; 2) frágeis, absurdas ou inadequadas racionalizações para essa desqualificação; 3) ausência de ambivalência no que diz respeito aos sentimentos direcionados ao genitor alienado (sempre negativos); 4) fenômeno do “pensamento independente” (a criança afirma que ninguém a influenciou em sua rejeição ao genitor); 5) defesa do alienador no conflito parental; 6) ausência de culpa em relação ao genitor alienado; 7) presença de relatos de situações não vivenciadas; 8) extensão da animosidade a amigos, familiares e demais pessoas relacionadas ao alienado (GARDNER, 2004 apud BHONA, 2010, p. 5, grifo do autor).

De acordo com Gardner (1991), existem diferentes níveis da Síndrome de Alienação Parental e, como revela, aparecem em três tipos: *mild*, *moderate and severe*, ou seja, suave, moderada e severa. O diagnóstico não é tarefa simples, mas dentro das características, as possíveis classificações apontadas seriam pelo grau de crescimento de suave para severa. Apontada a alienação na obra supracitada, poder-se-ia classificá-la como *mild*, ou seja, suave, pois apenas alguns pontos são

verificados, o que não reduz sua importância e seu impacto no desenvolvimento psíquico e afetivo de Virgínia, Otávia e Bruna.

É possível notar-se, nas ações das filhas e nas palavras de Laura, a evidência de tais situações: “– É melhor que seja assim, filha, é melhor – acrescentou tombando sobre as almofadas. – E Bruna? E Otávia? Não vieram mais me ver? Ou vieram?...” (TELLES, 1981, p. 21). O excerto da ficção lygiana, neste caso, demonstra um crescente afastamento entre mãe e filhas. São detectáveis, assim, as consequências de uma possível alienação parental: as filhas demonstram distanciamento da mãe e não têm o desejo de visitá-la, mantêm as próprias vidas à parte do que acontece com a genitora, todos esses são elementos indicadores de alienação parental.

O enquadramento pode ser tirado dos rumos traçados pelas personagens ao longo da obra de ficção, demonstração de indiferença, ao invés de amor:

Olhou pensativamente a unha do polegar roída até à carne. A verdade é que Bruna e Otávia estavam muito bem sem ela. “E nem pedem para ver a mãe, faz mais de um mês que não aparecem. E a mãe está pior. Bruna diz que é castigo. Conrado diz que é mesmo doença, mas Otávia não diz nada” (TELLES, 1981, p. 22, grifos da autora).

O afastamento de Bruna e Otávia em relação à sua mãe, sem esboçar sentimento de saudade ou afeição, seguindo a vida apartada do que de fato vive a mãe. Na verdade, há inclusive uma resignação de que a doença da mãe ou seu estado atual seria como uma punição por algum comportamento errado que a mesma tenha cometido no passado. Assim, as personagens não parecem ter vínculos com a genitora, mas parece, sim, que de um lado a julgam ou a ignoram.

Apertou os lábios e dilatou as narinas: – Já está em tempo de você ficar sabendo certas coisas, não tem cabimento falar a vida inteira, como uma criança, preste atenção: nosso pai adorava a mamãe, sempre lhe deu tudo, ela vivia como uma rainha, sim senhora, como uma rainha! Depois que Otávia nasceu, recomendado por não sei quem, entrou em casa um novo médico, um moço bonito, de boas maneiras... – Fez uma pausa. Um sorriso entreabriu-lhe os lábios polpudos. Era o Doutor Daniel. Nosso pai descobriu logo quem ele era e expulsou-o de casa como se expulsava um demônio (TELLES, 1981, p. 34).

– Ainda me lembro como se fosse hoje: entrei no escritório de papai para perguntar se era mesmo verdade que a mamãe ia viajar com você, quando entrei ele estava tão triste, mas tão triste que comecei a chorar. Disse me abraçando que a mamãe precisava ir embora, mas tarde eu saberia o motivo, mas por enquanto era melhor não falar mais nela. Eu era uma

criança mas juro que nesse instante senti que ela devia ter feito alguma coisa horrível, juro que senti isso e senti também que nosso pai é que estava certo (TELLES, 1981, p.35).

No segundo caso, um comportamento de repreensão quanto às atitudes de Laura, sendo que na época da saída do lar, é necessário pontuar-se que Bruna e Otávia eram ainda crianças. As palavras e a descrição realizada por Bruna sugerem que aqueles fatos lhe foram narrados por outrem, pois expressões como “Depois que Otávia nasceu, recomendado por não sei quem, entrou em casa um novo médico, um moço bonito, de boas maneiras...” (TELLES, 1981, p. 34) revelam que não são termos próprios de uma criança ou adolescente, e muito menos prova de que esta criança ou adolescente venha a lembrar de tais fatos com exata precisão. É assim que, na realidade, muitas vezes a verdade do pai “passa a ser verdade para o filho, que vive com falsas personagens de uma falsa existência” (DIAS, 2010, p. 2).

Igualmente, no outro excerto, a filha se compadece do pai, saindo em sua defesa e assumindo que este é o certo na situação, entendendo que a mãe havia feito algo horrível, inexistindo da parte da filha qualquer sentimento de compaixão em relação à genitora, apagando memórias de boa convivência com a mãe, apenas elegendo o rancor como sentimento dedicado a Laura.

Parâmetros são necessários para a formação da identidade e da saúde emocional do ser humano. A figura materna para a menina também representa a mulher, mas com a alienação parental ocorre o distanciamento e os laços afetivos de Bruna e Otávia ficam prejudicados. Quanto a Virgínia, a personagem fica no meio deste drama, entre as palavras das irmãs e a verdade. Entretanto, qual é a verdade para Virgínia? A mãe podia se arrepender: “Foi sem querer, Bruna, foi sem querer” e Virgínia pensa: “Bruna não confessava, mas bem que sentia saudade da mãe. Tocou-lhe o braço, tentando uma carícia: – Decerto ela já estava arrependida, não?” (TELLES, 1981, p. 35).

Finalmente, a reflexão da menina Virgínia sobre a morte da mãe:

Uma risada cascadeante cortou o silêncio. Virgínia estremeceu. Otávia! Nem três dias tinham se passado, nem três dias e ela conseguia rir e jogar damas. E Bruna reiniciara o bordado no bastidor. [...] Lá estavam todos sob o olhar afetuoso de Frau Herta, lá estavam eles como se nada tivesse acontecido. A chuva caía sobre os mortos, mas ninguém pensava nos mortos (TELLES, 1981, p. 71).

Vê-se, nesse caso, a quebra dos vínculos afetivos, haja vista a indiferença das filhas Otávia e Bruna para com a morte da mãe, ausência de sentimento de perda ou de respeito por ela. Ora, quem falecera fora sua mãe e, que mesmo distante, ainda deveria ser uma referência de família, de amor. Mas, nem mesmo assim, as personagens em questão se sensibilizam e permanecem impassíveis, mas o prejuízo emocional e psíquico já estaria instalado.

Tal distanciamento e atitudes de alienação vão mostrando suas possíveis consequências, pois quando adultas, as filhas ainda podem apresentar questões emocionais não resolvidas e conflitos psicológicos, tendo inclusive dificuldades em se relacionar plenamente, o que denota a desagregação familiar. Otávia não se conecta amorosamente, apenas cria afeição por sua gata e, no caso de Bruna, esta se casa, mas mantém uma relação extraconjugal titubeante e nunca sai do lado do pai. Virgínia, por sua vez, fica realmente órfã de pai e de mãe, sem orientação, sem apoio.

Cumprido dizer-se que casos como esses não são questões a serem banalizadas. Um estudo que deve ser levado a cabo com todo rigor e pesquisa por setores da Psicologia, do Serviço Social, da Psiquiatria e do Direito, de maneira a gerar profissionais especializados, capazes de intervenções nas famílias, com total visão e atenção aos relatos das famílias e das crianças eventualmente envolvidas em casos de alienação.

A Síndrome da alienação parental é uma forma de abuso emocional, pois pode produzir o enfraquecimento progressivo da ligação psicológica pais e filhos, conduzindo em muitos casos à destruição total dessa ligação e, residindo nisso o papel fundamental de intervenção das normas jurídicas atuais. Ora, em casos assim, o magistrado, juntamente com uma equipe multidisciplinar, pode tentar mensurar os danos e minimizar os sofrimentos das pessoas envolvidas, adotando medidas reais que possam garantir a manutenção dos vínculos. Dentre elas, destacamos as medidas contidas na Lei da alienação parental, tais como, a ampliação do regime de convivência familiar em favor do parente alienado; a determinação de acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial; a alteração da guarda para a guarda compartilhada ou sua inversão e, a declaração da suspensão da autoridade parental do alienador.

A Lei n.º 12.318/2010 é uma conjugação entre Direito e Psicologia, como um progresso de estudo e esforço comum entre as varas de família, psicólogos e

operadores do Direito, buscando garantir o direito fundamental da criança e do adolescente de convivência familiar saudável. Assim, os juízes, no caso concreto, têm a obrigação de assegurar proteção integral às crianças e aos adolescentes, determinando a realização de estudos sociais e psicológicos acerca dos casos que se lhe apresentem.

Desta feita, com vistas ao comprometimento com a verdade, deve-se buscar identificar a presença de sintomas que permitam reconhecer que se está frente à Síndrome da alienação parental, daí a interferência multidisciplinar dos profissionais envolvidos para mensurar os danos e minimizar sofrimentos, adotando medidas reais que possam garantir a manutenção dos vínculos de afetividade do filho com o genitor, tendo por finalidade maior manter a integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente.

4.3.2 Abandono Afetivo e abandono moral

Ao lado das questões levantadas com a exposição do que é a alienação parental, outros dois conceitos podem ser discutidos a partir da fortuna crítica de **Ciranda de pedra** (1981): o abandono afetivo e o abandono moral³⁵.

³⁵ Essa dissertação não cuida de perquirir sobre a existência ou não de responsabilidade civil subjetiva ou do dever de indenizar nos casos de dano afetivo e/ou abandono moral. Apenas pretende expor o que significariam esses dois casos, o que não exclui um possível estudo da responsabilidade civil e do dano moral em sua ocorrência, por exemplo, utilizando-se da jurisprudência dos tribunais, com efeito, veja-se o seguinte entendimento jurisprudencial:

Ementa

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ABANDONO AFETIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ALEGADA OCORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE CUIDADO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO DO NEXO CAUSAL. APLICAÇÃO DA TEORIA DO DANO DIRETO E IMEDIATO. PREQUESTIONAMENTO INEXISTENTE NO QUE TANGE AOS ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N.ºs 282 E 235 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC quando os embargos de declaração são rejeitados pela inexistência de omissão, contradição ou obscuridade, e o Tribunal a quo dirime a controvérsia de forma completa e fundamentada, embora de forma desfavorável à pretensão do recorrente.

2. **Considerando a complexidade dos temas que envolvem as relações familiares e que a configuração de dano moral em hipóteses de tal natureza é situação excepcionalíssima, que somente deve ser admitida em ocasião de efetivo excesso nas relações familiares, recomenda-se uma análise responsável e prudente pelo magistrado dos requisitos autorizadores da responsabilidade civil, principalmente no caso de alegação de abandono afetivo de filho, fazendo-se necessário examinar as circunstâncias do caso concreto, a fim de se verificar se houve a quebra do dever jurídico de convivência familiar, de modo a evitar que o Poder Judiciário seja transformado numa indústria indenizatória.**

3. Para que se configure a responsabilidade civil, no caso, subjetiva, deve ficar devidamente comprovada a conduta omissiva ou comissiva do pai em relação ao dever jurídico de convivência com o filho (ato ilícito), o trauma psicológico sofrido (dano a personalidade), e, sobretudo, o nexo

Vírgínia e Natércio, personagens do romance, poderão ser analisados enquanto relação socioafetiva pai e filha. Cumpre dizer-se que, a partir do momento em que Natércio assume a responsabilidade sobre a criança, dando-lhe nome e a reconhecendo como filha, independente dos laços sanguíneos e das convenções sociais, assume jurídica e moralmente as consequências de suas ações e escolhas.

Lado outro, pondo-se fim a um relacionamento amoroso, como no caso de Laura e Natércio, a responsabilidade de casais com filhos não se encerra com a separação. Um casal foi desfeito, mas o vínculo familiar permanece, a família não é colocada a termo. Os pais têm para com os filhos um dever inerente de cuidado.

E, nesse esteio, Pereira (2016) aborda o tema afirmando que:

O papel psicossocial do pai e da mãe dever ser compreendido separadamente do vínculo conjugal, transcendendo também o vínculo biológico. Os pais são muito mais importantes como função e serviço. O vínculo genético tem papel secundário (PEREIRA, 2016, p. 141).

O filósofo Immanuel Kant (2008), em **A metafísica dos costumes**, em síntese, aduz que os pais:

Não podem destruir seu filho, como se ele fosse alguma coisa que eles *fizeram* (uma vez que um ser dotado de liberdade não é suscetível de ser um produto deste tipo) ou como se ele fosse propriedade deles, como tampouco podem simplesmente abandoná-lo à própria sorte (KANT, 2008, p. 125, grifo do autor).

causal entre o ato ilícito e o dano, nos termos do art. 186 do CC/2002. Considerando a dificuldade de se visualizar a forma como se caracteriza o ato ilícito passível de indenização, notadamente na hipótese de abandono afetivo, todos os elementos devem estar claro e conectados.

4. Os elementos e as peculiaridades dos autos indicam que o Tribunal a quo decidiu com prudência e razoabilidade quando adotou um critério para afastar a responsabilidade por abandono afetivo, qual seja, o de que o descumprimento do dever de cuidado somente ocorre se houver um descaso, uma rejeição ou um desprezo total pela pessoa da filha por parte do genitor, o que absolutamente não ocorreu.

5. A ausência do indispensável estudo psicossocial para se estabelecer não só a existência do dano mas a sua causa, dificulta sobremaneira, a configuração do nexos causal. Este elemento da responsabilidade civil, no caso, não ficou configurado porque não houve comprovação de que a conduta atribuída ao recorrido foi a que necessariamente causou o alegado dano à recorrente. Adoção da teoria do dano direto e imediato.

6. O dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes legais e regimentais, pois além de indicar o dispositivo legal e transcrever os julgados apontados como paradigmas, cabia ao recorrente realizar o cotejo analítico, demonstrando-se a identidade das situações fáticas e a interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo legal, o que não ocorreu.

7. Recurso especial não provido.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Acórdão no Recurso Especial n.º 1.557.978. Relator: MOURA RIBEIRO. **Diário da Justiça Eletrônico** 17 nov. 2015. Disponível em:

<<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=afetividade&operado=r=e&b=INFJ&thesaurus=JURIDICO>> Acesso em: 10 jul. 2017. (Grifos nossos).

Um filho não é uma propriedade, é uma pessoa e, portanto, um ser dotado de dignidade³⁶. Diante disso, continua Kant (2008), há para os pais:

[...] o direito não só de alimentá-lo e dele cuidar, como também de educá-lo, desenvolvê-lo tanto *pragmaticamente*, de sorte que no futuro ele possa zelar por si mesmo e abrir seu caminho pela vida, quanto *moralmente*, visto que, de outro modo, a culpa por ter descuidado dele recairá sobre os pais (KANT, 2008, p. 126, grifo do autor).

Fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana advém um dos pilares da paternidade responsável, que está descrita nos artigos 226, § 7.º e 227 da Constituição da República de 1988:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...]

§ 7.º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. (BRASIL, 2017, p. 73-74, grifos nossos).

Art. 227. **É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão** (BRASIL, 2017, p. 74, grifos nossos).

A determinação da Constituição Federal estipula ainda que os pais possuem o dever de assistir, criar e educar os filhos menores (artigo 229) e por isso, são responsáveis pelo sustento, guarda, educação, orientação e prestação de assistência moral, bem como por lhes assegurar o direito à convivência, de forma a lhes proporcionar o indispensável para a formação e desenvolvimento pleno e saudável de sua personalidade (Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 8.069/90, artigos 3.º e 22)³⁷. Ora, essas obrigações nada mais são do que

³⁶ Acerca do princípio da dignidade da pessoa humana, vide p. 86- 87.

³⁷Art. 3.º- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2017, p. 1029). Art. 22- Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. (BRASIL, 2017, p. 1032).

mandamentos de assistência material, moral e educacional que independem das questões afetivas.

A paternidade responsável como assevera Maria Berenice Dias (2010) em **Manual de Direito das Famílias** implica no dever dos pais em conviver com os filhos, não se trata, pois, de faculdade ou direito de visita, mas, sim, em obrigação de convivência a fim de garantir um desenvolvimento saudável e minimizar danos emocionais que o abandono pode causar.

Nesse sentido aponta Waldyr Grisard Filho (2009), **Guarda compartilhada** apud Dias (2010), que independente do campo material a autoridade parental possui deveres também no campo existencial, devendo os pais satisfazerem outras necessidades, tais como “o pleno desenvolvimento e a formação integral dos filhos, seja física, mental, moral, espiritual ou socialmente” (GRISARD FILHO, 2009 apud DIAS, 2010, p. 414).

É notório que a convivência familiar e o dever ultrapassam a questão financeira e o sustento material e que, por outro lado, não se pode impor a afetividade, mas o descumprimento do dever inerente à autoridade parental de conviver com o filho gera suas consequências na criança e no adolescente, podendo caracterizar o que chamamos de abandono afetivo.

Sabe-se que na formação do indivíduo, o convívio, o amor e o afeto são essenciais à formação de suas identidades. Em **Ciranda de pedra** (1981), o distanciamento, como já demonstrado nesse trabalho, é marcante, a negligência e a vulnerabilidade também são aspectos presentes e, por isso, destaca-se que “a falta de convívio dos pais com os filhos, em face do rompimento do elo de afetividade, pode gerar severas sequelas psicológicas e comprometer o seu desenvolvimento saudável” (DIAS, 2010, p. 499).

Evidencia-se então que a responsabilidade parental não decorre apenas do dever de guarda ou do provimento financeiro e, por isso, ainda que não estejam em companhia constante do filho, o poder familiar é exercido por ambos os genitores. A despeito de eventual divórcio, separação ou formação de novos núcleos familiares, é dever dos pais prestar plena assistência à sua prole, deixando clara a importância do papel de ambos no processo de educação e desenvolvimento da personalidade

das crianças e dos adolescentes. A autoridade parental implica em paternidade responsável atendendo o melhor interesse dos menores³⁸.

Portanto, quando um pai – ou pais, ou aquele que é responsável pela criança – falta com esses deveres inerentes à responsabilidade parental de cuidado e orientação, por exemplo, está-se diante de um caso de abandono moral.

Mas a jurisprudência nacional, em julgado do ano de 2012, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Recurso especial n.º 1.159.242/SP, da relatoria da Ministra Nancy Andrigh, posicionou-se sobre a existência do dano afetivo e do abandono moral:

[...] Vê-se hoje nas normas constitucionais a máxima amplitude possível e, em paralelo, a cristalização do entendimento, no âmbito científico, do que já era empiricamente percebido: **o cuidado é fundamental para a formação do menor e do adolescente; ganha o debate contornos mais técnicos, pois não se discute mais a mensuração do intangível – o amor – mas, sim, a verificação do cumprimento, descumprimento, ou parcial cumprimento, de uma obrigação legal: cuidar.**

Negar ao cuidado o *status* de obrigação legal importa na vulneração da membrana constitucional de proteção ao menor e adolescente, cristalizada, na parte final do dispositivo citado: “(...) além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência (...)”.

Alçando-se, no entanto, o cuidado à categoria de obrigação legal supera-se o grande empecilho sempre declinado quando se discute o abandono afetivo – a impossibilidade de se obrigar a amar.

Aqui não se fala ou se discute o amar e, sim, a imposição biológica e legal de cuidar, que é dever jurídico, corolário da liberdade das pessoas de gerarem ou adotarem filhos.

O amor diz respeito à motivação, questão que refoge os lindes legais, situando-se, pela sua subjetividade e impossibilidade de precisa materialização, no universo meta-jurídico da filosofia, da psicologia ou da religião.

O cuidado, distintamente, é tísado por elementos objetivos, distinguindo-se do amar pela possibilidade de verificação e comprovação de seu cumprimento, que exsurge da avaliação de ações concretas: presença;

³⁸ Atualmente, tem-se dado atenção à guarda compartilhada, apontando-se para a corresponsabilidade parental. A efetividade da convivência entre pais e filhos garante a manutenção do vínculo familiar independente dos conflitos do casal. Descrita no art. 1.583, § 1.º, do Código Civil de 2002, a guarda compartilhada visa à proteção plena do interesse dos filhos, como forma de garantir sua saúde psicológica, mesmo que demande reestruturações e adequações. A custódia conjunta é o ideal buscado na fixação da guarda compartilhada, pois rompe a monoparentalidade, garantindo a convivência. Sendo processo integrativo, dá à criança a possibilidade de conviver com ambos os pais, dando ao mesmo tempo equivalência nas tomadas de decisão. De acordo com a legislação:

Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada.

§ 1.º Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (art. 1.584, § 5.º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

§ 2.º Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

contatos, mesmo que não presenciais; ações voluntárias em favor da prole; comparações entre o tratamento dado aos demais filhos – quando existirem –, entre outras fórmulas possíveis que serão trazidas à apreciação do julgador, pelas partes.

Em suma, amar é faculdade, cuidar é dever [...]

(SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Acórdão no Recurso Especial n.º 1.159.242 SP (2009/0193701-9). Relatora: ANDRIGHI, Nancy. **Diário da Justiça Eletrônico** 10 maio 2012. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200901937019&dt_publicacao=10/05/2012>. Acesso em: 15 jun. 2017, grifos nossos).

De tal sorte que o afeto não pode ser cobrado ou mensurado, afinal como elucida Kant (2008) “O amor é uma matéria do sentir, não do querer e não posso amar porque o quero e, ainda menos, porque o devo (não posso ser constrangido a amar); por conseguinte, um dever de amar é um absurdo” (KANT, 2008, p. 244).

Mas a assistência moral é inerente ao poder familiar, destacando-se os deveres de convívio, de cuidado, de criação e educação dos filhos, como já explicado, que seriam vetores que envolvem a necessária transmissão de atenção e o acompanhamento do desenvolvimento de suas personalidades.

Assim, no caso do abandono moral, utiliza-se das palavras supramencionadas da Ministra Nancy Andrighi, para a avaliação de sua configuração ou não há que se fazer a verificação do cumprimento, descumprimento, ou parcial cumprimento, de uma obrigação legal: o cuidar.

Abandono afetivo e abandono moral costumam andar de mãos dadas, mas não são o mesmo. O primeiro refere-se a laços de carinho e afetividade, ligados ao campo da subjetividade. Enquanto o abandono moral pressupõe a conformidade com a função de pai e mãe quanto à responsabilização por exemplo pelo cuidado, orientação e educação.

Na obra literária sob análise, a protagonista Virgínia, após a morte de Laura e Daniel, ficou sob os cuidados diretos de Natércio, contudo, no casarão não encontrou a acolhida e nem a assistência que merecia enquanto pessoa em formação.

Ora, apenas prover financeiramente não quer dizer assistência psíquica e moral. Como se viu, “O conceito atual de família, centrada no afeto como elemento agregador, exige dos pais o dever de criar e educar os filhos sem omitir-lhes o carinho necessário para a formação plena de sua personalidade, como atribuição do exercício do poder familiar” (DIAS, 2009, p. 415).

E foi justamente o oposto que Virgínia teve como experiência: “– Coma, Virgínia. Seu almoço já deve estar frio. Ela estremeceu. Aquela voz era ainda mais fria do que a comida, refugada no meio do prato” (TELLES, 1981, p. 58).

A orientação, a conversa, a acolhida não eram algo disponível a Virgínia e essa frieza do dia a dia se materializava nas pequenas coisas, como num almoço. Natércio assumira a paternidade de Virgínia, mas apenas a provia financeiramente enquanto advogado bem-sucedido, entretanto, enquanto modelo familiar era incapaz. E o abandono moral se manifestou na vida da protagonista em outras ocasiões: “Nos primeiros dias ela ainda falava, ria. Mas começou a notar que suas palavras e risos, na maioria, ficavam sem resposta. Aos poucos os assuntos foram definhando e agora já não sabia o que dizer” (TELLES, 1981, p. 59).

Os reflexos dessa solidão e reclusão que lhe eram impostas atingem o ápice quando a personagem perde definitivamente a esperança com as notícias da morte de Laura e Daniel. São claras as omissões de Natércio no exercício de seu dever de cuidado em relação à menina Virgínia, como se depreende do excerto seguinte, uma vez que ela soubera recentemente da morte da mãe, era ainda uma criança vulnerável que precisava de atenção e apoio. Mesmo assim, Natércio concorda com o internato:

- Pai, eu queria ficar interna.
- Interna?
- Queria morar no colégio mesmo. Posso?
- Ele titubeou, vacilante.
- Bem, não há inconveniente... Mas por que você resolveu isso? Não vai poder sair, você sabe como é? Vai aguentar?
- Virgínia mantinha o rosto voltado para a noite, mas sentia na sua cabeça aquele olhar que já conhecia bem. Sorriu. Apenas desta vez ele não a perturbava nem a obrigava a recuar. “Besouro...”, lembrou-se escondendo o sorriso. “Besouro.”
- Sempre quis ficar interna num colégio. Por favor, pai, eu não quero morar aqui.
- Houve uma pausa demorada.
- Talvez seja mesmo melhor assim – assentiu ele antes de sair (TELLES, 1981, p. 73, grifos da autora).

Natércio se exime de suas responsabilidades aceitando o pedido de Virgínia, o que, claramente, poderia caracterizar a quebra da responsabilidade parental e o abandono moral. Não há convivência, assistência moral ou psíquica entre as personagens. Virgínia está sozinha no mundo e assim ela se vê durante a trajetória desse romance de formação.

Todavia, cada passo e cada atitude tomados têm direta influência na identidade da protagonista, tanto que, quando retorna à casa de Natércio se surpreende com o abalo que as lembranças trazem:

Sentiu as mãos geladas embora a tarde estivesse quente. “É a volta”, justificou para si mesma. “Depois de tanto tempo, por maior que seja o desligamento, a gente sempre se impressiona um pouco”, concedeu. Mas sentia-se vagamente decepcionada. A verdade é que se julgara muito mais invulnerável àquela mistura de emoções que lhe davam obscuramente uma sensação de insegurança. Ainda há pouco considerara-se tão desligada daquela gente e daquela casa, chegara mesmo a se ver voltando como uma simples hóspede, a cumprimentá-los como se os visse pela primeira vez. Ou quase como se fosse pela primeira vez. E agora as mãos esfriavam inexplicavelmente já invadidas por um suor viscoso. Enxugou-as (TELLES, 1981, p. 83, grifos da autora).

Ciranda de pedra (1981) apresenta os dois aspectos, tanto o dano afetivo quanto o abandono moral. Natércio não convive com Virgínia e muitas vezes nem com Bruna ou Otávia. Igualmente, não demonstra os laços de afetividade com as filhas e, por fim, não se preocupa nem com a integridade física e mental delas, apenas deixa a vida passar e se assume como o besouro, caído de costas e que não se levanta nunca. Conforme se pode ler em Telles (1981),

– É. Não podíamos ser diferentes. Mas eu quero que você saiba que embora não tivesse demonstrado, fiz o possível...
 – Eu sei. Eu sei.
 Calaram-se. Ele acendeu o cachimbo.
 – Estamos sempre dizendo adeus, não, Virgínia?
 Ela aproximou-se mais. E se lhe estendesse as mãos, vamos ser amigos ao menos agora, vamos passar tudo a limpo?!... Retrocedeu. Ele já cruzava os braços, retesado, protocolar. A entrevista sentimental estava encerrada.
 – Posso contar com sua ajuda? Quero dizer, essa viagem...
 – Sem dúvida, filha. Já escolheu para onde ir? Precisaré de dinheiro, providenciarei o suficiente para os primeiros tempos, vou ajudá-la no que puder. Mas e depois? Você não irá como simples turista, se é que eu entendi. E depois?
 Ela teve um sorriso.
 – Depois a gente vê.
 – Espero que você saiba o que está fazendo.
 – Sei, pai. Vou estudar, trabalhar em qualquer parte...
 – Em qualquer parte? E naturalmente fazer qualquer coisa?...Vai assim, sem planejamento, ao acaso...
 – Aceito o risco.
 Ele encolheu ligeiramente os ombros.
 – Você é que sabe. – Fez um gesto resignado como se dissesse: “Eu lavo as mãos”.
 Virgínia foi saindo na ponta dos pés (TELLES, 1981, p. 141, grifos da autora).

Os percursos traçados pelos personagens revelam como a dinâmica familiar é caótica, fragmentada e, por meio destas relações estranhas, as identidades das filhas foram se moldando e repetindo padrões. Apesar de uma ficção, **Ciranda de pedra** (1981) possibilita o pensar jurídico e as discussões atuais em torno de assuntos polêmicos, Virgínia submetida ao abandono paterno em todas as suas formas. Assim, pode-se evidenciar como a interdisciplinaridade entre a Literatura e o Direito se traduz como fonte de transformação e de superação de padrões.

5 CONCLUSÃO

Por meio da análise crítica do romance lygiano **Ciranda de pedra** (1981), o presente trabalho de dissertação investigou e identificou a presença, nesta obra em específico, de toda uma estética caracterizadora do denominado romance de formação, gênero literário que foi abundante em elementos capazes de sustentar o desenvolvimento de estudos em torno do processo de constituição da identidade feminina em relação dialógica com a outridade.

Diante dessas possibilidades, outros objetivos mais específicos estabelecidos foram igualmente alcançados a partir da apreciação da dinâmica familiar exposta na obra literária em questão. Nesse sentido, consideramos a crítica ao patriarcalismo, ao colocarmos a personagem Laura em comparação a Lilith, a Eva e a Pandora. Demonstrada a força que impulsiona a mudança e o empoderamento do discurso identitário feminino, libertando essas mulheres do pecado original ao colocá-las, *pari passu*, ao lado do homem, na condição de pessoas, o que, por certo, caracteriza-se como uma das marcas da outridade.

Lygia Fagundes Telles, na narrativa em questão, apresenta reflexões sobre a mulher frente à sociedade brasileira, questionando os ideais androcêntricos de casamento, de maternidade e de família. A construção das figuras femininas na obra possibilitou críticas à sociedade em razão da forma desta agir em relação à mulher que é, na verdade, questionadora, contraditória, libertadora, autossuficiente e determinada.

Tratou-se, ainda, neste trabalho de dissertação, da investigação relacionada à organização familiar e social brasileira, suscitadas a partir da leitura crítica do romance lygiano. As figuras representativas das personagens Bruna e Otávia também levaram à investigação sobre a fragmentação experimentada pela família inicialmente formada por Laura e Natércio, a questão da alienação parental e do dano afetivo e abandono moral, sendo estes, conceitos que podem ser, de certo modo, considerados como elementos que teriam influenciado na formação da personagem Virgínia e que são hoje amplamente discutidos no meio jurídico.

Diante desse quadro investigativo, inclusive relativo ao conceito de família, estabeleceu-se uma pesquisa com caráter transdisciplinar a partir do referencial bibliográfico e digital oriundo de outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Filosofia, a História, a Psicologia, o Direito e a teoria literária, a qual resultou na

escrita do presente trabalho de dissertação. De tal modo que, levou-se a cabo tanto uma pesquisa de cunho bibliográfico quanto a uma de aplicabilidade e reflexão prática dos temas abordados.

Frente a isso, o problema inicialmente posto e a hipótese levantada, no sentido de que o romance **Ciranda de pedra** (1981) presta-se como *corpus* literário capaz de fundamentar, sob o ponto de vista do romance de formação, uma reflexão a respeito da constituição da identidade na sua relação dialógica com a outridade no âmbito social e familiar, foram devida e respectivamente alvo de resposta e de comprovação.

A análise jurídica das relações sociais demonstrou outro viés do romance, qual seja, o seu caráter de estreita relação entre a ficção e a realidade do Direito das Famílias codificado no Brasil.

Convergência, então, Direito e Literatura na reflexão e na crítica. A verossimilhança entre as relações familiares por que passou a personagem Virgínia tem correspondência com os diversos casos reais encontrados em muitos juízos do país. Por isso, a obra mesmo escrita e publicada em 1954 e, portanto, com análise nos dias de hoje, 63 anos depois, ainda mostra-se atual e desafiadora aos que se propõem a tomá-la como objeto de estudo, ressaltando-se a riqueza da estética empreendida pela escritora, elemento que a coloca no patamar das melhores autoras nacionais.

Mesmo alcançada a intenção desta dissertação, a leitura crítica estabelecida não é estanque acerca dos elementos que ligam o romance **Ciranda de pedra** (1981) à proposta centrada nos aspectos jurídicos relacionados à família. Espera-se, por fim, que venha a contribuir como mais uma obra relacionada à fortuna crítica da literatura trazida a efeito por Lygia Fagundes Telles em razão de tudo o que esta autora representa para o cenário da Literatura Brasileira.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA Brasileira de Letras. Disponível em:
<http://www.academia.org.br/academicos/membros?title=LYGIA&field_cadeira_value=&field_cadeira_posicao_value=All>. Acesso em: 20 maio 2016.
- AKABANE, Rita De Cássia Cruz Falcometa; ANDRADE, Altamir Celio de. Ciranda de pedra: alienação parental entre o direito e a psicologia. **CES REVISTA**, Juiz de Fora, v. 30, n. 1. p. 181-193, jan./jul. 2016. Disponível em:
<http://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/632/pdf_74>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ANDRADE, Altamir Celio de. Antes que Noé entre na arca: ao redor do livro de gênesis e a partir dos animais. **CES REVISTA**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1. p. 181-193, jan./jul. 2016. Disponível em:
<http://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/322/pdf_35>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- ARAÚJO, Sandra Maria Baccara et al. **Alienação parental**: interlocuções entre o direito e a psicologia. Curitiba: Maresfield Gardens, 2014.
- ASSIS, Machado de. O espelho. Esboço de uma nova teoria da alma humana. In: _____. **Obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. v. 2, p. 277-289, jan./jul. 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão G.Pereira; Revisão da tradução por Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 327- 368.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo I**: fatos e mitos. Tradução Sergio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BHONA, Fernanda Monteiro de Castro; LOURENÇO, Lélío Moura. Síndrome de alienação parental (SAP): uma discussão crítica do ponto de vista da psicologia. **Revista Virtú-ICH**, Juiz de Fora, 2010. Disponível em:
<<http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/S%C3%8DNDROME-DE-ALIENA%C3%87%C3%83O-PARENTAL-SAP-UMA-BREVE-REVIS%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução Padre Matos Soares. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

BORGES, Florípedes do Carmo Coalho. **Na contramão da história: o *Bildungsroman* feminino** em Lygia Fagundes Telles, Helena Parente Cunha e Lya Luft. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BRASIL. **Código civil**. Vade mecum Saraiva OAB e concursos. 11 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. **Código penal**. Vade mecum Saraiva OAB e concursos. 11 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. **Constituição federal de 1988**. Vade mecum Saraiva OAB e concursos. 11 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. Lei n.º 8.069 (1990). **Estatuto da criança e do adolescente**. Vade mecum Saraiva OAB e concursos. 11 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. Lei n.º 12.318 (2010). **Alienação parental**. Vade mecum Saraiva OAB e concursos. 11 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: história de deuses e heróis. Tradução David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto; FIGUEIREDO, Luís Cláudio. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. **Interações**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 9-28, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2015.

COULANGES, Fustel de. A família. In: _____. **A cidade antiga**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 44-126.

DESMUNDO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oxQe_BeRba0>. Acesso em: 01 jul. 2016.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DICIONÁRIO de nomes próprios: significado dos nomes. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

DJMAL, Tev. O que é o talmud. Tradução Lilia Wachsmann. **Revista Morashá**. 43 ed. dez. 2003. Disponível em: <<http://www.morasha.com.br/leis-costumes-e-tradicoes/o-que-e-o-talmud.html>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

EAGLETON, Terry. Introdução: o que é literatura. In: _____. **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 1-22.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREUD, Sigmund. O Inquietante (1919). In: _____. **Obras completas**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, v.14, p. 328-376.

GARDNER, Richard A. Legal and psychotherapeutic approaches to the three types of parental alienation syndrome families: when psychiatry and the law join forces. **Court review**, v. 28, n. 1, p. 14-21.1991, American Judges Association. Disponível em: <www.fact.on.ca/Info/pas/gardnr01.htm>. Acesso em: 22 mar. 2016.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito & literatura: ensaio de síntese teórica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. (Direito & arte, v. 2).

GRASSI, Marie-Claire. Uma figura da ambiguidade e do estranho. In: MONTANDON, Alain. **O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Tradução Marcus Bagno e Lea Zylberlicht. São Paulo: Senac, 2011. p 55-62.

_____. Transpor a soleira. In: MONTANDON, Alain. **O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas.** Tradução Marcus Bagno e Lea Zylberlicht. São Paulo: Senac, 2011. p 45-53.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva & Gaucira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias.** Edição, tradução, introdução e notas Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta, 2012.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. A incessante travessia dos tempos e a renovação dos paradigmas: a família, seu *status* e seu enquadramento na pós-modernidade. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 101, p. 153-167, jan./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/67702-89132-1-pb.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

HOLTHER, Leo Van. **Direito constitucional.** 5. ed. rev. atual. ampl. Salvador: JusPodivm, 2009.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes.** Tradução Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2008.

KIERKEGAARD, Soren Aabye. **O desespero humano: doença até a morte.** Tradução Carlos Grifo, Maria José Marinho, Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os pensadores)

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito.** Tradução José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980.

LIMA, Danielle Dayse Marques de. **Dramaticidade, subjetividade e sacralidade em Jane Eyre, o romance de formação de Charlotte Brontë.** 2013. 347 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LUKÀCS, Georg. **A teoria do romance.** Tradução Alfredo Margarido. Lisboa: Editorial Presença, [196-?].

MAAS, Wilma Patricia Marzari Dinardo. **O cânone mínimo: o *bildungsroman* na história da literatura.** São Paulo: Unesp, 2000.

MANUSRTI. **Código de Manu**. Disponível em: <http://www.infojur.ufsc.br/aires/arquivos/CODIGo_%20MANU.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

MATOS, Coimbra de, António. Ser único e ter rosto: o binómio resiliente. **Revista Portuguesa de Psicossomática**. n. 1. jan./jun. 1999. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/287/28710103.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MORICONI, Italo. **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Organizador Italo Moriconi. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 444-449.

MUSEO del Prado. **Las Meninas**. Disponível em: <<https://www.museodelprado.es/coleccion/obras-de-arte?searchObras=las%20meninas>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Ecce homo**: como alguém se torna o que é. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PATERSON, Janet M. Janet M. Paterson: entrevista [2004]. Pensando o conceito de alteridade hoje. Entrevistadora: Sandra Regina Goulart Almeida. Tradução Alcione da Cunha Silveira. Caderno Diálogos. **ALETRIA**, v. 16, p. 14-19, jul./dez. 2007.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Divórcio**: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

RELEITURAS. Disponível em: <http://www.releituras.com/racheljardim_menu.asp>. Acesso em: 11 ago. 2017.

ROCHA, Enilce do Carmo Albergaria; PEREIRA, Édimo de Almeida. A memorialística feminina no romance *Os anos 40*, de Raquel Jardim. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 135-145, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/10/a-memorial%C3%ADsticafeminina.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Apresentação e notas de Arlette Elkaïm-Sartre. 1 ed. Tradução João Batista Kreuch. Rio de Janeiro: Vozes de Bolso, 2010.

SCHWARTZ, Germano. **A constituição, a literatura e o direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. (Estado e constituição, v. 6).

SICUTERI, Roberto. **Lilith: a lua negra**. Tradução Norma Telles e J. Adolpho S. Gordo. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Maria Beatriz Nizza da Silva**: entrevista [dez. 2007]. Entrevistadora Cláudia Heynemann. Colaborador Fabiano Vilaça dos Santos. Entrevista concedida a Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-10, jan./jun. 2008.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Acórdão no Recurso Especial n.º 1.159.242 SP (2009/0193701-9). Relatora: ANDRIGHI, Nancy. **Diário da Justiça Eletrônico** 10 maio 2012. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200901937019&dt_publicacao=10/05/2012>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Acórdão no Recurso Especial n.º 1.557.978. Relator: MOURA RIBEIRO. **Diário da Justiça Eletrônico** 17 nov. 2015. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=afetividade&operador=e&b=INFJ&thesaurus=JURIDICO>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acórdão no Recurso Extraordinário n.º 878694 MG. Relator: ROBERTO BARROSO. **Diário da Justiça Eletrônico** 19 maio 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28RE+878694%29&base=baseRepercussao&url=http://tinyurl.com/zvoc5ls>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Dinar de Abreu Azevedo. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 15-124.

TELLES, Lygia Fagundes. **Ciranda de pedra**. 10 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

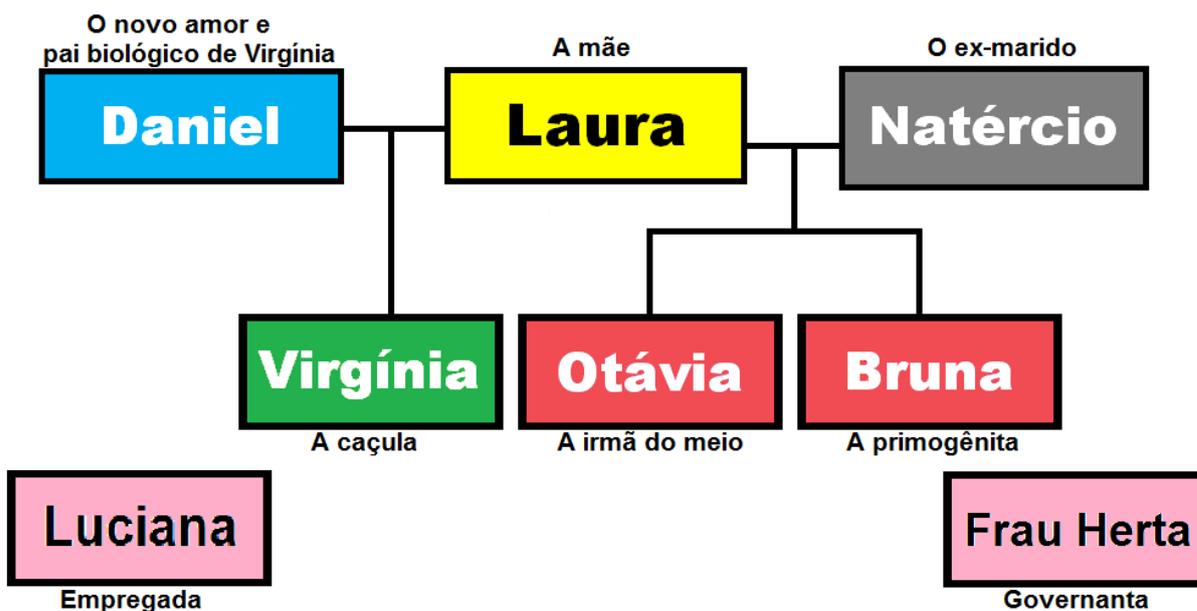
_____. **Lygia Fagundes Telles**: entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Manuel da Costa Pinto. São Paulo: em sua residência, 2013. Entrevista concedida a Revista Vitrine, TV Cultura Digital. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vgMn9NjYYT8>>. Acesso em: 20 set. 2015.

WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2012.

ZALCBERG, Malvine. **A relação mãe filha**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

APÊNDICE

De maneira a exemplificar as considerações expostas neste trabalho de dissertação, apresenta-se um organograma do círculo familiar criado por Lygia Fagundes Telles em **Cirande de pedra** (1981), como forma de evidenciar a alegada fragmentação da família da personagem Virgínia.



A ciranda formada pelos cinco personagens, análoga à ciranda de pedra presente na fonte do jardim da casa de Natércio, pode ser assim representada por Letícia, Afonso, Bruna, Otávia e Conrado:

